

Tamara Maria Menezes Cahet

A cobertura jornalística do jornal Correio Braziliense sobre Roberto Jefferson

BRASÍLIA
2006

Tamara Maria Menezes Cahet

A cobertura jornalística do jornal Correio Braziliense sobre Roberto Jefferson

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB,.

Orientador: Professora Cláudia Busato

Brasília
2006

Tamara Maria Menezes Cahet

A cobertura jornalística do jornal Correio Braziliense sobre Roberto Jefferson

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Professora Cláudia Busato

Prof. _____

Prof. _____

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO

Visando descobrir se o jornal Correio Braziliense foi isento ou se foi tendencioso no caso das reportagens sobre o ex-deputado Roberto Jefferson, esta monografia aborda o conceito de notícia, o que torna um fato notícia e outro não, suas especificidades, critérios de noticiabilidade e seus fatores. Ressalta a importância do papel do jornalista sob a ótica da tendenciosidade aliado a mecanismos de controle ao se expor fatos políticos. Retrata como se deu a ascensão do deputado Roberto Jefferson e sua participação na política nacional, durante vários governos até a denúncia do mensalão. São analisadas neste trabalho matérias da coluna Tema do Dia / Lamaçal do Correio Braziliense no período de 14 de maio de 2005 a 15 de junho de 2005. Matérias estas em que o deputado Roberto Jefferson é citado. Os textos foram lidos e analisados sob a ótica da Análise do Discurso aplicada ao jornalismo político, tendo sido estabelecida a posição que o jornal tomou em relação a Roberto Jefferson.

PALAVRAS CHAVE: análise de discurso; jornalismo; notícia; noticiabilidade; Roberto Jefferson; tendenciosidade.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1	8
Noticiabilidade x Tendenciosidade	8
Funções do jornalista	13
O que é noticiabilidade e seus critérios de discernimento	15
Capítulo 2	17
<i>Persona</i> de Roberto Jefferson	17
A construção da imagem	18
Vida pública	20
Denúncias e o “mensalão”	22
Capítulo 3	26
Análise das matérias do Correio Braziliense	26
Conclusão	34
Referências.....	35
Anexos	37

INTRODUÇÃO

Para a maioria dos indivíduos no mundo contemporâneo os jornais, a TV, o Rádio e os portais de notícias compõem o quadro de informações acerca do mundo que os rodeia: como está a política econômica do governo, o desempenho do Congresso Nacional, a vida dos artistas, o cotidiano do homem comum, quem foi vítima de assalto, o preço do combustível, do gás de cozinha, entre outras coisas. O jornalismo tem um espaço significativo na vida das pessoas. As notícias ocupam um papel relevante na construção das imagens da realidade. Uma perspectiva crítica sobre como são construídas essas formas simbólicas, contribui para o aperfeiçoamento moral da esfera pública. Por isso neste estudo, considera-se importante levantar os caminhos do processo de definição do que é notícia. Se mudou a ordem social e cultural na contemporaneidade, mudaram as subjetividades e maneira de organizar as informações.

É tido como senso comum que os meios jornalísticos contribuem para que os fatos, idéias e temáticas sejam atribuídos a determinadas filiações de sentidos. Porém a legitimação última de sentido, depende, como é amplamente sabido, do receptor e das várias mediações sociais.

No entanto, é importante não perder de vista que os meios jornalísticos funcionam, pelo menos em certas circunstâncias, como agentes de vigilância e controle, dentro de certos limites. Outras vezes são, no mínimo, instrumento vital de estimulação da cidadania.

Qual a função que o jornalista assume ou deveria assumir?

A partir da revisão das construções teóricas sobre notícia, noticiabilidade, funções do jornalista, poder, construção do imaginário e sociedade, pretende-se a relação entre noticiabilidade X tendenciosidade, na análise dos discursos do ex-deputado Roberto Jefferson, em matérias publicadas no jornal Correio Braziliense. Deste modo, analisando o discurso do periódico, por amostragem, em tempo pré-determinado se construiu o *corpus* da pesquisa.

Assim, a metodologia da pesquisa é a Análise do Discurso, sendo necessário antes de tudo definir que tipo de discurso é esse. A noção elementar que se tem é de discurso como sinônimo de mensagem, informação, pronunciação de meras

palavras combinadas em frases, não corresponde ao interesse básico da Análise do discurso.

O capítulo 2 explicita parte da trajetória política do deputado, presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson: ascensão, permanência e queda no poder. Presente na política nacional durante vários governos, fez parte da tropa de choque do governo Collor e de acusado, passou a acusador, detonando uma crise no governo Lula, ao trazer à tona o assunto “mensalão”.

É substancial apontar nas páginas do Correio Braziliense, se houve ou não tendenciosidade do veículo no processo de construção da notícia. No caso das matérias alusivas a Roberto Jefferson, há evidências da falta de imparcialidade do jornal Correio Braziliense, demonstrando que o referido periódico foi tendencioso? É o que será tratado no último capítulo desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

Noticiabilidade x Tendenciosidade: Algo em comum?

Para compreender o mecanismo de exposição na mídia do deputado federal Roberto Jefferson e a denúncia da existência do “mensalão”. Faz-se necessário definir o termo notícia que, segundo ALSINA¹, é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível.

Mauro WOLF² utiliza o conceito de noticiabilidade para descrever a aptidão de um fato para tornar-se notícia. Segundo ele, a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos para adquirirem a existência pública de notícia. Não adquirindo o estatuto de notícia, o acontecimento é excluído do elenco de informações midiáticas e permanece como "matéria-prima".

Para adquirir o nível de notícia, o fato necessita ter as qualidades chamadas valores-notícia, cujo referente comum devem ser sempre a realidade. Seguindo o raciocínio de Wolf é preciso também cruzar a noção de noticiabilidade com a natureza e as necessidades dos jornalistas e dos meios para os quais eles trabalham. É dessa negociação que um fato passa a envolver o próprio acontecimento e suas qualidades, aliado a algumas exigências decorrentes das influências do trabalho jornalístico. É aí que a notícia começa a tomar forma. Negociação essa que, muitas vezes, é subjetiva e ocorre de maneira involuntária no cotidiano das redações.

No quadrante das notícias veiculadas acerca do ex-deputado são identificados alguns artifícios de noticiabilidade que resultaram na cassação do ex-deputado:

- O surgimento das denúncias relativas ao “mensalão” feitas por Roberto Jefferson são repetidas com frequência. A frequência com que essas denúncias são divulgadas resultaram na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito;

¹ALSINA, M. R. Artigo disponível na Internet. <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/gruposhistoriamidia/historia/jornalismo/>>. Acesso em 15 abr. 2006.

²WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995. p.168

- A existência de denúncias envolvendo a alta cúpula do poder do partido, que sempre defendeu a investigação e a punição de corrupção, quando fazia parte da oposição, assinalou a dimensão do escândalo;
- Diante da denúncia da existência do “mensalão” e de episódios de corrupção envolvendo todo um esquema de perpetuação do poder, através de uma trama que cerca o processo eleitoral e as campanhas políticas, as denúncias passam a ocupar espaço não apenas nos noticiários, ganhando interesse junto a toda população, mas a cada dia, a cada semana, a cada discurso, a cada revelação, como capítulos da novela da vida real;
- A partir do momento que a população se faz representar, pelo voto, na figura de um presidente oriundo do meio dos trabalhadores e não da elite intelectual ou economicamente provida, tudo o que cerca esse presidente, seja na política, na vida pública ou particular é facilmente transformado em “notícia”. Emerge o grotesco na “disputa” entre os “pobres” emergentes, onde, não só a figura do ex-metalúrgico polariza o discurso dos excluídos, como a do advogado que ganha popularidade notória em programa televisivo: Roberto Jefferson em “O Povo na TV”.

A figura pública de Roberto Jefferson emerge, como se verá mais detalhadamente segundo capítulo, de um programa de televisão veiculado em rede nacional, flertando sempre com o poder entre as benesses que o mesmo possa trazer ao seu partido e à sua imagem de político. Uma vez político, nem sempre se alcança popularidade, embora o político seja uma figura pública. Com as denúncias feitas, Roberto Jefferson é defendido por uns e acusado por outros. Desta forma, o denunciante passou, também, a ser réu.

Costuma-se dizer que “notícia boa é notícia ruim”. Johan GALTUNG e Mari Holboe RUGE³ elaboraram interessante teoria sobre a transgressão social e a esfera da notícia que ajudam a encontrar uma resposta para o porquê das notícias tristes terem mais espaço na mídia que as boas. Quando ocorre um fato negativo há uma forte ruptura social, de modo que este fato, ao exigir menor tempo de assimilação, é menos ambíguo e se desenrola integralmente entre duas edições de jornal, ou entre dois telejornais, sendo assim mais noticiável. Acontecimentos positivos, por outro lado, são por natureza mais lentos, mais esperados, mais programáveis e, portanto,

³ GALTUNG, Johan & RUGE, Mari Holmboe. *apud* PONTES, Cristina. *Para entender as notícias*. Florianópolis: Insular, 2005. p. 167-229.

menos noticiáveis. É por isso que, segundo WOLF⁴, a organização do trabalho jornalístico está orientada para captar os acontecimentos ruins ou impactantes, ou seja mais pontuais e que representam instantânea ruptura social, pois aqueles acontecimentos constantes que se traduzem em permanência, não alcançam suficiente limiar de atenção do leitor para gerarem novas pautas.

Os acontecimentos pontuados como notícias são, comumente, desvios das normas e dos comportamentos das pessoas e não das coisas. Eles contêm algo que Luiz Gonzaga Motta⁵ chama de "anormalidade negativa". Ou seja, uma verdadeira quebra de rotina. Antonio Serra⁶, na análise de um jornal popular brasileiro encontrou uma expressão no título de uma coluna diária que talvez defina com precisão o caráter deste tipo de notícia: o "avesso da vida", ou seja, um caráter de excepcionalidade que no jornalismo é entendido como "extraordinário".

Segundo Nelson TRAQUINA⁷ a noticiabilidade é um componente da produção jornalística que se manifesta em todo o processo de elaboração, da seleção à construção e edição da peça. Assim, em resumo, são enumerados os fatores para que um fato se transforme em notícia a partir do estudo sobre a noticiabilidade de Johan GALTUNG e Mari Holboe RUGE⁸:

- O tempo do acontecimento ou a frequência do sinal: traduz a quantidade de tempo necessário para que um evento tenha visibilidade e adquira significado.
- Amplitude e clareza: combinam-se como características que promovem a percepção. Vemos e ouvimos melhor o que se apresenta de forma mais intensa e distinta nos seus contornos. A simplificação que assegura uma aparente clareza é aquela que provém do controle da diversidade de interpretações potenciais e da escolha de um enquadramento e de uma focalização, em nível de escrita e da imagem. Amplitude será, portanto, um valor/notícia também da ordem da apresentação, pela marcação de lugar que uma determinada matéria disputa em relação a todas as outras.

⁴ WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995. p. 168.

⁵ MOTTA, Luiz Gonzaga. 2002. Teoria da Notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: *O Jornal – da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora UnB. Coleção Comunicação. p. 39-58.

⁶ SERRA, Antônio. *apud* MOTTA, Luiz Gonzaga. Id.

⁷ TRAQUINA, Nelson. *apud* PONTES, Cristina. Para entender as notícias. Florianópolis: Insular, 2005. p. 167.

⁸ GALTUNG, Johan & RUGE, Mari Holboe. *apud* TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, [s.d.]. p. 167-229.

- Significância - proximidade e interesse: assinala a interpretação do acontecimento num quadro cultural do leitor ou ouvinte, e será organizado por critérios de etnocentrismo de relevância. A perspectiva de relevância de VAN DIJK⁹ vai além da dicotomia entre importante e interessante enquanto orientação para o leitor: é também definida em termos de instâncias de poder e será determinada por aqueles que controlam o sistema social.

- Consonância - expectativa e desejo: próximo da relevância está a consonância, coincidência ou compatibilidade entre o que se percebe e o que se espera perceber. Essa expectativa pode ser da ordem da previsão ou do desejo. A previsão é de dimensão cognitiva e favorece a recepção e o registro do evento, enquanto o desejo é de dimensão normativa. Para perceber processos de consonância, há que apreciar como a percepção e a interpretação de um acontecimento se combinam, o que remete para a construção social da realidade e para a teoria dos modelos cognitivos que associam a memória episódica e pessoal à memória coletiva e social.

- Imprevisibilidade - O inesperado e o raro: o inesperado e raro permitem separar aquilo que é da ordem do não controlado pelos seus agentes diretos. O inesperado é, de certa forma, determinado pela capacidade de realização de um jogo em que o esperado é tratado de forma inesperada, desta forma ele não remete apenas para a ocorrência fora do controle, produzida e gerada à margem dos jornalistas. O inesperado é apresentado junto a capacidade de surpreender, de se diferenciar da concorrência e de marcar pontos na competição na definição de uma agenda pública.

- Complementaridade e continuidade: a continuidade aponta para um sentido de conservação pelo qual algo que se instalou como notícia tende a permanecer em agenda ainda que perdendo amplitude. A complementaridade estimula diversidade e equilíbrio no conjunto perceptivo, capazes de mobilizar o leitor, não o saturando, mas garantindo sua atenção pela variedade.

- Relação com “elites”: é justificado pela influência social e cultural em diferentes níveis, seja por seus atos terem mais consequências que as atividades de não-elites, seja por estarem mais disponíveis para servirem aos processos de

⁹ VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 177-178.

identificação geral, não dispondo as pessoas comuns da mesma oportunidade de se representarem a si próprias.

- Personalização: o tratamento em termos pessoais, segundo BELL¹⁰ é mais noticiável que um conceito, um processo ou uma generalização. Este fator é tido como critério geral de noticiabilidade, associando-se ao critério de dramatização, envolvendo em particular figuras públicas ou populares enquanto vítimas de situações.

- Negatividade: ela satisfaz melhor que a positividade o critério da frequência: a assimetria básica da vida torna o positivo mais difícil e exige mais tempo. Um valor para ser percebido como positivo não pode ser demasiado fácil.

Johan GALTUNG e Mari Holboe RUGE¹¹ concluíram que o jornalista é um simples selecionador de informações, mas quando assume o papel de informante precisa estabelecer critérios para organizar o mundo à sua volta. É o que fazem os editores quando determinam a pauta e a ordem das matérias que serão publicadas no jornal. Esse processo de noticiabilidade e construção de uma notícia é constantemente negociado entre os profissionais de redação - editores, produtores, pauteiros e repórteres.

WOLF¹² assim conceitua a noticiabilidade:

a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.

Mas quais acontecimentos são considerados suficientemente relevantes e interessantes para transformar-se em notícia? WOLF acredita que os valores/notícia são utilizados para estabelecer rotinas quanto às tarefas, de forma que elas passem a ser realizáveis e administradas. Na seleção dos acontecimentos o jornalista utiliza os valores/notícia, definidos como regras práticas intimamente ligadas às rotinas produtivas e aos valores profissionais.

Parafraseando Mário WOLF¹³, o raciocínio com simplicidade ajuda os jornalistas a evitarem incertezas quanto a escolha apropriada. Assim, os critérios

¹⁰ BELL. apud PONTES, Cristina. *Para entender as notícias*. Florianópolis: Insular, 2005. p. 212.

¹¹ TRAQUINA, Nelson. apud PONTES, Cristina. *Para entender as notícias*. p. 59.

¹² WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 4 ed. Lisboa: Presença, 1995, p. 168.

¹³ Id.

para essa escolha devem ser flexíveis para adaptar-se à infinita variedade de acontecimentos disponíveis, portanto, devem ser relacionadas e comparadas as outras notícias passíveis de publicação.

A definição e escolha do que é noticiável será, assim, orientada pragmaticamente, isto é, para a facticidade, por processos de remoção de acontecimentos de seu contexto e sua integração nos constrangimentos dimensionais e comunicacionais do meio informativo.

Para Mauro WOLF¹⁴, a significância constitui a base de critérios substantivos articulados em torno da importância e do interesse da notícia, categorias que apresenta como dicotômicas. A importância enfatiza a dimensão coletiva do acontecimento e, assim, WOLF salienta como variáveis: 1 - o grau e o nível hierárquico dos indivíduos nele envolvidos; 2 - o impacto sobre a nação e o interesse nacional; 3 - a quantidade de pessoas envolvidas (de fato ou potencialmente); 4 - a relevância do acontecimento quanto à evolução de uma determinada situação.

Para VAN DIJK¹⁵, a notícia é consonante com normas, valores e atitudes socialmente partilhadas e esse será um caso especial do valor de pressuposição: é de compreensão e de aceitação mais fácil a notícia consonante com atitudes de jornalistas e leitores, ou seja, com o consenso ideológico de uma sociedade ou cultura.

Funções do Jornalista

Ainda nas palavras de TRAQUINA¹⁶ os jornalistas limitam-se a recolher a informação e a relatar os fatos, porque, são simples mediadores que reproduzem o acontecimento na notícia. Porém o trabalho de mediar uma informação não é por si só algo simples. Além disso, nem com todos os aparatos tecnológicos ou todas as técnicas de narrativa se pode reproduzir fielmente um acontecimento, pois este mesmo acontecimento ao ser transformado em notícia, em um texto (entendido aqui como um todo de sentido) passa a ser representado.

¹⁴ WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 4 ed. Lisboa: Presença, 1995, p. 178-182.

¹⁵ VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 176-177.

¹⁶ TRAQUINA, Nelson. *O que é Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002. p. 14.

A representação nunca contempla a realidade, é sempre com base em um referente que, no entanto, nunca pode ser retido, reproduzido. Para legitimar o poder dos jornalistas, em não raras vezes, esta noção de espelho, de retrato fiel, de reflexo da sociedade foi empregada e, especificamente, no Brasil a imprensa é vista pela população como uma espécie de inquiridor, de testemunha ocular e de portadora da verdade absoluta. Isto é comprovado quando, por exemplo, os fatos divulgados passam a ser aceitos como inquestionáveis, mesmo que estejam errados. Outro exemplo que pode ser citado é no que se refere à pobreza, quando ela é mediada tal como é na "realidade", transformada em notícia, passa a ser uma preocupação, porém inúmeras vezes a favela está ao lado de quem lê, escuta, assiste ou acessa tal informação e mesmo assim a miséria lhe é indiferente.

A maioria dos profissionais executa hoje o que TRAQUINA chama de *jornalismo organizacional*, ou seja, aquele em que o profissional faz o que o chefe quer, de olho numa promoção futura. Para a maioria deles, infelizmente, é mais fácil, mais conveniente fazer o jogo do poder. É o profissional trocando seus ideais por um cheque no final do mês. Os jornalistas devem argumentar, mostrando que determinadas decisões, ou escolhas de notícias destroem a credibilidade, a exemplo de matérias sensacionalistas ou o alarde de boatos. A credibilidade é a única possibilidade de um jornal, telejornal ou radiojornal se manterem vivos. Para isso é necessário que se tenha uma informação consistente e isso é o que mais falta nos profissionais de hoje. Falta a eles o compromisso com seu verdadeiro objeto, o público. Afinal, a função do jornalista não é vigiar? Não é, como definiu Sérgio HALIME, no seu artigo, “confortar quem vive na aflição e afligir quem vive no conforto?”¹⁷

O jornalismo é um serviço público da mais alta relevância social. Para Abraham MOLES¹⁸, a função do jornalista é servir de “vaso comunicante entre os grupos sociais”.

O jornalista é um profissional que lida diariamente com valores, princípios, costumes. Cláudio ABRAMO¹⁹ afirma que o trabalho do jornalista é resultado de

¹⁷ MOLES, Abraham *apud* MENEZES, Maurélio. *Onde foi que nós erramos?*, Cuiabá, Última Notícia, jul. 2005. Disponível em:

<<http://www.ultimanoticia.com.br/opinioes-colunadet.asp?cidade=1&uf=1&colunista=8&cod=80>>.

Acesso em: 12 abril 2006

¹⁸ MEDINA, Cremilda. *Profissão Jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 39-59.

uma complicada equação que envolve elementos subjetivos e objetivos como caráter, competência, oportunidade e necessidade de sobrevivência.

O dilema do operário da informação está centrado na resistência a se submeter às pressões do poder, seja ele patronal, político ou econômico, em detrimento de princípios morais. Há que se estar atento, visto que este é um dos rostos do poder. Deste modo, em governos ditadores a liberdade de expressão é um dos primeiros direitos a serem cerceados. É necessário um profissional mais humano, responsável pelo que escreve e diz. Uma frase mal colocada é capaz de causar danos. É preciso informar com responsabilidade.

O que é noticiabilidade e quais os seus critérios de discernimento?

Nelson TRAQUINA²⁰, afirma que os padrões de noticiabilidade têm variado muito pouco nos últimos anos. Mas, ressalta que a partir dos anos 80 a decisão sobre o que é notícia segue, cada vez mais, a lógica do mercado em vez daquilo que seria importante noticiar. É como se a imprensa tivesse perdido a capacidade de compreender e revelar as causas mais profundas dos eventos que noticia.

Independentemente das exigências da mediação, existe uma escala de valores que permite analisar o grau de possibilidade de um acontecimento se transformar em notícia, desta forma é possível distinguir o que é notícia do que é apenas um acontecimento.

Parafraseando Gaye TCHUMAN²¹, o ato de selecionar implica reconhecer que um fato é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas, assim independentemente do papel do jornalista e das características do meio, existe um conjunto de critérios de noticiabilidade que permitem aplicar uma prática de seleção estável, o que favorece a standardização do processo produtivo.

Nelson TRAQUINA²² ainda afirma que os critérios de noticiabilidade se assentam num conjunto de valores/notícia que atuam combinados e que permitem

¹⁹ ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 109

²⁰ TRAQUINA, Nelson. *Quem vigia o quarto poder?* Lisboa: Editora Minerva, 2000. p. 89

²¹ TUCHMAN, Gaye. *Making News*. Nova Iorque: Free Press, [1978]. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=canavilhas-joao-televisao-espectaculo.html>>. Acesso em 15 abr. 2006.

²² TRAQUINA, Nelson. *apud* PONTES, Cristina. *Para entender as notícias*. Florianópolis: Insular, 2005. p. 178

distinguir o que é notícia do que é apenas acontecimento. Estes critérios são válidos para o jornalismo, em geral:

- **Momento do acontecimento** - O acontecimento tem maior probabilidade de passar a notícia se as suas características temporais servirem as necessidades do meio. No caso da televisão, o privilégio é sempre dado aos acontecimentos de última hora.
- **Intensidade** - Quanto maior for a magnitude do acontecimento, maior a probabilidade de ser noticiado.
- **Clareza** - A inexistência de dúvidas em relação ao acontecimento é diretamente proporcional às hipóteses dele passar a notícia.
- **Proximidade** - Quanto mais próximo for o acontecimento, mais hipóteses têm de ser noticiado.
- **Surpresa** - Quanto mais inesperado for o acontecimento mais probabilidades têm de ser noticiado.
- **Continuidade** - A noticiabilidade de um acontecimento aumenta as hipóteses dos seus desenvolvimentos também o serem.
- **Composição** - A necessidade de diversificar o conteúdo do jornal leva a que acontecimentos diferentes do gênero dominante do jornal possam transformar-se em notícia.
- **Valores socioculturais** - A noticiabilidade de uma notícia varia de acordo com os padrões culturais vigentes.

É necessário estar atento a estes critérios ao se construir uma notícia por se tratarem de critérios gerais, pois eles permeiam o jornalismo e estabelecem a escolha, seleção e divulgação da notícia. A forma de utilização desses critérios pode colaborar para construir ou destruir a imagem de alguma figura pública. Desta forma, são levantados alguns parâmetros para analisar as publicações, que no caso desta pesquisa, são referentes as veiculadas pelo Correio Braziliense sobre Roberto Jefferson, que é o foco dos capítulos que se seguirão.

CAPÍTULO 2

Persona de Roberto Jefferson

Advogado, Roberto Jefferson Monteiro Francisco iniciou a carreira política no MDB, partido em que militou de 1971 a 1979. Após uma rápida passagem pelo PDS (atual PP), filiou-se ao PTB. Jefferson cumpriu seis mandatos como deputado federal (1983-1987, 1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003 e 2003-2005). Em 1992 ganhou notoriedade por defender o então presidente Fernando Collor de Mello durante o processo de *impeachment*. Em junho de 2005, Jefferson denunciou o suposto esquema de pagamento de "mensalão" no governo Lula deflagrando a pior crise política do país na última década.

Para melhor entendimento desta figura no cenário político brasileiro, observe-se a curiosa ligação entre o poder e o dispositivo panóptico²³ descrito por Michel FOUCAULT. O dispositivo constitui uma “máquina”, idealizada por Bentham no século XVIII, cuja arquitetura é formada por uma torre central e uma construção circular periférica. Nesta se encontram indivíduos a serem vigiados – prisioneiros, loucos, escolares, trabalhadores, isolados em células, formando “uma coleção de individualidades separadas” – enquanto naquela se encontram os vigias. As salas da construção periférica são determinadas por janelas externas (por onde entra a luz) e por janelas internas (frente à torre central). E é justamente essa a eficiência do dispositivo panóptico: “ver sem ser visto”; à torre é possível ver tudo o que acontece no prédio externo, ao passo que este nem sabe se é, ou não, vigiado, onde a visibilidade torna-se uma armadilha.

Para FOUCAULT²⁴, o panoptismo é uma invenção tecnológica que está para a ordem do poder assim como a invenção da máquina a vapor está para a ordem da produção. Ou seja, ele atribui a essa nova estratégia grande significância, já que foi a partir da invenção de novas tecnologias que a burguesia pode assegurar a irrigação dos efeitos do poder sobre todo o corpo social, mesmo em suas mais

²³ Panóptico é um dispositivo de poder baseado na vigilância. É o poder disciplinar em que se projeta luz sobre cada condenado, baseando-se na visibilidade, na regulamentação minuciosa do tempo e na localização precisa dos corpos no espaço. Isto possibilita o controle, o registro e a acumulação de saber sobre os indivíduos vigiados, de forma a torná-los dóceis e úteis à sociedade.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p 160.

ínfimas partículas. É por isso que FOUCAULT considera Bentham como um dos mais exemplares inventores de tecnologia do poder. Ainda que a idéia do “panopticon” seja anterior a Bentham, foi ele que, segundo FOUCAULT, formulou e batizou o Panóptico. De acordo com a concepção foucaultiana, até a palavra é fundamental, pois panopticon designa um princípio de conjunto.

Passe-se então do panóptico ao panoptismo: a figura do homem público Roberto Jefferson foi construída a partir da imagem de advogado de causas populares, reforçada por quatro anos de participação em um programa de TV, rendeu a Roberto Jefferson Monteiro Francisco o primeiro de seis mandatos como deputado federal.

Ainda referindo-se a FOUCAULT, este não nos fornece uma teoria geral, já que acredita que o poder não consiste em uma substância possuída a ser utilizada no momento oportuno, mas sim uma particular relação entre sujeitos com referência a um específico campo de possibilidades tanto materiais (práticas, comportamento, vínculos normativos, etc.) quanto discursivas (idéias, valores, imaginários etc.).

FOUCAULT²⁵ traz uma nova concepção de poder (a microfísica do poder) na qual o poder não é central, não é estatal, existem outros poderes e outros saberes. Quem sabe exerce poder sobre quem não sabe. O que se tem é o poder da fala. O poder está na sociedade, em cada pessoa está o poder e nela está também a resistência. No caso de Roberto Jefferson, o poder se reorganiza na medida em que ele utiliza a palavra.

A construção da imagem

Jefferson conquistou notoriedade como advogado de pobres no popular “O Povo na TV”, na década de 80. Armado e com 170 quilos, Jefferson admite: “Era um troglodita”. Hoje, mesmo com a redução do estômago e as aulas de canto, reage quando pedem calma: “Mudei. Mas não virei Mary Poppins”.

O programa O Povo na TV fez grande sucesso. Saiu do ar meses depois de mostrar ao vivo a morte de um bebê num hospital. Centenas de pessoas faziam fila na porta da emissora em busca de cura para todos os males. Nos estúdios,

²⁵ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 297-321.

atendiam ao povão paladinos da "prestação de serviços" (assim os produtores definiam o show de misérias) como Wilton Franco, Wagner Montes, Cristina Rocha, Sérgio Mallandro e o curandeiro Roberto Lengruber.

Roberto Jefferson tornou-se uma figura popular e pública alcançando visibilidade e exposição, encarnou o defensor, o justiceiro veemente dos menos favorecidos: os lábios freíam de indignação enquanto esmurrava a mesa ao xingar o marido desdentado que batera na mulher aleijada.

Oriundo, pois, de um programa de repercussão estadual, como o defensor ferrenho dos pobres e oprimidos, estabelece entre os menos abastados a figura do defensor, ou ainda como um tipo de herói, o salvador que fará justiça aos injustiçados.

Em períodos eleitorais não é raro surgirem políticos e figuras públicas com ares de “salvadores da pátria”, nas entrelinhas de suas políticas partidárias e de suas plataformas eleitoreiras. A política brasileira volta e meia é cercada por escândalos vinculados a figuras corruptas. Segundo FIGUEIRÓ²⁶, a corrupção é uma doença social. Então neste contexto, o comportamento do corrupto se remete ao do sociopata. Na psiquiatria, esse tipo de comportamento se enquadra na categoria de “transtornos da personalidade”. Uma pessoa sadia, do ponto de vista da personalidade, não mata, não estupra ou agride e não pratica costumeiramente atos ilícitos como a corrupção. O perfil do sociopata pode ser dividido em três tipos:

- O anti-social que é aquele que não segue a lei, mente, usa desculpas e engana para o seu benefício pessoal ou prazer. É impulsivo, agressivo, não se preocupa com o bem-estar alheio, é indiferente ao sofrimento dos outros e não tem remorso.
- O narcísico se sente grandioso, com funções muito importantes. O indivíduo requer atenção excessiva e está sempre obtendo vantagens em tudo. É arrogante e invejoso. Ou acredita que os outros o invejam.
- O *borderline* é o sujeito que está no limite entre o normal e o patológico. Apresenta relações instáveis de amor e ódio. Hoje está com você, mas pode imediatamente se virar contra você.

Roberto Jefferson só se tornou conhecido no país inteiro durante a era Collor, início dos anos 90. Jefferson foi um dos principais nomes da “tropa de choque”,

²⁶ FIGUEIRÓ, João Augusto. *O que é um corrupto*. Artigo disponível na Internet. <<http://www.terra.com.br/istoe/1864/brasil/>> Acesso em 15 abr. 2006.

como era conhecido o grupo de parlamentares que defendia o então presidente Fernando Collor de Mello.

No caso de Roberto Jefferson, podemos perceber, em momentos distintos, características narcísicas, onde a arrogância e a necessidade de chamar atenção eram uma constante durante suas aparições na TV, como sendo indispensável à proteção dos menos favorecidos. Em vários outros momentos, seja na apresentação do programa, seja na tropa de choque do ex-presidente Collor, seja ao denunciar o mensalão podem ser reconhecidas características *borderline*.

Vida pública

O Deputado chegou a se envolver em discussões ásperas com o senador Eduardo Suplicy, do PT, em uma sessão da CPI que viria a culminar com o *impeachment* do presidente Collor. A atuação da tropa de choque não bastou e Collor acabou destituído em 1992.

Defensor do presidente Fernando Collor, o performático Roberto Jefferson, sobreviveu a momentos turbulentos da política nacional. Além do processo de impeachment de Collor, resistiu à outra CPI, a do Orçamento. Em 1993, seu nome foi citado entre os envolvidos no esquema de propina na Comissão de Orçamento. Em 1994, durante depoimento, Jefferson chorou por duas vezes, lamentando o fato de sua família ter sido exposta. No relatório, foi incluído na lista de 14 parlamentares sobre os quais seria necessária maior investigação. Seu capítulo ocupou uma página do relatório, do hoje desafeto, Roberto Magalhães (PE). Nele, a conclusão era que, com crédito total de US\$ 470 mil em cinco anos, seu patrimônio e movimentação bancária seriam compatíveis com o rendimento.

Já no governo Fernando Henrique Cardoso, para o qual fez indicações, como a do titular da Delegacia do Trabalho do Rio, Jefferson teve papel fundamental para que ocorresse o rompimento do PSDB com o PFL. O então líder do PTB formalizou um bloco com a bancada tucana, permitindo que o deputado Aécio Neves (MG) concorresse à presidência da Câmara, vaga prometida ao pefelista Inocêncio Oliveira (PE).

Se para emergir politicamente a figura de destemido e truculento foi importante, para se perpetuar no poder, tornou-se necessário moldar-se, remodelar-se, adaptar-se sem perder algumas de suas características.

Contrário ao desarmamento, o deputado gostava de praticar boxe, e tiro ao alvo para relaxar. Porém, a preocupação com a aparência o levou a fazer uma operação para redução do estômago para perder os mais de 170 quilos. De silhueta nova, apoiou Ciro Gomes para presidente em 2002, e, no segundo turno, fechou com o candidato Lula. Até então a possibilidade de aliança com o PT era tida como impraticável, visto que no discurso de Roberto Jefferson os petistas eram comparados ao demônio, um deles foi o ex-líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (SP). Esse paradigma é quebrado com a aliança feita para eleger Lula à Presidência da República, numa campanha política em que os antes demônios, os petistas, passam à condição de aliados.

Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia que, apesar das diferenças, PTB e PT se uniriam "com afeto". A partir daí fixou uma estratégia: aceitar, inicialmente, cargos pouco expressivos, como moeda de troca para compor a bancada governista. Desta forma cresceu dentro do governo e passou a poder exigir mais. Ou seja: em troca do apoio ao governo, o partido dele, o PTB, obteve o direito de nomear correligionários para pelo menos oito cargos importantes em estatais. Os aliados de Roberto Jefferson comandavam verbas de dezenas de bilhões.

Uma das maneiras de manter a visibilidade e estar em evidência é estar sempre se reinventando como camaleão que se molda ao jogo do poder, para nele permanecer, nessa estratégia pode o sujeito aliar-se a figuras ou causas que outrora combatia, adaptar a imagem ao contexto, mudar o discurso e a prática a ele condicionada.

Como deputado, Jefferson dava apoio às mais diferentes e controversas causas, sem perder de vista as ações que o levaram ao poder. Um exemplo foi o apoio dado ao projeto de lei da deputada Marta Suplicy, que pretendia legitimar a união entre homossexuais.

A bancada do PTB na Câmara dos Deputados aumentou e, provavelmente, sentindo que o poder crescia em suas mãos, Roberto Jefferson começou a exigir mais e a se queixar publicamente do não-atendimento de suas reivindicações. Como presidente do partido, determinou a aliança com o PT nas capitais para as eleições de 2004, contrariando a filha, aliada a César Maia (PFL) no Rio. Em troca, o PT ajudaria financeiramente o PTB.

As estratégias utilizadas por políticos incluem certos modelos a se seguir na escalada do poder. Na TV, Jefferson foi o herói do povo, e por esse motivo, sua eleição repetidas vezes foi baseada na expectativa de fosse ele um dos salvadores da pátria. Desta maneira estabelece-se um paralelo entre as idéias de Foucault e os paradigmas deste político. Assim sua máscara de integridade como defensor do povo caiu ao ser desmascarado por seu comandado.

Denúncias e o "mensalão"

A partir de 2004, começaram a surgir rumores de envolvimento com esquemas ilícitos, como a máfia dos combustíveis, no Rio. Mas a crise atingiu temperatura máxima com o surgimento de uma gravação que mostra um apadrinhado seu recebendo propinas: o funcionário dos Correios Maurício Marinho, que afirmava na fita agir em nome de Jefferson.

No dia do seu aniversário, em 2005, o deputado, presidente do PTB, deu seus primeiros depoimentos às comissões de sindicância e ética da Câmara dos deputados. Ele era acusado de liderar um esquema de coleta de propinas em estatais como os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil. Homens indicados pelo partido de Jefferson ocupavam cargos de confiança em diversos órgãos públicos.

O depoimento à CPI que investigava as denúncias prometia ser o clímax de uma carreira que começou a despertar a atenção da mídia há quase 30 anos. Em 1979, Roberto Jefferson defendeu a família de um menino assassinado num ritual de magia negra na cidade de Cantagalo, estado do Rio.

Depois de três semanas de intensa pressão, o deputado deu uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, na qual denunciou o pagamento do que ele chamou de "mensalão", uma quantia que deputados do PP e do PL supostamente receberiam do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, em troca de apoio ao governo.

Roberto Jefferson não renunciou para escapar ao julgamento da Comissão de Ética da Câmara por quebra de decoro, apostando que sua imagem de "justiceiro" seria suficiente para ter a opinião pública a seu favor. Ele passou seus últimos dias com deputado federal trancado em seu apartamento funcional, em Brasília, cantando e aguardando o momento de comparecer à Câmara.

No discurso do dia 17 de junho de 2005, à CPI dos Correios, ele utiliza todos os recursos oratórios dos tempos de “Povo na TV”. Deste modo fazendo uso de voz ora compungida, ora trêmula, ora enérgica, apela às lições da juventude para dizer que todos ali já teriam passado “pela situação de ver alguém vendendo prestígio, vendendo intimidade, vendendo confiança, pedir dinheiro em nosso nome”. Distribuiu elogios ao repórter da Veja que assinara a denúncia: “É um homem sério, correto. Duro, mas um homem correto, que não está livre de se enganar”, para em seguida delatar intimidades com outro profissional, do Estado de São Paulo. Atirou contra os arapongas que gravaram a cena de corrupção para depois proteger correligionários. Afirmou que jamais se encontrara com Marinho (aquele que recebeu a propina), dentro ou fora dos Correios “para conversar sobre negócios”, mas “ele esteve uma vez no meu aniversário. Outra vez, no aeroporto, embarcando, quando se encontrava com um grupo de pessoas da empresa e me cumprimentou”.

O ponto alto do *show*, porém, foi um trecho lacrimoso:

Há um preconceito contra mim que eu não consegui quebrar, e é culpa minha, Sras. e Srs. deputados. Confesso que, no passado, eu vendia aquela imagem de troglodita mesmo: 175kg. Lembro-me de que, na sessão solene pela morte do deputado Luis Eduardo Magalhães, eu estava de terno de linho branco, era gordo, enorme. O senador Antonio Carlos Magalhães presidia a sessão e me chamou. A câmera cortou a cena em mim, e eu vinha pelo meio do plenário. Subi a esta tribuna e cheguei ao microfone ofegante. Era um troglodita, sim. (...) usei revólver na cintura, pratiquei tiro ao alvo a minha vida inteira porque fazia disso uma muleta. Eu queria vender a imagem do homem valente, bravo. E não descobri isso por mim mesmo, não, mas na terapia que fiz para fazer a cirurgia [de redução do estômago]. Precisava enxergar medo para não ver rejeição. Eu era uma espécie de fantasma da ópera, eu era o fantasma do Parlamento. Eu temia o olhar de rejeição, por isso fazia aquela cena de troglodita, de homem bravo. Eu tinha medo do olhar de rejeição e preferia substituí-lo pelo olhar de medo. (...) Melhorei por dentro e por fora. Sou muito mais sereno, muito mais calmo, estou numa situação muito melhor. Minha auto-estima subiu. Fiz plástica. Voltar ao peso ideal não é fácil. Tinha 175cm de cintura, hoje tenho 100. Sobrou e tive de fazer plástica. Não é fácil voltar à normalidade. Mas eu me sentia o fantasma do Parlamento. Repito: precisava intimidar com aquela imagem de valente, para não enxergar nos olhos das pessoas a rejeição que hoje vi na rua no olhar de alguns: ‘Ali o cara envolvido no escândalo dos Correios’.²⁷

Sob a ótica da relação de poder vivida na carreira e projeção pública de Roberto Jefferson pode-se ver a relação entre discurso e poder que FOUCAULT²⁸ em sua genealogia considerava: o poder não é uma coisa, algo que se toma ou se dá, se ganha ou se perde, mas sim uma relação de forças. Portanto, defende a idéia de que o poder circula em rede e perpassa por todos os indivíduos, logo, neste sentido não existe o “fora” do poder. Trata-se de um jogo de forças, de lutas

²⁷ Discurso de Roberto Jefferson à CPI dos Correios, em 2005. Disponível na Internet. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=330IPB002>>. Acesso em: 20 abr 2006.

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 88.

transversais presentes em toda sociedade. Esse postulado tão amplamente difundido fez com que noção de poder se tornasse inteligível e utilizável no meio acadêmico como uma ferramenta, um discurso.

Nesta lógica, comportamentos até então tidos como aceitáveis tornam-se nocivos ao bem comum e à nação e Jefferson se vê condenado a perda do mandato pelo deputados. De defensor pomposo dos menos privilegiados ele se declara culpado por ter recebido determinado valor em dinheiro, embora o destinasse a seu partido. Ao mesmo tempo, numa manobra dualista torna-se “vítima” de um esquema político em que verbas e cargos públicos eram negociados como moeda corrente da política partidária, em troca de respaldar pelo voto, na Câmara, leis que beneficiariam o governo. Com essa moeda, a troca de favores, negociou sua permanência e seu poder durante vários mandatos.

Procurando minimizar a culpa, não só citando seu passado, assim como, tornando clara a espetacular manobra do poder e a perpetuação do mesmo, deflagrando a crise de um esquema eleitoral viciado, coloca-se como mera vítima de preconceitos e perseguições por parte dos poderosos. Nessa escala poupa apenas a figura do presidente da república, atacando com veemência seu braço direito, José Dirceu. Réu e acusador, advogado e vítima mesclam-se nesse *show* acompanhado por toda a imprensa nacional e a internacional, ganhando destaque não apenas nos noticiários como nas conversas corriqueiras de toda a população.

Coroadado pela visibilidade midiática e, para o espanto da nação, Roberto Jefferson solicita sua aposentadoria como deputado federal que por força de seus três mandatos lhe é concedida num desfecho feliz para um indivíduo que comandou vários “laranjas”, vigilantes de um patrimônio adquirido através de favores e propinas.

Mais uma vez as idéias de FOUCAULT podem ser bem aproveitadas para entender a relação de Roberto Jefferson com Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e com Lula. Para Michel FOUCAULT²⁹, o sujeito é sempre o resultado de uma prática, ou seja, o sujeito é sempre fabricado. Nessa relação de poder, de troca de favores e até mesmo a preocupação em ter uma boa aparência ou em ser o “coitadinho”, aquele que é perseguido pelos preconceitos da sociedade, Jefferson se transfigura em réu, porém clamando aos espectadores que sua culpa é

²⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 107-120.

perdoável ou amenizada pelo fato de se declarar culpado e por descortinar o *status quo* do corrompido agenciamento do poder. Em tempos modernos em que a observação, ou seja a vigilância está em voga, seja de simples cidadãos confinados para observação pública e diária, e posterior julgamento em “paredões” televisivos onde se estabelece a (pré) punições através de votos virtuais ou telefônicos, e seguindo os moldes apregoados na ficção por George Orwell³⁰, em sua obra 1984, em que tudo o que é feito se torna público aos olhos do Grande Irmão, o ex-deputado proporcionou ao povo brasileiro um verdadeiro “Big Brother Político”.

A sociedade, via de regra, não aceita a figura do sociopata, corrupto, salvo aqueles que voltam ao poder pela “absolvição”, através do voto, por parte dos eleitores. Mesmo assim, parte da sociedade demonstra indignação com a fragmentação engendrada por políticos em suas manobras para voltar ao poder.

A visibilidade acaba sendo uma armadilha. Se ao mesmo tempo ter destaque na mídia, tornar-se visível aos olhos da população é necessário aos políticos, essa mesma visibilidade pode fazer com que a pressão popular interfira em seus atos. Foi assim com Roberto Jefferson em sua ascensão e queda ao poder. Estar em evidência na mídia o levou a ter uma carreira política durante décadas, mas essa mesma a super-exposição esteve presente em forma de pressão, seja dos eleitores, seja de seus iguais, os deputados, em sua cassação. Ao enredar-se no dispositivo panóptico, Jefferson que beneficiou-se do poder, teve também sua “punição”. Na mídia são similares o olhar e o vigiar, foi o que ocorreu no desenrolar das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito.

³⁰ ORWELL, George. 1984. 29. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 2004. 301p.

CAPÍTULO 3

Análise de discurso das matérias do no Correio Braziliense

Entre o período de 14 de maio de 2005 a 15 de junho de 2005 foram publicadas 90 matérias no jornal impresso Correio Braziliense referentes à crise desencadeada pelas denúncias de corrupção, caixa dois e “mensalão” do ex-deputado federal Roberto Jefferson. Para melhor exemplificar a forma deliberada de exposição da imagem do deputado federal, foi escolhida, como amostragem, a seção Tema do dia / Lamaçal, que foi publicada neste período, na qual por 10 dias o nome do deputado foi citado nominalmente por 49 vezes, totalizando 21 páginas inteiras. Nos demais dias a notícia continua sendo abordada, porém seu nome não mais é citado com a mesma frequência.

A linguagem como interação social precisa do outro para ter significado; deixando claro as relações entre o lingüístico e o social num amplo contexto. Quando a lingüística enfoca a ligação entre o fenômeno lingüístico e o social, precisa mostrar suas vinculações com a ideologia. Afinal, a sociedade faz uso da palavra para relatar significações de vozes e pontos de vistas diferenciados, que querem ser ouvidos.

A Análise do discurso tem o objetivo de ler o que está presente em camadas profundas do texto. Para tanto disponibiliza de técnicas ou procedimentos que expõe ao olhar do leitor as informações existentes por baixo da opacidade do texto estrategicamente construída pelo sujeito. Possibilita reconhecer significações não visíveis sem a carga teórica arrolada no embricamento entre o político e o simbólico e visa justificar a construção de determinado enunciado.

O discurso, segundo Eni ORLANDI³¹, é o momento, instância de produção e explicitação da linguagem, que é social. Ele não é transmissão de informação, mas efeito(s) de sentidos possíveis que se constrói(em) na vida, no embate, na troca, na apropriação de significados entre interlocutores. Sendo assim, ele é o ponto crucial onde se articulam os diversos fios que compõem seu tecido, instância de produção de sentido em cuja materialidade se confrontam o lingüístico, o histórico e o

³¹ ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 1999. p. 48.

ideológico, onde se conjugam e/ou se interpelam a língua e a história em sua materialidade.

Por outro lado, Michel FOUCAULT³² propõe que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, enquanto sua temível materialidade. Mas ele suspende o conceito de ideologia, para propor que o dito, repetido e reconduzido se transformam no tempo e no espaço, por processos de exclusão de temas, objetos, palavras, por reconfigurações nos contextos de enunciação, pela atribuição de significados que transcendem o ideológico.

O poder de dizer/criar/fazer discursos é, não só o reflexo das lutas na sociedade pelo poder, mas, ele próprio o objeto do desejo, aquilo pelo que se luta, isto é, o direito de falar. Ele é o objeto do desejo: o “poder dizer” é o objeto pelo que se luta. Na sociedade, no mundo, o discurso traduz as lutas e os sistemas de dominação vigentes.

Resguardada a principal diferença entre Orlandi e Foucault – se para ela o ideológico é fundamental, para ele, o ideológico é transcendental, quem afirma algo deve ter condições de garantir a verdade. Esta deve ser o foco de todo veículo de comunicação. Observa-se que o Correio Braziliense usa a reprodução das falas para produzir um efeito de verdade. As aspas aparecem, com frequência, nas matérias selecionadas que têm como personagem principal, o deputado Roberto Jefferson.

Jefferson usou o discurso para tentar afirmar sua posição de vítima, mas os argumentos não foram suficientes e os discursos contrários ao seu, mostraram-se convincentes até, de certa forma, exagerada, pois o Correio cercou o deputado de todas as formas, foi implacável na busca pela verdade, tendo até deixado outros envolvidos em segundo plano.

O discurso mais do que manifestar ou ocultar desejos é ele próprio o objeto do desejo: o “poder dizer” é o objeto pelo que se luta. No embate político estaria localizada a disputa por ser sujeito enunciator de discursos. Para Michell FOUCAULT³³ o discurso seria “o poder do qual queremos nos apoderar”. Por essa razão, para poderem enunciar e serem ouvidos no seu tempo, os homens acabariam

³² FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 297-321.

³³ Id.

sujeitando-se à ordem do discurso: só falam (e escrevem) o que podem falar e escrever.

Eni ORLANDI³⁴ propõe tipos de discurso, segundo uma classificação. Os discursos podem ser lúdicos, polêmicos ou autoritários. Tendo como critério as condições de produção do discurso - efeito de sentidos - expressos na relação entre os interlocutores em sua possibilidade de reversibilidade, pode revelar a presença e ausência do referente e a possibilidade de dizer o novo (polissemia) em contraposição a repetir o já-dito (paráfrase).

O discurso lúdico é aquele em que os sentidos podem correr soltos - possibilidade de polissemia – produção de vários sentidos possíveis -, o referente (o objeto do discurso) está exposto à presença dos interlocutores e há possibilidade de reversibilidade entre as posições dos interlocutores, todos podem ser simultaneamente sujeitos enunciadore de pretensas “verdades”. O responsável pelo enunciado tem a possibilidade de incorporar, negar ou ainda, se manter neutro (ou visar neutralidade) quanto a uma enunciação de origem em outro enunciadore.

Num primeiro momento a postura do Correio Braziliense era de ponderação: o nome do ex-deputado era citado como se ele fosse objeto de uma conspiração, a vítima, quando Jefferson ainda negava seu envolvimento; a seguir passou a mostrá-lo como um jogador que blefa. Neste momento, demonstra a ocorrência do discurso lúdico. Após a criação da CPI dos Correios o jornal passa a mostrá-lo como delator e co-participante e, dias depois, apresenta exaustivamente a ligação de seu genro e filha em esquemas sob suspeita e investigação.

O discurso polêmico, segundo Eni ORLANDI³⁵, é aquele no qual os interlocutores procuram controlar a polissemia, direcionando o referente, procurando diminuir o acaso e o aleatório dos sentidos a um nível “controlável”, do esperado, já não tão soltos.

O discurso autoritário³⁶ se caracteriza pela contenção da polissemia pelo agente do discurso, que se pretende único, ocultando o referente pelo dizer. Nesse tipo de discurso, a reversibilidade é estancada. É um discurso que privilegia a linguagem, recusando, em geral outras formas de expressão.

³⁴ ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 1999. p. 52

³⁵ Id.

³⁶ Id.

A presença obrigatória do inconsciente na elaboração do discurso atesta o quanto o sujeito se apresenta “descentrado” dividido e com um interior já constituído de tantos outros discursos, remetendo assim à “historicidade” desse sujeito que vai sempre falar a partir da sua participação e experiência em discursos, anteriores ou paralelos. Sobre esta questão da “historicidade” observe-se o que esclarece Eni ORLANDI³⁷:

Eis outra via possível de se pensar a historicidade na perspectiva em que a estamos colocando: história do sujeito e do sentido. Inseparáveis: ao produzir sentido, o sujeito se produz, ou melhor, o sujeito se produz, produzindo sentido. É esta a dimensão histórica do sujeito – seu acontecimento simbólico – já que não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos.

Nas palavras de Eni ORLANDI³⁸ fica claro entender “que a história afeta” a linguagem de sentidos. Desse encontro resulta o texto, logo textualidade faz sentido como história”. E tudo isso dá a certeza da amplitude de possibilidade de pesquisa dessa contemporânea ciência, que veio ajudar na compreensão e resolução das questões referentes aos sujeitos de uma sociedade e os efeitos de sentido produzidos por seus diferentes discursos, verbais ou não-verbais.

Na matéria de 25/05, em anexo com a manchete: “PTB pára de blefar” a matéria induz a conclusão com a chamada em menor destaque logo abaixo: “Marinho assume culpa e diz que foi ‘armação’.” É facultativo ao leitor concluir que a culpa assumida é evidência de que o “blefe” perdeu sua razão de ser, uma vez que alguém admitiu ser culpado. Ao ler a matéria, fica claro, através da fala de Marinho que “Não há essa corrupção falada na ECT.” Então qual é a culpa assumida? Existe relação com o blefe? O dito sobre a culpa é a admissão de Marinho que “errou e falou demais”? Isso acontece pela utilização do discurso polêmico.

Segundo Milton José PINTO³⁹, a análise de discurso defende a idéia de que qualquer imagem, mesmo isolada de qualquer outro sistema semiótico deve ser considerada como sendo um discurso. Nas imagens estão presentes intertextualidade, enunciadores e dialogismo, tal como nos textos verbais.

Nas matérias selecionadas do Correio Braziliense a caracterização de personagens públicos é obtida por meio da escolha da foto, colocação de textos e

³⁷ ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 1999. p. 96-113.

³⁸ Id.

³⁹ PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*. Introdução à análise de discursos. 2.ed. São Paulo: Hackers, 2002. p. 65.

legendas com determinadas características tipográficas. Tomemos como exemplo a matéria do dia 25/05, em anexo, a foto de Roberto Jefferson remete à idéia de decadência, onde um visível movimento de declínio é estabelecido pelo busto (ereto), o político cabisbaixo e de olho roxo e por sua sombra com acentuada inclinação. A legenda informa: “Jefferson: petebistas divulgaram uma nota afinada com o governo em que atribui o escândalo à tentativa de desestabilização política do país”. O texto diz ainda que: “Ao aceitar retirar as assinaturas o PTB desistiu ainda da idéia de entregar os cargos ao governo, como sugeriu Roberto Jefferson. A proposta foi rapidamente discutida na reunião, mas rejeitada.”

Para Eni ORLANDI⁴⁰ ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam. Na análise de discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Considerando no dizer um não-dizer necessário, o discurso usado pelo Correio abusa dos não-ditos que significam.

O Correio Braziliense também funciona como instrumento material para as técnicas argumentativas dos sujeitos-falantes que tem em si a personificação do poder, bem como as técnicas de fotografia que, também, possuem argumentação. O jornalista tem maior possibilidade de trabalhar a geração de sentidos. A liberdade do jornalista se situa entre a opinião do veículo e os seus conhecimentos acumulados. Na matéria “Osório alega inocência”, publicada no dia 26/05, em anexo, foi publicada uma entrevista onde Antônio Osório, que não foi indiciado, negou que o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson (RJ), tenha montado um esquema para fraudar licitações nos Correios. Na matéria “Visita suspeita do genro de Jefferson”, publicada no dia 27/05, em anexo, Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, genro do presidente do PTB, tornou-se alvo das investigações da Polícia Federal. Observe-se que, nas duas matérias descritas há uma informação em comum, porém a análise do discurso a ser realizada se baseia na composição fotográfica, onde os envolvidos são fotografados tendo, às suas costas, o emblema da Polícia Federal. A leitura que pode ser feita refere-se a questão da busca da verdade e punição dos envolvidos, pois vincula a imagem da Polícia ao desenrolar das investigações.

ORLANDI afirma que o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva. Não teria nessa

⁴⁰ ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 1999. p. 96-113.

matéria o jornal utilizado a tendenciosidade antecipando a derrota e posterior cassação do político? A imagem cabisbaixa e de olho roxo deixa implícito a derrota sofrida pelo personagem. Em momento algum isso foi dito diretamente. Para que o sujeito que interpreta chegue à conclusão de que a cassação seria inevitável não foi necessário que o repórter escrevesse a constatação, ela está no conteúdo implícito do texto/imagem.

De acordo com ORLANDI⁴¹ há outra forma de se trabalhar o não-dito na análise de discurso. Trata-se do silêncio. Este pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, o chamado silêncio fundador: que indica que o sentido pode sempre ser outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam.

Desse modo distinguimos o silêncio fundador - que, faz com que o dizer signifique - e o silenciamento ou política do silêncio que, por sua vez, se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer: se digo “sem medo” não digo “com coragem”) e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer).

No caso da afirmação: “petebistas divulgaram uma nota afinada com o governo em que atribui o escândalo à tentativa de desestabilização política do país.” Não se diz que Roberto Jefferson não conta mais com o apoio da bancada ou do Planalto, como antes. É o silêncio fundador.

As relações de poder em uma sociedade como a nossa, que passou pelo cerceamento do regime militar, tende a produzir a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc. Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. É preciso dar visibilidade a esse espaço através da análise baseada nos conceitos discursivos.

Nas matérias dos dias 24/05 e 04/06, ambas em anexo, a mesma foto é utilizada. Porém o contexto é outro. Se em 24/05 Roberto Jefferson acabava de prestar depoimento na Procuradoria Geral da República, ele contava com o apoio do

⁴¹ ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 1999. p. 96-113.

Planalto, tendo adiantado inclusive que abriria mão dos sigilos bancário e fiscal. Diz o Correio: “Segundo o deputado, ele foi ouvido na condição de testemunha. Ao fim do depoimento, Jefferson garantiu que o presidente Luís Inácio Lula da Silva não vai se decepcionar em ter confiado nele.” Porém, em 04/06, quando a mesma foto é utilizada, tendo o fundo retirado, são publicados trechos de uma entrevista com Lídio Duarte.

A mensagem chega ao público quando desperta o interesse do leitor. O tipo de discurso utilizado pelo profissional de imprensa pode estimular a leitura e influenciar a forma de apreensão da mensagem. Com este intuito, na matéria do dia 04/06, o jornalista trabalha com linguagem simples, acessível até mesmo ao público com menor nível de escolaridade. Usa frases curtas, busca a concisão e o texto leve. Além de utilizar os tipos de discursos adequados para que o mesmo seja objeto de interesse, e conseqüentemente, de leitura do interlocutor. Para tanto, reproduzindo trechos da entrevista, que narra a prestação de contas do era feito periodicamente em Brasília com o presidente do PTB, Roberto Jefferson, o tom de informalidade do entrevistado, entre outros aspectos reforça a figura de truculência do político, já citada no capítulo anterior.

Um exemplo de construção que denota tendenciosidade: “O governo Lula acabou. Já vinha dando sinais claros de anemia moral e gerencial, e agora, via deputado Roberto Jefferson (...), recebeu o chamado golpe de misericórdia” – matéria publicada no dia 08 de junho de 2005 no Correio Braziliense, do jornalista Rui Fabiano (anexo). Percebe-se que há emissão de juízos de valor questionável, visto que não há um aprofundamento da notícia como ponto de partida de reflexão da atitude inicial. O mais correto seria: “O governo Lula foi abalado pelo escândalo envolvendo seu aliado político Roberto Jefferson”. Sem emissão de juízo de valor, o jornalista diria ao leitor que o governo está em crise.

A Folha de São Paulo⁴² estabelece em seu Manual de Redação e Estilo que a questão da objetividade repousa sobre uma série de fatores que fornecem um campo propício para tal prática. Os pilares a serem ressaltados são:

- Independência;
- Imparcialidade: evita os erros (estatísticos, gráficos, etc.), tendenciosidades, preconceitos e sensacionalismo;

⁴² *MANUAL de redação e estilo da Folha de São Paulo*, São Paulo : Publifolha, 2001. p. 126.

- Exatidão: a verdade difundida produz a objetivação dos fatos;
- Honestidade: é uma virtude adquirida pelo esforço diário;
- Responsabilidade: a imprensa serve ao público que a sustenta.
- Decência: a linguagem – verbal e visual.

Em sua obra, FOUCAULT⁴³ menciona que:

Parece-me, em uma tradição recente, mas já aceita nas universidades européias, uma tendência a tratar o discurso como um conjunto de fatos lingüísticos, ligados entre si por regras sintáticas de construção". (...) "Teria então chegado o momento de considerar esses fatos de discurso, não mais simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas de certa forma (...) como jogos, jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de respostas, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos lingüísticos em determinados níveis, e polêmicos e estratégicos em outros.

Se o historiador ocupa-se não do que fazem as pessoas, mas do que dizem, o método a ser seguido será o mesmo; a palavra discurso ocorre tão naturalmente para se designar o que é dito quanto o termo 'prática' para designar o que é praticado. Portanto, FOUCAULT não revela um discurso misterioso. O discurso, segundo ele, possui o mesmo poder das leis. A produção do discurso depende de alguns procedimentos que visam o controle de algumas falas e a legitimação de outras; processos que se realizam, por vezes, por meio de instituições, de acordo com as contingências históricas.

Afirma, ainda, que a distinção entre um discurso "verdadeiro" de outro "falso" não é arbitrário, institucional ou violento; é historicamente constituída por meio do estabelecimento de uma "vontade de verdade" que, por sua vez, depende de uma "vontade de saber". A vontade de verdade, neste sentido, está baseada num suporte e numa distribuição institucional, e exerce sobre os demais discursos o poder de coação.

Os procedimentos do Manual de redação e as idéias de Foucault contribuem para o entendimento das entrelinhas contidas nas reportagens publicadas. Baseando-se em todo esse aparato teórico foi possível, por exemplo, perceber que o Correio Braziliense mudou a forma de apresentar o ex-deputado por várias vezes, em manobra clara da formação de opinião pública. Diariamente o jornal dedicava, no mínimo, duas páginas sobre o assunto. No jornal, a presença de conteúdo implícito é facilmente detectável. O jogo de palavras, a orientação do texto e o uso de imagens

⁴³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 108.

e outros recursos são utilizados como diretrizes para a linha de raciocínio e interpretação da mensagem. Além disso, a incorporação das cognições de cada locutor está presente nas reportagens sobre declarações, acusações ou atos de falas semelhantes.

CONCLUSÃO

Seria demasiadamente simplificador tentar entender os critérios de seleção das notícias só como uma escolha subjetiva do jornalista, dos meios, ou dos grupos a quem eles pertencem: trata-se de um componente, em si mesmo complexo, que se desenrola ao longo do processo produtivo, em que uma diversidade de critérios acabam se relacionando com a noticiabilidade dos próprios fatos.

Cabe ao jornalista mediante processos de seleção e avaliação, construir relatos e interpretações a partir de dados e informações que procuram e recolhem de diferentes modos e em diversas fontes.

É necessário, além do conhecimento do aparato específico da profissão, estar atento a realidade social, seus mecanismos e contradições, além do seu envolvimento emocional e crítico com essa realidade. No caso de Roberto Jefferson, o jornal fez toda uma exposição baseada em verdades incontestáveis expostas, a todo momento, na mídia. Foi preciso selecionar, avaliar, construir relatos e interpretá-los.

Nunca existirá um texto isento de subjetividade, pois ao redigir o texto de uma reportagem a intenção do jornalista é sempre convencer os leitores de que seu ponto de vista é o que retrata a realidade, mas ainda pode-se esbarrar em questões tais como ideologia, interesses econômicos e outros, o que incide em tendenciosidade.

O Correio Braziliense deixa claro o posicionamento contrário aos acusados de corrupção. Explicitamente, como na coluna Lapa ou implicitamente, como na coluna Opinião. É fato, que ter estado em constante evidência na mídia, colaborou para a cassação de Roberto Jefferson, ao contrário de outros parlamentares, que não tendo igual destaque, não tiveram o mesmo fim. Pode-se inferir que neste caso, em especial, estar em evidência foi a chave mestra para que os mecanismos de vigilância e punição fossem acionados.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MANUAL de redação e estilo da Folha de São Paulo, São Paulo : Publifolha, 2001.

MEDINA, Cremilda. *Profissão Jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MOTTA, Luiz Gonzaga. 2002. Teoria da Notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: *O Jornal – da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora UnB. Coleção Comunicação

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 1999.

ORWELL, George. 1984. 29. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 2004.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: Introdução à análise de discursos*. 2.ed. São Paulo: Hackers, 2002.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias*. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e história*. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. *O que é Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.

_____. *Quem vigia o quarto poder?* Lisboa: Editora Minerva, 2000

_____. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, [s.d.].

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1994.

Sites pesquisados:

ALSINA, M. R. Artigo disponível na Internet. <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/gruposhistoriamidia/historia/jornalismo/>>. Acesso em 15 abr. 2006.

Discurso de Roberto Jefferson à CPI dos Correios, em 2005. Disponível na Internet. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=330IPB002>>. Acesso em: 20 abr 2006.

FIGUEIRÓ, João Augusto. *O que é um corrupto*. Artigo disponível na Internet. <<http://www.terra.com.br/istoe/1864/brasil/>>. Acesso em 15 abr. 2006

MENEZES, Maurélio. *Onde foi que nós erramos?*, Cuiabá, Última Notícia, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.ultimanoticia.com.br/opinioes-colunadet.asp?cidade=1&uf=1&colunista=8&cod=80>>. Acesso em: 12 abri 2006

TUCHMAN, Gaye. *Making News*. Nova Iorque: Free Press, [1978]. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=canavilhas-joao-televisao-espectaculo.html>>. Acesso em 15 abr. 2006.

2 | POLÍTICA

TEMA DO DIA // LAMAÇAL

CORRÊIO LAMAÇAL

BRASILIA, QUINTA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 2013
 Editor: Osmildo Brazão Jr. / osmildo.brazao@correio.com.br
 Subeditora: Lucio Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Roberto Barreto
 Coordenadora: Erica Andrade
 e-mail: politica@correio.com.br
 Tel. 214-1164 • 214-1195 • Fax: 214-1155

Denúncia de mesada para PTB torna instituto alvo preferencial de investigações

PF E CÂMARA CERCAM IRB

LÍDIO DUARTE

DAQUILO CORRÊIO

A Polícia Federal considera que a apuração de um suposto esquema de corrupção no Instituto Brasileiro de Resseguros (IRB) deve chegar a resultados mais efetivos do que a investigação do esquema da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), porque já estão identificadas contradições supostivas de resseguros, fichados com estatais, como Furnas e Eletrobrás. O ex-presidente do IRB Lídio Duarte, que renunciou ao cargo em março, foi chamado pela PF para prestar depoimento hoje. Ele teria sido pressionado a entrar no resseguro em janeiro de 2010, segundo reportagem da revista Veja.

Não há um inquérito independente para investigar o IRB. Se Duarte

confirmar a denúncia, os investigadores também deverão convocar para depor o corretor de seguros Henrique Brandão, um velho amigo do presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ). O corretor teria sido o responsável pelo contrato com o presidente do IRB, que foi indicado para o cargo por José Carlos Martinez, que morreu num acidente aéreo quando presidia o partido. A pressão sobre ele teria começado após a morte de Martinez, quando Roberto Jefferson passou a comandar o PTB. Ainda no caso de serem confirmadas as primeiras denúncias, a Polícia Federal deverá convocar para depor também o genro de Jefferson, Marcus Vinícius Vasconcelos Pereira, que tem ligações estreitas com Brandão, da empresa Assurê. O genro de Jefferson é hoje assessor de uma diretoria da Eletrobrás — subclasse da Eletrobrás

— que tem negócios com a Assurê. Em depoimento à Procuradoria da República no Distrito Federal Jefferson afirmou que o seu genro trabalhou como corretor de Brandão na empresa Assurê e tem ligações com o empresário até hoje. A Assurê contribuiu com R\$ 70 mil para a campanha eleitoral da senadora carioca Cristiane Brasil (PTB), filha do presidente do partido, no ano passado. Além da contribuição da empresa, Brandão deu R\$ 10 mil para a campanha.

Vínculos foi revelado na sede da ECT pelo então chefe do Departamento de Aquitação de Material Maurício Martinho e pelo assessor executivo da Diretoria Administrativa Fernando Godoy, agora afastado. Questionado pela PF se conhecia Vinícius, Godoy afirmou que o conheceu duas vezes, para tratar de um pedido de patrocínio para um atleta. Mas o negócio não teria sido fechado. A Eletrobrás, que tem o diretor de

Planejamento indicado pelo PTB, teria recomendado à sua seguradora a contratação da Assurê numa operação de resseguro. Só esse negócio a empresa de Brandão teria faturado US\$ 360 mil. Um negócio semelhante teria sido fechado com a estatal Furnas, com lucro de mais R\$ 2,2 milhões para a Assurê.

Inaníveis e arapongas

O patrimônio de Fernando Godoy chamou a atenção da PF e do Ministério Público. Ele tem pelo menos dois apartamentos em Brasília, além de casas e salas comerciais, e lojas em Florianópolis. Os Inaníveis de Maurício Martinho — dois apartamentos em Brasília — seriam compatíveis com a sua renda.

A Polícia Federal ainda não identificou os "arapongas" que gravaram as declarações de Maurício Martinho, que foram o gatilho das investigações sobre o suposto esquema de corrupção coman-

dado pelo PTB nos Correios e outras estatais. A câmera de vídeo que registra a imagem de todos os visitantes na sede da ECT não estava funcionando no período em que Martinho recebeu as autoridades dos supostos representantes de uma multinacional americana, a Golden Equipment (GE), em meio final de março e abril. Foi aberta investigação para que se apure se tinha do equipamento foi provocada por alguém.

Os investigadores também acham que Martinho não tem interesse em manter os autores da gravação. Isso porque os "arapongas" teriam mais das gravações em mãos. Eles poderiam acrescentar informações e comprometer ainda mais o ex-chefe de departamento. Para dificultar a identificação, Martinho teria trocado o nome de um dos autores da gravação. Ele citou os nomes de Vitor e Odirlei, enquanto a gravação aparece apenas com o nome de Paulo.

COMISSÃO CHAMA TRÊS

HELLEN DAVENTURA

DAQUILO CORRÊIO

O governo sofreu ontem a segunda votação no Congresso de seu início de operação para afastar denúncias de corrupção em órgãos federais. Depois da frustrada tentativa de retirar as assinaturas de apoio à CPI dos Correios, a Justiça, Impastrol, os deputados da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara aprovaram o convite ao presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Luiz Apolinário Neto, para depor.

Indicado pelos deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), Apolinário sucedeu no cargo a Lídio Duarte, que renunciou há dois meses.

Ainda não há data marcada para o depoimento. Foram convocados também o ex-presidente Lídio Duarte e o secretário-executivo, Manoel Moraes de Araújo. O requerimento foi apresentado pelos deputados Nelson Bornier (PMDB-RJ) e Carlos William (PMDB-RJ), ambos ligados ao secretário de governo do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.

"Já tinha apresentado informações sobre a escolha de seguradoras pelo IRB. Com as novas denúncias, não teria condições morais de retirar o requerimento. Se não há irregularidade no órgão, que o presidente venha explicar a comissão", justificou Carlos William.

A decisão de convocar Luiz Apolinário irritou o deputado Delfino Netto (PP-SP), que é filio do presidente do IRB. Com boa trânsito no governo até agora, Delfino entrou a aliados que passaram a votar contra o governo. Ele atribui a aprovação do convite ao presidente do IRB à falta de interesse do Executivo em denunciar o requerimento. A base aliada estava ciente de que o requerimento seria votado na comissão. Contudo, na hora da votação de ontem não havia número suficiente de aliados para impedir a aprovação do requerimento.

Sérgio A. Oliveira



O MANIFESTO DOS CARTEIROS

Cerca de 70 funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) fizeram a entrada da sede da entidade na manhã de ontem, em ato de apoio às denúncias de pedidas de corrupção na estatal. A "marcha dos Correios" atraiu a atenção de quem passava pelo Setor Samamir Norte, onde

está localizada a sede da empresa. Afastados, os carteiros gritavam "fora corrupção" e pediam a exoneração de todos os membros da diretoria da estatal, inclusive do presidente Raul Henrique de Almeida Sousa. Mas o ponto alto do protesto foi quando os

manifestantes começaram a cantar em coro o samba "Bom dia, Bahia, fômos pelo verso 'se preferir pelo lado da justiça, não fica aqui, meu irmão'". As palavras dos Correios não são entoadas. Alguns chegaram a cantar baladeira e reggae de música.

2 | POLÍTICA

TEMA DO DIA // LAMAÇAL

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, SÁBADO, 4 DE JUNHO DE 2005
 Editor: Oswaldo Buarim Jr.// oswaldo.buarim@correioweb.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Robson Barenho
 Coordenadora: Erica Andrade
 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1186 • fax: 214-1155

FITA CONFIRMA EXTORSÃO DO PTB

Divulgada gravação em que Lúcio Duarte, ex-presidente do IRB, acusa o deputado Roberto Jefferson

Pereira Gued / J. M. R. 7/6/05

LÚCIO VAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

Uma entrevista gravada do ex-presidente do Instituto Brasil Resseguros (IRB) Lúcio Duarte, sobre o esquema de corrupção na estatal, complica ainda mais a situação do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson (RJ), e deve agravar a crise vivida pelo governo Lula. Na entrevista à reportagem da revista *Véja*, Lúcio afirmou que cada "indicado" pelo PTB para cargos em estatais tem que contribuir com R\$ 400 mil para o partido, além de atender reivindicações de aliados. Ele afirmou que Jefferson reúne o grupo periodicamente em Brasília para fazer "uma prestação de contas". Lúcio aponta como intermediário dos contatos de Jefferson com ele o corretor de seguros Henrique Brandão, que foi patrão do genro do deputado, Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, na corretora Assurê.

Na entrevista à *Véja*, Lúcio afirma que o dinheiro recolhido seria destinado a cobrir despesas com os diretores do PTB, jantares e festas do partido. "Cada indicado tem que botar lá R\$ 400 mil", relatou. Questionado se essa cobrança foi feita só por Brandão, respondeu: "Não só ele, mas o próprio chefe dele (Jefferson)". A exigência, segundo o relato de Lúcio, foi feita de forma direta: "Diretamente, mas (Jefferson)

falou na boa. O partido precisa, para resolver os seus problemas de aluguel, de espaço, disso e daquilo. E, depois, vêm aquelas coisas: olha, atenda o fulano, que tem uma reivindicação; atende o beltrano, que tem outra reivindicação. Eu não toquei nisso, entendeu?"

A gravação desmente o depoimento prestado por Lúcio anteontem à Polícia Federal, quando ele negou que tenha sido pressionado pelo PTB a entregar a mesada de R\$ 400 mil e afirmou que a denúncia da revista era uma "fantasia". Como depois na condição de testemunha, sob juramento, cometeu o crime de perjúrio. Será chamado para depor novamente na próxima semana. Ontem à tarde, o governo já estava informado sobre o teor da gravação feita pela revista *Véja*. Na Casa Civil, a maioria dos servidores ficou trabalhando até tarde da noite. O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, reuniu-se com o da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, e o presidente do PSB, Miguel Arraes, para avaliar a situação geral do governo.

Intermediário

O ex-dirigente do IRB lembrou que foi indicado para o cargo pelo então presidente do PTB, deputado José Carlos Martinez (PR), que morreu num acidente aéreo em 2004. A pressão sobre ele teria iniciado após a morte de Martinez. "O Jefferson colocou uma pessoa para falar comigo, chamada Henrique Brandão, que opera a área de seguros para ele. A pessoa é conhecida no mercado de seguros, é uma pessoa muito complicada. E aí ficou incompatível o meu relacionamento com essa pessoa. Esse foi o problema que eu tive com o Jefferson", contou Lúcio.

Diante desse problema, o então presidente do IRB teria procurado o presidente do PTB e se quebado. "Quando eu tentei falar com ele sobre os problemas que o intermediário estava criando, ele disse assim: 'Eu conheço o fulano há 30 anos'. Aí, eu fui saber: o fulano empregava o genro (Marcus Vinícius), bancava um monte de coisas para ele. Quer dizer, é a pessoa que opera para ele né? Lúcio acrescentou que Henrique Brandão tinha um estilo "truculento". "Palavra para todo mundo que, no IRB, era ele quem mandava. Dizia que qualquer coisa ele resolvia. Ao ponto de eu dizer: 'Por favor, não entre mais aqui'".

Segundo afirmou o ex-presidente do IRB, Jefferson não comparecia nos locais de trabalho. "O pessoal que ele indica ele chama para jantar na casa dele, em Brasília. Eu não me atentei na hora, pelo jeito é uma... uma prestação de contas. Eu fui umas duas vezes. A conversa é aberta. 'Como é que é isso, não acontece, fulano está pressionando. É um negócio constrangedor'".

O advogado de Jefferson, Itapoã Messias, disse no início da noite de ontem estar surpreendido com a gravação em que o ex-presidente do IRB afirma que deveria dar R\$ 400 mil ao PTB. "Desconheço esse fato", declarou.

Leia a seguir, nesta e na página 3, os principais trechos da entrevista de Lúcio Duarte à reportagem de *Véja*:

(COLABOROU DENISE ROTHENBURG)



GRAVAÇÃO DESMENTE DEPOIMENTO DE LÚCIO DUARTE À POLÍCIA FEDERAL

SORVETEIRO "LARANJA"

O presidente do PTB usa o ex-funcionário Durval da Silva Monteiro para esconder que é o verdadeiro dono de duas emissoras de rádio FM nas cidades de Três Rios e Paraitiba do Sul, interior do estado do Rio. As emissoras foram registradas em nome do ex-empregado de Jefferson. O "laranja" nunca recebeu qualquer participação nos lucros e sobrevive de uma sorveteria de beira de estrada em Cabo Frio. A denúncia foi publicada pela revista *Epoca* que está nas bancas. Jefferson recebeu as duas concessões durante o governo José Sarney, quando fez parte do grupo suprapartidário no Congresso conhecido como "Centríolo", formado para apoiar o Palácio do Planalto. Depois que ganhou as concessões da Rádio Matosinho e da Rádio Clube Vale do Paraíba, o deputado registrou as duas empresas em nome de Durval. O sorveteiro conta que quando "recebeu" as concessões não tinha dinheiro para comprar os equipamentos e o deputado arrumou um sócio que ele nem conhece. Trata-se, segundo a revista, de Edson Elias Bristos Jorge, conhecido como Boy, e que administra as emissoras na região considerada base eleitoral de Jefferson. "Durval é muito trabalhador, me ajudou muito fazendo de tudo. Como sempre foi pobre, pedi a um amigo que lhe desse sociedade. Se ele não está recebendo nada, tem que ver com o sócio", justificou o deputado.

TRECHOS

"Cada indicado tem que botar lá R\$ 400 mil"

Parte da entrevista telefônica em que o ex-presidente do IRB, Lúcio Duarte, revela a cobrança de contribuição para o PTB, feita pelo deputado Roberto Jefferson e por um emissário e velho

amigo dele, o corretor de seguros Henrique Brandão, aos indicados pelo partido que ocupam cargos em empresas estatais

LÚCIO DUARTE — É assim, a história é a seguinte: dizem que o partido tem despesas com os diretores, com as festas, com os jantares, com não sei o quê. E cada indicado tem que botar lá R\$ 400 mil por fim.

REPORTER — Isso foi o Henrique (Brandão) quem falou?

LÚCIO — Não só ele, mas o próprio chefe dele (Roberto Jefferson).

REPORTER — Direto assim, é?

LÚCIO — Diretamente, mas falou ali, na boa, né? O partido precisa para resolver os seus

problemas de aluguel, de espaço, disso e daquilo... Eu digo uma coisa para você: no Brasil, enquanto esse negócio de partido for financiado por cargos políticos, é complicado, né?

REPÓRTER — Para se manter no cargo precisa fazer isso?

LÚCIO — É, olha, o partido tem um rolo, e todo mundo tem que ajudar, contribuir e tal. E, depois, vêm aquelas coisas: olha, atende o fulano, que tem uma reivindicação. Atende o beltrano, que tem outra reivindicação. E eu não toquei nisso, entendeu? Eu sempre dizia: Olha, pô, a empresa está dando lucro. Vai lá em cima do Unibanco, vai em cima do Itaú, e diz, pô, ajuda o partido, entendeu?

2 | POLÍTICA

TEMA DO DIA // LAMAÇAL

CORREIO BRASILENSE

BRASILIA, SÁBADO, 21 DE MAIO DE 2005
 Editor: Oswaldo Buarin Jr./ oswaldo.buarin@correioweb.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Robson Barenho
 Coordenadora: Érica Andrade
 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1106 • fax: 214-1155

Citado em gravação por Marinho no esquema de fraude, assessor dos Correios Fernando Godoy nega envolvimento, mas é investigado pela PF

UMA PARCERIA COMPLICADA

MATHEUS MACHADO
 E ANA MARIA CAMPOS
 DA EQUIPE DO CORREIO

Afastado do cargo de assessor do Departamento de Administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Fernando Godoy tem livre trânsito no PTB, partido presidido pelo deputado federal Roberto Jefferson (RJ). Servidor do órgão há 26 anos, ele é suspeito de integrar um esquema de corrupção, que atingiu em cheio os petebistas na última semana. A convite do parlamentar, Godoy abandonou o PFL no Distrito Federal e se filiou ao PTB há dois anos.

Depois de ter sido citado na gravação (leia ao lado) em que o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração dos Correios Maurício Marinho aparece embolsando R\$ 3 mil e afirmando existir vários esquemas fraudulentos em contratos e licitações na estatal, Godoy se tornou, de um dia para o outro, um alvo dos investigadores da Polícia Federal (PF).

Para apurar a denúncia de corrupção nos Correios, os agentes federais já preparam para os próximos dias mais uma operação de busca e apreensão nos escritórios e residências das pessoas supostamente ligadas ao esquema. Na gravação, Marinho afirma que o diretor de Administração Antônio

TRABALHO
26
 ANOS

É o tempo de carreira de Fernando Godoy nos Correios

Osório Batista, ex-deputado do PTB da Bahia, um assessor (no caso Godoy), e ele próprio integram um mesmo grupo e executam uma mesma missão para um mesmo patrão, no caso o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson.

Antes de se filiar ao PTB, Godoy integrou o PFL do Distrito Federal. Por indicação do partido, ele assumiu em 2002 a Administração Regional de Brasília, depois de exercer, durante oito anos, a direção regional dos Correios. O funcionário foi indicado para a função em 1993 ainda na gestão do presidente Itamar Franco. Mas foi mantido, até 2001, pela proximidade com o ex-presidente dos Correios, Hassan Gebrin.

Segundo integrantes do governo do Distrito Federal, Godoy detém o cargo de administra-

dor regional a contragosto do senador Paulo Octávio, presidente regional do PFL. Ele defendeu a permanência do correligionário no cargo ou a sua indicação para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do GDF. "Godoy foi indicado para ser administrador porque era um representante do PFL. Ele tinha sido durante oito anos diretor regional dos Correios em Brasília, considerado uma pessoa respeitada e nada pesava contra ele", explicou Paulo Octávio.

Amigo

Godoy também é apontado em Brasília como amigo do deputado distrital Gilm Argello, presidente regional do PTB. Os dois se aproximaram no PFL, partido em que Argello começou a vida política. "Não somos amigos. Conheço todo mundo em Brasília e, claro, conheço o Fernando", diz o distrital, que está licenciado da Câmara Legislativa e agora ocupa a função de secretário do Trabalho do GDF. O assessor afastado não foi localizado pela reportagem do Correio Braziliense.

Ele terá de apresentar esclarecimentos ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. Os procuradores já têm em mãos toda a ficha de Godoy e, já na próxima semana, terão acesso às declarações de Imposto de Renda do hoje suspeito.

ASSESSOR DA ECT SE DEFENDE

As denúncias de pagamento de propina e um suposto esquema de corrupção numa das maiores estatais do país, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), abalaram a vida do assessor da Diretoria de Administração da empresa, Fernando Godoy. Na última semana, ele procurou ajuda para saber como poderia sair do lamaçal em que seu nome apareceu desde a publicação da gravação da revista *Veja*.

O Correio Braziliense apurou que Godoy conversou com seu amigo deputado Gilm Argello (PTB) para

saber o que fazer. Foi aconselhado pelo distrital a procurar advogados. Nas conversas com os diversos advogados que procurou, jurou ser vítima de uma grande confusão.

Segundo Fernando Godoy, ele não possui nenhum tipo de envolvimento no suposto esquema detalhado na gravação pelo ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração dos Correios Maurício Marinho. Aos amigos, garantiu que nunca soube da existência do esquema e que Marinho apenas falou no seu nome para

"se gabar" aos supostos empresários que o gravaram. (MM e AMC)

O ESQUEMA

Uma clusão nominal e duas referências de caráter genérico feitas por Maurício Marinho, na gravação da conversa em que revela e explica a dois representantes da empresa Alcom como funciona e quem opera o sistema de arrecadação de propina da ECT, apontam o envolvimento de Fernando Godoy no esquema.

NEGÓCIO MUITO ABERTO

ALCOM — Hoje você está com o Antônio Osório (Batista, diretor de Administração)?

MARCUÍCIO — É, com o Antônio Osório.

ALCOM — Mas com o Antônio Osório você se dá bem hoje?

MARCUÍCIO — Só trabalha fechado... E os três (Osório, Maurício e Godoy) são designados pelo PTB. É uma composição com o governo que se resolve em três pessoas: diretor, assessor e um departamento-chave.

ALCOM — E você faz parte de qual área?

MARCUÍCIO — Eu sou o departamento-chave... O Osório é o diretor da área e tem o assessor executivo que é o Fernando Godoy. Tudo o que é tratado aqui, tudo o que nós fechamos o partido fica sabendo. É um negócio muito aberto. O que é importante você saber é que o canal é aqui. (...) O que acontece é que, ao burocrático, o assessor financeiro, ele distribui. Acabou a dor de cabeça dele.

FECHADOS COM O PARTIDO

MARCUÍCIO — O ponto de entrada é aqui. Na área de tecnologia, são diretores nacionais. Todo diretor nacional tem um assessor-executivo e um chefe de departamento. Mas, independente da função de cada um, cada diretoria tem o seu homem de confiança, específico. Entendeu? Cada um tem o seu homem.

ALCOM — No caso da Dirad (Diretoria de Administração) é o Osório, mas ele delegou para você.

MARCUÍCIO — Para mim. Na Dirad, sou eu. Se eu vou passar para o Osório, ele não trata nada. Mas tem coisa que é do Osório, ele vai lá trata e acerta. Eu passo para ele. Porque nós três (Maurício, Osório e Godoy) somos fechados com o partido. Se tiver algum assunto, não importa em que área for, vou dizer aqui, área operacional, é um assunto grande. Se é específico da área operacional, eu nem entro. Deixo o cara. Vai precisar de mim, eu faço contato direto com esse cara. Ou ele me chama e vem aqui. Vai acontecer assim, assim, assim. Estou comprando mil e tantas vans. Acertaram, vai ter que ser... Análise para não dar tática no processo lá embaixo. Análise, fecho com ele...



O ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FERNANDO GODOY: É SUSPEITO DE INTEGRAR ESQUEMA DE FRAUDES NOS CORREIOS

2 POLÍTICA

CORREIO BRASILENSE

BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2005
 Editor: Oswaldo Buarim Jr. // oswaldo.buarim@correioweb.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Robson Barenho
 Coordenadora: Erica Andrade
 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1186 • fax: 214-1155

OFENSIVA
OFICIAL

Um grupo de **27** policiais federais realizou buscas em **7** locais de Brasília e Salvador

LAMAÇAL

Operação da Polícia Federal recolhe documentos e computadores na sede dos Correios e nas casas dos envolvidos no escândalo da ECT, atrás de provas sobre o esquema de corrupção. Suspeitos serão ouvidos hoje

PF indicia Marinho

LÚCIO VAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

A Polícia Federal vai indiciar hoje, por corrupção passiva e fraude em licitações, o ex-chefe do Departamento de Contratação e Aquisição de Material da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Maurício Marinho. Também podem ser indicados o diretor afastado de Administração, Antônio Osório, e o assessor Fernando Godoy, que são citados por Marinho como integrantes de um esquema de corrupção em licitações. Os três prestarão depoimentos hoje à PF e ao Ministério Público Federal. Ontem, a PF realizou operações de busca e apreensão nas casas e nos gabinetes ocupados pelos três na sede dos Correios. Num operação que reuniu 28 policiais, foram recolhidos computadores, documentos e agendas em Brasília e em Salvador.

O juiz Cloves Siqueira, da 10ª Vara da Justiça Federal, autorizou as buscas, mas negou a concessão do pedido de prisão temporária dos envolvidos nas denúncias de corrupção. A PF e o Ministério Público alegaram que a prisão evitaria que os acusados sumissem com documentos que comprovassem irregularidades.

O juiz argumentou que as prisões seriam desnecessárias, porque as buscas e apreensões bastariam para preservar as provas. Os investigadores consideram que as provas mais robustas devem estar nos gabinetes dos ex-servidores, porque os Correios lacram as salas que eram ocupadas por eles desde a segunda-feira da semana passada.

Marinho, que aparece numa gravação de vídeo recebendo R\$ 3 mil de supostos empresários, será indiciado por corrupção passiva (pena de um a oito anos) e por "frustrar ou fraudar caráter competitivo em licitação" (pena de dois a quatro anos), como prevê o artigo 90 da Lei de Licitações. Os investigadores anteciparam que não poderão indiciar os outros dois envolvidos nas denúncias com base apenas nas gravações de Marinho. Mas acrescentaram que, durante os depoimentos, poderão surgir informações que justifiquem o indiciamento. Marinho será ouvido às 9h na sede da PF. Godoy vai prestar depoimento no mesmo local, às 14h. O depoimento de Osório será em Salvador.

Corruptores

A Polícia Federal ainda não confirmou o nome dos autores da gravação. O presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), afirmou que teria sido

chantageado pelo "araponga" Comandante Molina, que o teria informado sobre a existência da fita de vídeo. Outro nome, Fortuna, foi citado em reportagens. O jornalista Policarpo Júnior, da revista *Véja*, prestou depoimento ontem à PF mas afirmou não conhecer Molina nem Fortuna e não quis informar o nome de quem entregou-lhe a fita. A preservação do sigilo da sua fonte é uma garantia constitucional.

Nos documentos e agendas recolhidos na sede dos Correios estão registrados os nomes das pessoas que tiveram audiência com Marinho na primeira quinzena de abril, período em que foi feita a gravação. Lá, não constam os nomes de Molina e de Fortuna, mas os investigadores alertaram para a possibilidade de os "arapongas" terem se apresentado com nomes falsos na portaria e para a secretária de Marinho. Na gravação, um deles é chamado de Paulo.

Na avaliação da PF, se for confirmada a existência do esquema de corrupção nos Correios, conforme descreveu Marinho, o chefe do grupo provavelmente seria Osório, pelo seu poder de decisão. Mas Marinho também é considerado importante, pelo fato de ser funcionário de carreira há mais de 20 anos e porque participava de compras em todos os setores da estatal. Os investigadores já têm informações de que Godoy é proprietário de imóveis e terrenos. Marinho, porém, teria um patrimônio menor.

Buscas

Em Brasília, foram feitas buscas na sede dos Correios, nas casas de Marinho (na SQN 409) e de Godoy (na SQN 310) e no hotel Torre Palace, onde Osório ficava hospedado. Numa segunda casa de Marinho não foram apreendidos documentos. Também foi feita busca na casa de Osório em Salvador. A operação começou às 9h, com sete grupos de quatro policiais. Marinho estava sendo monitorado pela polícia desde a última sexta-feira, porque a PF estava na expectativa de decretação da sua prisão. Essa operação facilitou a identificação da sua residência.

A Polícia Federal também vai investigar a possível conexão do esquema revelado por Marinho com a milícia dos "vampiros", grupo que desviava dinheiro em licitações do Ministério da Saúde. Nas investigações daquele caso, no ano passado, surgiram informações de que o grupo também teria atuado nos Correios, numa licitação para a compra de uniformes e tecidos. A polícia não sabe, porém, se Marinho tem alguma ligação com os "vampiros".

Ed. Fernando/AF



POLICIAIS FORAM À SEDE DOS CORREIOS, ONDE APREENDERAM DOCUMENTOS NAS SALAS DOS SUSPEITOS, QUE ESTAVAM LACRADAS DESDE A SEMANA PASSADA

Kleber Lima/CF



NO APARTAMENTO DE MAURÍCIO MARINHO, NA ASA NORTE, A EQUIPE DA POLÍCIA FEDERAL RECOLHEU COMPUTADORES QUE FORAM LEVADOS PARA PERÍCIA

QUEM É QUEM

Maurício Marinho
 Ex-chefe do Departamento de Contratação e Aquisição de Material dos Correios.



Marinho aparece numa gravação de vídeo recebendo R\$ 3 mil de supostos empresários. Na fita, o ex-funcionário da estatal conta

detalhes sobre o esquema de corrupção dentro da empresa. Foi afastado da empresa depois do escândalo.

Roberto Jefferson
 Presidente nacional do PTB. Jefferson é apontado por Maurício Marinho como comandante do esquema dentro dos Correios. Em discurso na tribuna da Câmara, o petebista diz que foi vítima de uma tentativa de

extorsão por parte de um certo "Comandante Molina" e nega qualquer envolvimento. Na tribuna, destaca ainda uma carta em que Marinho o inocenta.

Antônio Osório
 Diretor afastado de Administração dos Correios. Osório foi indicado por Roberto Jefferson. Ex-deputado pela Bahia, é filiado ao PTB há 20 anos. Deixou o cargo e autorizou as quebras

dos sigilos fiscal e bancário para auxiliar nas investigações. Como Marinho é funcionário concursado dos Correios, ele não pode ser exonerado até que se conclua a sindicância interna.

Fernando Godoy
 Servidor dos Correios há 26 anos, Godoy foi afastado do cargo de assessor do Departamento de Administração por ser suspeito de



licitações na estatal. Antes de se filiar ao PTB, há dois anos, ele integrou o PFL do Distrito Federal.

Integrar um esquema de corrupção. Maurício Marinho citou o nome de Godoy, ao explicar as supostas fraudes em contratos e em licitações.

2 POLÍTICA

CORREIO BRASILENSE

BRÁSILIA, QUARTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2005
 Editor: Oswaldo Buarin Jr. // oswaldo.buarin@correioweb.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Caracanti e Roberto Sarenho
 Coordenadora: Érica Andrade
 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1186 • fax: 214-1155

ATO PÚBLICO

Hoje, às 8h, trabalhadores dos Correios prometem fazer uma manifestação, em frente ao edifício-sede da empresa, a favor da instalação da CPI sobre corrupção na empresa

LAMAÇAL

Depois dos depoimentos de dois suspeitos de corrupção nos Correios, na Polícia Federal, PTB decide manter cargos no governo e retirar assinaturas para abertura de uma CPI no Congresso

PTB pára de blefar

O primeiro blefedouro menos de uma semana; o segundo, menos de 24 horas. O presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), desistiu ontem de defender a criação da CPI dos Correios — que na semana passada se comprometera a apoiar — e abandonou também a intenção, procla-

mada segunda-feira, de devolver os cargos ocupados por representantes do partido nas empresas estatais. O recuo de Jefferson em relação às duas iniciativas coincidiu com o surgimento de dificuldades para a Polícia Federal aprofundar rapidamente as investigações sobre o esquema de cobran-

ça e arrecadação de propina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em benefício do PTB, revelado pelo então chefe do Departamento de Contratação e Aquisição de Material da ECT, Maurício Marinho, em conversa mantida com supostos empresários e gravada por eles. Ontem a PF ouviu Marinho,

que se retratou. Ouvir o colega dele, Fernando Godoy, ex-assessor da Diretoria de Administração da ECT, que limitou seu depoimento à afirmação de que não é culpado de nada. O outro integrante do esquema de propina citado na gravação por Marinho, o ex-diretor de Administração dos Correios Antônio

Osório, a PF não encontrou nos endereços em que esteve. Não o procurou onde ele passou a tarde: na reunião da Executiva Nacional do PTB. No Congresso, a desistência do PTB de apoiar a criação da CPI surtiu pouco efeito, porque apenas 13 deputados do partido estão entre os 253 parlamenta-

res que assinaram na Câmara o requerimento pela instalação da comissão. O governo, contudo, aposta que o recuo do PTB será repetido nas bancadas de partidos aliados e, até a meia-noite de hoje, acabará por inviabilizar a CPI a ser criada em sessão prevista para as 10h (*Leia mais nas páginas 3 e 4*).

Marinho assume culpa e diz que foi “armação”

LÚCIO VAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

Em depoimento de oito horas à Polícia Federal, o ex-chefe do Departamento de Contratação e Aquisição de Material da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Maurício Marinho assumiu sozinho a responsabilidade sobre o recebimento de propina, negou a existência de um esquema de corrupção na estatal sob o comando do PTB e procurou passar a ideia de que foi vítima de uma “armação” com objetivos políticos. “Aquilo foi mais uma bravata. Eu não tenho relacionamento político com ninguém, eu sou um técnico. Sei que errei, falei demais, falei coisas que não deveria ter falado. Mas nós não vamos transferir responsabilidades a outras pessoas. Não há essa corrupção falada na ECT”, afirmou Marinho após ser indiciado por corrupção passiva e fraude em licitações.

Um dos advogados de Marinho, José Ricardo Battello, reforçou a estratégia de defesa ao ser questionado sobre os motivos de quem fez a gravação, que registra o pagamento da propina de R\$ 3 mil.

“Nós acreditamos que seja algo maior, para desestabilizar... uma coisa muito maior. Isso é uma questão política. Com certeza é política”, Battello disse que Marinho conversou três vezes com o presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), mas “em situações formais”.

O ex-assessor da Diretoria de Administração Fernando Godoy também prestou depoimento, mas não foi indiciado. “Ainda não possuímos elementos para fazer o seu indiciamento”, afirmou o delegado Luiz Flávio Zampronha. Godoy será chamado para novo depoimento se surgirem informações que o comprometam. “Não sou culpado de nada”, afirmou Godoy, inicialmente, após depoimento de duas horas e meia.

O delegado Zampronha afirmou que Marinho foi indiciado porque a polícia “não ficou satisfeita com a sua versão dos fatos” e porque ele entrou em contradições. “Não é uma versão consistente. Contou a imagem dele recebendo o dinheiro. Ele foi indi-

ciado pelo que fez, porque recebeu dinheiro. Acho isso um fato grave”, explicou. O delegado disse acreditar que vai identificar rapidamente os responsáveis pela gravação da fita de vídeo. Questionado se a CPI dos Correios ajudaria na apuração das denúncias, afirmou: “Acredito que possa fazer surgir novos elementos. Mas o trabalho da polícia é independente da CPI”.

Aposentadoria

Segundo a versão de Marinho, ele não teria recebido propina, mas um adiantamento por conta de uma futura parceria com uma multinacional americana, a Goldman Equipament. “Foi um momento de uma auto-promoção de uma empresa multinacional querendo trabalhar conosco. E eu, a dois anos da minha aposentadoria, tinha o interesse em ter uma organização que conheça processos, que saiba desenvolver projetos. Eu esperava ter um trabalho após essa aposentadoria. O objeto que eu tinha era de trabalho”.

Ele afirmou ao delegado que os dois supostos representantes da empresa, com quem teve três encontros, se apresentavam com os nomes de Vitor e Goldman. Marinho não negou que tenha recebido os R\$ 3 mil, mas procurou explicar o contexto em que isso ocorreu.

“Em momento nenhum nos esquivamos disso. A empresa não tem nenhum negócio com a ECT, ela não tem produto, não tem projeto. É uma empresa multinacional que desejava entrar no Brasil. Mas, na verdade, não existe empresa, não existe empresa. O que existiu foi uma armação, mas não sei qual a motivação disso. Era um projeto de vida. Quando se teve a oportunidade de ter um negócio futuro, começamos a discutir essa possibilidade. Mas, na fita, em momento nenhum foi solicitado algum recurso. Não se falou em nenhum valor”, disse o ex-chefe do Departamento de Aquisição de Material. Ele acrescentou que “aquilo foi um trabalho desenvolvido por profissionais”. E informou que vai doar o dinheiro e uma instituição filantrópica.

Battello afirmou que Marinho pediu licença da ECT em março,

Foto: Osmar Fumero/CF



MAURÍCIO MARINHO: “AQUILO FOI MAIS UMA BRAVATA. SEI QUE ERREI, FALEI DEMAIS, FALEI COISAS QUE NÃO DEVERIA TER FALADO”



GODOY TAMBÉM PRESTOU DEPOIMENTO À POLÍCIA FEDERAL, MAS NÃO FOI INDICIADO: “NÃO SOU CULPADO DE NADA”

para tratamento de uma hepatite crônica e de uma diabetes crônica. Segundo a versão do advogado, como estava se sentindo doente, Marinho teria procurado apenas garantir o seu futuro após a aposentadoria. O outro advogado de defesa, Sebastião Coelho, contestou o indiciamento por corrupção passiva: “Não há corrupto sem corruptor. Não existe corruptor, não

existe uma empresa, não existe o objeto negociado. Quem quiser forçar que isso é corrupção passiva é só dar uma lida num manual bem simples de direito”. Ele acrescentou que qualquer pedido de prisão, pelo delegado ou pelo Ministério Público, “será para apazessar”.

A PF vai tentar ouvir hoje o diretor afastado de Administração dos Correios, Antônio Osório.

Ele foi citado por Marinho na gravação feita pelos supostos empresários. O delegado Zampronha afirma que o próximo passo da investigação será analisar a auditoria feita pela Controladoria Geral da União (CGU) em contratos da ECT. Se forem apontadas irregularidades, a polícia vai tentar chegar ao nome dos responsáveis e investigar se alguém foi beneficiado.

O DRIBLE DE OSÓRIO

Convidado pela Polícia Federal, o ex-diretor de Administração dos Correios Antônio Osório Batista não compareceu ontem à superintendência do órgão, em Salvador, para prestar depoimento. Batista não foi localizado em seu apartamento em Salvador nem no hotel onde mora, em Brasília. Ele agora será intimado a depor. Além de tentar colher o depoimento, o delegado Luiz Gustavo Valença Góes esteve na capital baiana para cumprir um mandado de busca e apreensão na residência de Osório, localizada no 13º andar de um luxuoso prédio em Corredor da Vitória, área nobre da cidade. Após revistar o apartamento durante toda a tarde de segunda-feira, o delegado e outros três agentes federais recolheram documentos e diques, que foram levados para Brasília. A PF só não procurou Osório onde ele estava: na reunião do PTB, na sede do partido na SQN 303.

2 | POLÍTICA

TEMA DO DIA // LAMAÇAL

CORREIO BRASILENSE

BRÁSILIA, QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2006
 Editor: Oswaldo Buarin Jr./ oswaldo.buarin@correioweb.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Roberto Barenho
 Coordenadora: Érika Andrade
 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1186 • fax: 214-1155

Governo tentou até o último momento, mas não conseguiu evitar sua maior derrota no Legislativo

CONGRESSO CRIA CPI DOS CORREIOS

Os partidos de oposição, o bloco do PMDB fiel ao ex-governador Anthony Garotinho e uma parcela de parlamentares do PT impuseram ontem ao governo Lula a mais grave derrota sofrida no Congresso, ao garantir número de assinaturas suficiente para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a existência

de um esquema de propina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

O governo fez de tudo para evitar que a CPI fosse criada. Numa operação comandada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e executada por quase dez ministros filiados a vários partidos, entre eles o chefe da Casa Civil, José Dirceu, da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e da Fazenda, Antonio Palocci,

ameaçou retaliar aliados infiéis, apelou aos governadores para que pressionassem deputados, prometeu cargos, liberou nas últimas horas aproximadamente R\$ 1 milhão para o pagamento de emendas parlamentares e acenou com a liberação de mais de R\$ 4 milhões. Colheu um fiasco.

A última esperança do Planalto era um acordo com Garotinho, que controla pouco

menos de 30 parlamentares do PMDB, em troca da liberação de mais recursos federais para o governo de Rosinha Mathews, do Rio. A tentativa de negociação, a cargo de José Dirceu, começou na noite de quarta-feira e acabou na tarde de ontem, fracassada. À meia-noite — prazo-limite para impedir ou confirmar a criação da CPI — lista de apoio reuniu 240 deputados e 52 senadores, quase metade do Congresso.

RENAN ACUSA FALSA CRISE

HELYNE BOAVENTURA
 DIAQUÉDIO CORREIO

Em meio a discursos inflamados tanto da oposição como do governo, o pedido de criação da CPI foi lido na sessão do Congresso com o apoio de 254 deputados e 51 senadores. Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusaram os adversários de utilizar a CPI como palanque para desestabilizar o governo.

Já os parlamentares do PSDB e PFL aproveitaram a sessão para criticar a operação de retirada de assinaturas. No meio do intenso tiroteio, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), fez um discurso para pôr ordem na Casa. Renan reclamou dos "excessos e deslizes" dos parlamentares e classificou a crise de "retórica".

Em um recado direto aos ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que acusaram a oposição de "golpismo", Renan descartou a chance de haver um golpe de Estado. "Estamos muito mais próximos de uma crise institucional maquiada na retórica, do que de uma crise de fato", avaliou. "Todas as instituições estão sólidas e funcionando normalmente, com Independência."

Para o presidente do Senado, o país atravessa uma "circunstância política delicada". Apesar de o momento ser superável, aconselhou, não é prudente de nenhum dos lados investir em "radicalismos e tensionamentos".

Em mais uma postura contrária ao governo, ele defendeu a prerrogativa da oposição de pedir a instalação da comissão parlamentar de inquérito. E ainda aproveitou para alertar o Palácio do Planalto — que espera muito a ajuda de Renan para reduzir o grau de febre da CPI — que agirá de forma imparcial.

Renan já tinha o discurso preparado por escrito quando foi provocado por parlamentares para organizar a sessão de leitura do requerimento da CPI. O tumulto começou nos primeiros momentos do dia, quando o vice-líder do governo na Câmara, João Leão (PT-RJ), pediu a anulação do requerimento. A

João Leão/CP



RENAN (D), CERCADO PELOS PETISTAS CHINAGLIA E MERCADANTE (EM PÉ), RECONHECEU QUE O PAÍS ATRAVESSA UMA "CIRCUNSTÂNCIA POLÍTICA DELICADA", MAS NÃO EXISTE UMA "CRISE DE FA-

medida faz parte da tática do governo para inviabilizar a comissão parlamentar de inquérito. Leão argumentou que o pedido de criação da CPI é "genérico".

O Regimento Comum exige fato determinado. "O governo quer a apuração mas com fato determinado e não com uma CPI ampla, genérica", justificou o vice-líder. Renan não aceitou a argumentação mas enviou o recurso à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Durante a sessão do Congresso, a oposição chegou a estender uma faixa no plenário para ironizar a mudança de pos-

tura dos petistas. Apresentava uma foto do presidente do PT, José Genoino, e do deputado Miro Tebeteira (PT-RJ) ao lado dos dizeres "roupa suja se lava em CPI". Na ocasião, os petistas pediram a instalação de uma CPI para investigar uma série de denúncias de corrupção no governo Fernando Henrique Cardoso. "Quem te viu, quem te vê", ironizava a faixa.

"Fica, Lula"
 Tucanos e pefelistas utilizaram os discursos da sessão para criticar a operação-abafa montada pelo governo. "Se

eles conseguirem retirar assinaturas, vamos desistir do pedido de CPI dos Correios e termos de criar outra CPI para investigar essa retirada de assinaturas na calada da noite", esbravejou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (PSDB-AM). A oposição também garantiu não ter pretensões "golpistas" com a CPI. "Não vamos colocar em risco a governabilidade. Vamos gritar nas ruas 'Fica, Lula', até o dia 31 de dezembro porque queremos derrotá-lo nas urnas em 2006."

Já os governistas repetiram o argu-

mento de tentativa de desestabilização da gestão petista. "As elites não engoliram e não engolem a vitória do presidente Lula", acusou o líder do PT, Paulo Rocha (PA). O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), também atacou a oposição, ao citar escândalos ocorridos no Pará, sob o comando do governador tucano Sílmão Latene. "Nós queremos que a investigação chegue onde tem de chegar. Mas que não seja utilizada por desesperados que não têm como enfrentar o debate político".

MEMÓRIA

ESQUEMA DENTRO DA ECT

O movimento que resultou ontem na criação da CPI dos Correios foi desencadeado pela oposição, com apoio de parcelas das bancadas governistas, a partir da publicação, pela revista Veja, do conteúdo de uma gravação em que Maurício Marinho, então chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da ECT, revela a dois

supostos empresários a existência, na estatal, de um esquema de cobrança e arrecadação de propina.

O esquema, diz ele na gravação, é chefiado pelo presidente do PTB, deputado federal Roberto Jefferson (RJ), e operado pelo próprio Marinho, por seu chefe imediato Antônio Osório, diretor de Administração agora afastado, e por Fernando Godoy, as-

essor da diretoria também afastado.

O governo reagiu à tentativa de criação da CPI mobilizando ministros e líderes de partidos aliados para inviabilizar a comissão. Como parte desse esforço, acionou também a Polícia Federal e determinou rapidez nos trabalhos de investigação. Na terça-feira, Marinho depois na PF e inocentou Jefferson. Após oi-

to horas de depoimento, ele classificou como "breviário" o que disse aos supostos empresários. Outro envolvido, Godoy, também depois terça-feira e sustentou que não é culpado de nada. Ontem a PF colheu o depoimento de Antônio Osório. O Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União também estão investigando o caso.

2 | POLÍTICA

TEMA DO DIA // LAMAÇAL

CORREIO BRASILENSE

BRASILIA, SEXTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2005
 Editor: Oswaldo Buarim Jr./ oswaldo.buarim@correioweb.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Robson Barenho
 Coordenadora: Erica Andrade
 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1196 • fax: 214-1155

Polícia Federal e Ministério Público querem saber sobre os “negócios” de Marcos Vinícius na ECT

VISITAS SUSPEITAS DO GENRO DE JEFFERSON

LÚCIO VAZ
 DA EQUIPE DO CORREIO

Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, genro do deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), tornou-se nesta semana uma das principais referências para as investigações oficiais sobre o esquema de propina supostamente praticado na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Vinícius está sendo investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

De acordo com informações já recebidas pela PF, ele foi recebido na sede da ECT pelo então chefe do Departamento de Aquisição de Material Maurício Marinho e também pelo assessor-executivo da Diretoria Administrativa Fernando Godoy — agora afastado do cargo. Questionado pela Polícia Federal se conhecia Vinícius, Godoy afirmou que o recebeu duas vezes, para tratar de um pedido de patrocínio para um atleta. Mas o negócio não teria sido fechado.

No depoimento prestado na última terça-feira, Marinho afirmou que conheceu Vinícius na festa de aniversário de Jefferson, no ano passado, numa casa de festas no Lago Sul. Posteriormente, encontrou-se com o genro do deputado quando o primeiro fez uma visita à ECT, conforme registra o seu depoimento. Marinho não soube precisar quantos contatos telefônicos teve com Vinícius, mas disse que não fala mais com ele — com quem não teria relacionamento pessoal — desde o ano passado.

O Ministério Público também investiga as ligações do genro de Jefferson com o corretor de seguros Henrique Duarte Brandão, da empresa Assurê Corretagem de Seguros. Vinícius é assessor de uma diretoria da Eletrobrás, uma subsidiária da Eletronuclear, que tem negócios com a Assurê.

Em depoimento à Procuradoria da República no Distrito Federal, na segunda-feira, Jefferson afirmou que o seu genro trabalhou como corretor com Brandão na empresa Assurê e tem ligações com o empresário até hoje. A Assurê contribuiu com R\$ 70 mil para a campanha eleitoral da vereadora Cristiane Brasil (PTB), filha do presidente do PTB.

Daniel Ferreira/CB2/45.05



O EX-CHEFE DE COMPRAS DOS CORREIOS MAURÍCIO MARINHO NÃO SOUBE PRECISAR QUANTOS CONTATOS TELEFÔNICOS TEVE COM VINÍCIUS

“(MARINHO) SE ENCONTROU COM MARCOS QUANDO ESSE FEZ UMA VISITA À EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS”

Trecho do depoimento do ex-chefe do Departamento de Compras dos Correios à PF Maurício Marinho

Deputado Chaves

No depoimento à Polícia Federal, Godoy foi questionado se conhecia o empresário de nome Fortuna, que procurou Jefferson para informar que teria cópia da gravação em que Marinho revela a existência de um esquema de corrupção nos Correios. Godoy afirmou que se encontrou com o empresário uma única vez no elevador da ECT. Acrescentou que, naquela oportunidade, Fortuna estava em companhia do deputado federal José Chaves (PTB).

PE). Disse ainda que Fortuna seria um dos proprietários da empresa Atrium, localizada em Brasília.

O registro dos projetos de lei apresentados por Chaves mostra que ele acompanha com interesse as estatais que têm o controle político do PTB. Um projeto de lei complementar de sua autoria transfere as funções regulatórias e de fiscalização da Brasil Resseguros (IRB) para a Superintendência de Seguros Privados (Susep), incluindo a competência

para conceder autorizações.

Um requerimento seu pede informações do Ministro da Defesa a respeito de procedimentos licitatórios promovidos pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). O deputado cita um recurso apresentado por um consórcio que participou da concorrência para a construção do novo aeroporto de Vitória, no valor de R\$ 290 milhões, e defende a necessidade de ampliação da competitividade dessa licitação.

PERFIL DOS ARAPONGAS

Além de fotografias pouco nítidas feitas na portaria dos Correios, a Polícia Federal conta com a descrição realizada pelo ex-chefe do Departamento de Aquisição de Material Maurício Marinho para identificar os “arapongas” que gravaram o seu relato sobre o suposto esquema de corrupção na estatal. Os dots se apresentaram como representantes da multinacional Golden Equipment (GE). Existe uma empresa com esse nome. Porém, como atua no ramo das máquinas e equipamentos pesados, os investigadores acham que a empresa americana foi usada como fachada.

O “consultor Goldman” é descrito no depoimento de Marinho como um homem de aproximadamente 50 anos, 1,7 metro, cabelos pretos lisos, forte, pele branca, rosto largo e bigode. Ele teria parecido aos encontros sempre vestindo um terno verde claro apertado. “Vitor”, suposto diretor-financeiro da multinacional, é um homem magro, rosto fino, com uma pinta, cabelo baixo penteado para trás, com pequenas entradas de calvície, cor branca, aproximadamente 1,75 metro e 40 anos. Goldman carregava sempre uma maleta preta, que sempre deixava sobre a mesa. Marinho imagina que ali estava instalada a microcâmera que gravou as conversas. Ele imagina que foi vítima de profissionais de espionagem industrial ou com interesses políticos.

Segundo Marinho, Goldman se apresentou como consultor da empresa GE, que estaria dando suporte a uma multinacional interessada em trabalhar no mercado nacional na venda de produtos e soluções tecnológicas. A multinacional seria formada por grupos da Coreia, Estados Unidos e Inglaterra. Goldman demonstrava ter conhecimento pleno de todas as licitações passadas e em andamento na ECT, e em outros órgãos do governo. Disse ter sido orientado a procurar Marinho por fornecedores da empresa para a qual presta consultoria.

Licitações

Num segundo encontro, o consultor passou a tratar de licitações que tinham ocorrido nos Correios na área de tecnologia. Goldman mencionou o Correto Híbrido Sara, entre outros projetos da ECT. Os vencedores dessas licitações forneciam à ECT produtos que teriam adquirido da multinacional que representava. No terceiro encontro, Goldman trouxe informações políticas a respeito de notas indicativas para a Diretoria de Tecnologia dos Correios.

Segundo ele, o PMDB iria indicar o novo diretor de Tecnologia da ECT, que seria o atual diretor de Recursos Humanos. Nesse encontro, Marinho informou ao consultor que o diretor de Administração, Antônio Osório, havia sido indicado pelo PTB.

No quarto encontro, Goldman apareceu acompanhado do suposto diretor Financeiro da GE, que se apresentou com o nome de Vitor. Foi nessa audiência que Marinho fez o relato sobre o tal esquema de corrupção nos Correios. No depoimento à PF, ele afirmou que fez as afirmações “para a sua autoproteção, procurando demonstrar conhecimento e influência nos processos da ECT”. Ele disse que “buscava valorizar o seu conhecimento, visando futuros negócios com a multinacional”, após a sua aposentadoria. (LV)

PRÓXIMOS PASSOS

ATRÁS DE MAIS PROVAS

Após uma primeira semana marcada por depoimentos, a investigação do suposto esquema de corrupção nos Correios ficará centrada agora na análise dos documentos apreendidos nas casas dos suspeitos e na sede da ECT (foto) e das auditorias realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU) nas licitações e contratos feitos pela estatal a partir de 2003. Estão sendo auditados contratos feitos pelas diretorias de Administração, Operações e Tecnologia, que reúnem os maiores e mais numerosos contratos.

A partir das informações extraídas nos computadores, documentos impressos e agendas, a Polícia Federal e o Ministério Público vão avaliar se os três suspeitos entraram em contradição nos seus depoimentos. Nesse caso, eles poderão ser chamados para depor novamente. No principal depoimento, o ex-chefe do Departamento de Aquisição de Material Maurício Marinho negou que existia um esquema para fraudar licitações nos Correios, como dissera na gravação divulgada pela revista “Veja”.

O delegado Luiz Flávio Zampirona trabalha com o auxílio de outros três delegados e do serviço de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Nos próximos dias, ele deverá pedir a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Marinho, que foi indicado por corrupção passiva e fraude em licitações. (LV)

Daniel Ferreira/CB2/30.05



2 | POLÍTICA

CORREIO BRASILIENSE

BRÁSILIA, TERÇA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2005
 Editor: Oswaldo Buarim Jr. / oswaldo.buarim@correio.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Robson Barenho
 Coordenadora: Erica Andrade
 e-mail: politica@correio.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1186 • fax: 214-1155

“IREMOS BUSCAR A VERDADE E MOSTRAR QUE ESTA É UMA EXCEÇÃO E NÃO A REGRA NA ATIVIDADE DOS CORREIOS”
 João Henrique, presidente dos Correios

28 auditores foram convocados para fazer uma devassa nos contratos dos Correios

LAMAÇAL

Balanco da CGU nos primeiros 600 contratos analisados pelos Correios constata falhas em diversas áreas da empresa, como a compra de cofres para as agências feita por Maurício Marinho

Irregularidades em vários setores da ECT

DA REDAÇÃO

A Controladoria Geral da União (CGU) detectou indícios de irregularidades generalizadas nos Correios, informou ontem o subcontrolador-geral da União, Jorge Hage. Com base nos primeiros resultados, o órgão responsável pelo controle interno do governo decidiu mais do que triplicar o número de auditores encarregados de rastrear contratos, licitações e editais da empresa, além de apurar novas denúncias na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Na semana retrasada, a CGU havia indicado oito auditores para investigar denúncias nos Correios. Depois de uma primeira pesquisa em 600 contratos celebrados pela estatal, a Controladoria aumentou a equipe, com a indicação de mais 20 auditores.

“Foram detectados os primeiros indícios de fragilidades e irregularidades em praticamente todas as áreas da empresa”, adiantou Hage. Os auditores estão divididos em quatro áreas — tecnologia, administração, transportes e obras. O subcontrolador mencionou genericamente possíveis problemas na compra de cofres, medicamentos, uniformes e com

a chamada Rede Postal Noturna.

No caso dos cofres, a compra foi de 1.500 unidades para guardar dinheiro nas agências dos Correios. O Departamento de Contratação e Administração de Material, na época chefiado por Maurício Marinho, autorizou que a empresa vencedora da licitação entregasse cofres menores do que estava previsto no contrato, desde que oferecesse um desconto aos Correios. Mas a CGU descobriu que os descontos nunca foram aplicados, prejudicando a estatal e beneficiando a empresa fornecedora de cofres. A Controladoria determinou a abertura de sindicância para saber de quanto foi o prejuízo. O contrato é de R\$ 8 milhões.

Hage disse que os trabalhos da CGU contam ainda com volume crescente de denúncias apresentadas por funcionários da empresa. Ele afirmou que o resultado final da auditoria não deve sair antes de meados de julho, conforme prazo fixado pelo ministro Waldir Pires, da CGU.

A direção da ECT não quis se manifestar sobre as declarações do subcontrolador. A assessoria da empresa afirmou que a estatal está pronta para colaborar com as investigações em andamento tanto na Polícia Federal como na CGU.

Paulo da Araujo/CB204/03



HAGE: “FORAM DETECTADOS OS PRIMEIROS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES EM PRATICAMENTE TODAS AS ÁREAS DA EMPRESA”

Sindicância

Além do grupo dedicado à auditoria especial, a CGU tem mais três analistas encarregados de acompanhar a sindicância interna aberta nos Correios depois que Maurício Marinho foi flagrado recebendo propina de dois supostos empresários.

A sindicância interna tem

prazo até 16 de junho para apresentar resultados. Por ora, continuam afastados das funções Marinho, o diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório Batista, e seu assessor-executivo, Fernando Leite de Godoy.

Antes de a sindicância ser instalada, a CGU já havia detec-

tado em auditoria rotineira e avaliação de prejuízo estimado de R\$ 21 milhões em um contrato de transporte aéreo de malotes com a Skymaster Airlines Ltda. As supostas irregularidades teriam ocorrido entre junho de 2001 e dezembro de 2002, na gestão Fernando Henrique Cardoso.

“Um fato isolado”

MARIANA MAZZA
 DA EQUIPE DO CORREIO

O escândalo envolvendo o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício Marinho é um fato isolado e injusto, na opinião do presidente da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), João Henrique de Almeida Sousa. A análise está expressa em uma carta que circulou internamente na empresa no dia 19 de maio, às 20h51.

Desde o início das denúncias, a partir da divulgação de gravações por parte da revista Veja, onde Marinho recebia propina para fraudar licitações, o presidente da estatal tem se resguardado e não fez nenhum comentário público sobre o acontecimento. Porém, a carta encaminhada ao Correio Braziliense, por um funcionário que não quis se identificar, deixa claro o posicionamento do presidente da empresa quanto às denúncias.

Imagem

“Embora reconhecendo os prejuízos deste fato investigado para a imagem da ECT e a injustiça de tantos serem afetados por um fato isolado, não podemos nos deixar abalar”, afirma João Henrique, em um dos trechos do comunicado. A presidência dos Correios também enviou aos funcionários um comunicado sobre a instalação da sindicância interna que está investigando o caso.

João Henrique aproveitou a carta aos funcionários para apoiar as investigações, mas garante que não há problemas semelhantes com outros funcionários. “Iremos buscar a verdade e mostrar que esta é uma exceção e não a regra na atividade dos Correios”, argumenta.

O presidente dos Correios assumiu o comando da empresa em março de 2004, por indicação do ministro das Comunicações, Eunício Oliveira. A nomeação foi política, como parte da cota de cargos do PMDB, ao qual João Henrique é filiado.

Deputado ajudou a revogar licitação

LÚCIO VAZ
 DA EQUIPE DO CORREIO

O capitão PM reformado José Santos Fortuna afirmou ontem ao Ministério Público Federal que não fez a gravação que revela a existência de um esquema de corrupção nos Correios, não conhece o presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), nem o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso. Jefferson afirmou na tribuna da Câmara que recebeu Fortuna a pedido de Bezerra e que teria sido chantagado pelo empresário.

Mas Fortuna disse aos procuradores Bruno Acioli e Adriana Brookes que esteve com o presidente dos Correios, João Henrique, em

fevereiro, em companhia do deputado José Chaves (PTB-PE), em nome da multinacional Internec, para pedir a revogação de uma licitação para a compra de computadores móveis, no valor de R\$ 36 milhões, vencida pela empresa HHP. A licitação foi revogada.

O advogado de Fortuna, Regi-

naldo Bacci, afirmou ontem que o seu cliente “pegou carona numa audiência do deputado Chaves”. Segundo relato do advogado, a Internec teria feito uma proposta de R\$ 29 milhões no pregão eletrônico e apresentado um produto de melhor qualidade, mas teria sido desclassificada por ter apresentado um protótipo do produto da licitação (coletores de dados) com características diferentes daquelas registradas no site internacional

JOSÉ CHAVES
 ACOMPANHOU FORTUNA
 EM AUDIÊNCIA NOS
 CORREIOS, ONDE
 CONSEGUIRAM
 CANCELAR UMA
 CONCORRÊNCIA

da empresa. A empresa entrou com recurso administrativo nos Correios e com representação no Tribunal de Contas da União, além de fazer o contato com o presidente da estatal.

Bacci tentou explicar o motivo da audiência de Fortuna com João Henrique: “Ele foi expor o caso ao presidente, até para saber se o presidente sabia o que estava ocorrendo. Nem todos os casos chegam ao presidente. Se o presidente sabe, pode avocar o caso para si e tomar providências para evitar prejuízo aos Correios”. Questionado sobre o resultado dos recursos e do pedido feito por Fortuna, o advogado respondeu: “Acredito que tenha sido a revogação. Talvez tenha sido a maneira que ele [João Henrique] achou mais adequada. Mas, por lei, era o mínimo que poderia ser feito”.

Numa licitação na modalidade pregão, inicialmente as empresas concorrentes apresentam o seu preço em sistema online. Nafaseseguinte, o órgão público verifica se a proposta da empresa vencedora — que ofereceu menor preço — cumpre as exigências do edital. Se isso não ocorre, é chamada a segunda colocada, depois a terceira, a quarta, até ser en-

contrada uma proposta que atenda ao edital. Segundo Bacci, a empresa HHP foi a quinta colocada no pregão. Ele disse que o TCU também considerou irregular a licitação e vai acompanhar o processo da nova concorrência.

Fortuna afirmou aos procuradores que conheceu o ex-chefe do Departamento de Aquisição de Material dos Correios Maurício Marinho, com quem tratava assuntos de interesse das empresas que representa. Disse que seriam normais esses contatos da direção dos Correios com as empresas fornecedoras. Isso ocorre quando a estatal precisa fazer pesquisas de mercado para ficar o preço base dos pregões. O empresário disse, porém, que não conhece o diretor afastado de Administração, Antônio Osório, apontado por Marinho como o suposto chefe do esquema de corrupção nos Correios, nem o assessor-executivo Fernando Godoy. Em depoimento à PF, Osório disse que recebeu do deputado José Chaves o currículo de Maurício Marinho.

O empresário confirmou aos procuradores que trabalhou para o Serviço Nacional de Informações (SNI) até 1984, durante a ditadura militar, período em que era capitão da Polícia Militar de Minas Gerais. Após a sua aposentadoria, montou uma empresa de consultoria na área de tecnologia. Entre os seus clientes, estaria o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



LAMAÇAL / Ministro da Fazenda promete a líderes aliados liberar verba de emendas parlamentares

R\$ 1,5 MILHÃO CONTRA A CPI

DA REDAÇÃO

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, decidiu abrir o cofre para garantir a derrubada da CPI dos Corretos no Congresso. Reunido ontem com líderes aliados no Palácio do Planalto, Palocci prometeu liberar R\$ 1,5 milhão em emendas ao Orçamento do ano passado para cada deputado que votar pela derrubada da CPI. A expectativa é de liberação de 70% dos recursos do Orçamento de 2004 que o governo se comprometeu a pagar, mas até agora não liberou. Os recursos foram

incluídos pelos parlamentares a suas bases eleitorais e contam pontos para os deputados na eleição.

Na reunião de ontem, Palocci assumiu o compromisso de liberar as emendas até a próxima semana, antes da votação do recurso contra a criação da CPI no plenário do Congresso. O ministro da Fazenda também prometeu para amanhã a liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (leia mais na coluna Brasília-DF). A execução orçamentária e de emendas planejada ajuda a conter a insatisfação dos parlamentares com o governo", reconheceu

o líder do PSB na Câmara, deputado Renato Casagrande (ES), que também participou do encontro com Palocci, que contou com a presença ainda do chefe da Casa Civil, José Dirceu.

"Estamos unidos em determinadas questões que o governo antes não queria entender. É o caso do pagamento de emendas de parlamentares. E o papel do Palocci é garantir o cumprimento da Lei Orçamentária, ou seja, pagar essas emendas", resumi o líder do PL, deputado Sandro Mabel (GO), após participar do encontro no Planalto. Com o anúncio, os aliados estão mais convictos

de que irão enterrar a CPI dos Corretos. Segundo eles, as relações na base aliada melhoraram na última semana após a operação do governo para retirar assinaturas do pedido de CPI. "Quando surge um inimigo externo, todos se unem", justificou o deputado Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP). "A crise juntou todo mundo", completou o líder do PTB, José Múcio Monteiro (PE). Tanto que eles já fazem cálculos que apontam para vitória na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde passará primeiro o recurso contra a CPI, e em seguida no plenário (leia mais na página 4).

GRUPOS ESTÃO TONTOS NO PT

RELATÍVIA BOVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

A criação da CPI dos Corretos apavora especialmente uma bancada na Câmara. Os deputados do PT estão desconfortáveis em ter de votar contra a comissão parlamentar de inquérito. Tanto moderados como a ala radical do partido quebram a cabeça para encontrar alternativas que os afastem do desgaste. Até agora, porém, encontraram a porta fechada no governo e entre os líderes aliados para qualquer saída.

Os petistas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, integrantes da ala moderada do partido, levantaram a hipótese de levar diretamente para o plenário a discussão sobre a constitucionalidade da CPI dos Corretos. A CCJ terá de se pronunciar sobre um recurso, apresentado pelo vice-líder do governo na Câmara, João Leão (PL-BA), que acusa o pedido de criação da CPI de "genérico". Serão os deputados da comissão de Justiça os responsáveis por caminhar no requerimento a marca da ilegalidade. E os deputados do PT serão os primeiros a votar. Ficarão totalmente expostos.

A sugestão dos petistas, porém, foi descartada pelos líderes dos demais partidos. Eles foram consultados sobre a ideia. Mas continuam a exigir a passagem do tema pela CCJ. Em tese, o debate será técnico, e, se tudo correr como previsto, a comissão aprovará um parecer pela inconstitucionalidade. Com o relatório nas mãos, os líderes partidários terão argumentos para convencer suas bancadas a derrubar a CPI. Essa será também a justificativa apresentada nos estados pelos deputados, principalmente aqueles que assinaram o pedido de criação da comissão parlamentar de inquérito. Eles poderão dizer a seus eleitores que desejavam a investigação, mas se renderam diante da inconstitucionalidade da proposta. "O elemento da legalidade é muito importante. Direto no plenário, o deputado vai sem segurança", justifica o líder do PL na Câmara, Sandro Mabel (GO).

Mesmo com essa saída arranjada, 12 dos 14 deputados do PT que assinaram a CPI ainda estão incomodados em ter de mudar de posição no plenário do Congresso. Eles já foram repreendidos por ter apoiado o requerimento de oposição e enfrentaram as críticas do chefe da Casa Civil, José Dirceu. Apesar disso, o a direção do PT ainda põe panos quentes na rebelião. Se o grupo repetir a

João Varella/CRS 5.015



TANTO DEPUTADOS DA ESQUERDA PETISTA QUANTO A CORRENTE MODERADA, FIEL À LIDERANÇA DE PAULO ROCHA (SENTADO AO CENTRO), CONVIVEM COM DILEMA SOBRE COMISSÕES

postura, porém, a boa vontade da cúpula petista poderá desaparecer.

Ontem, os 12 deputados e três senadores petistas reuniram-se para buscar uma alternativa. A iniciativa passou a ser chamada pelo deputado Chico Alencar (PT-RJ) de "marcha pela sensatez" do governo. O grupo decidiu sugerir uma solução intermediária: a alteração do requerimento na CCJ para concentrar as investigações no escândalo dos Corretos. O governo teria de aceitar o funcionamento da CPI. Alencar e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fizeram uma peregrinação no Congresso em busca dos líderes do governo, da oposição e do relator na CCJ.

No território governista, porém, a recepção foi fria. Tanto o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), quanto o líder do PT na Câmara, Paulo Rocha (PA), avisaram não haver chances de mudar o rumo da estratégia a esta altura. Os aliados avisaram que as tropas já estão em movimento e que os argumentos jurídicos são consistentes contra o pedido de CPI. "A batalha de Itararé é famosa justamente porque não aconteceu", ainda brincou Alencar, sem, porém, conseguir convencê-los. "Eles assinaram o requerimento e querem ter uma saída compatível com o que pensam e decidiram", analisou Chinaglia, descartando a ideia.

PCdoB ADERE AO ABAFA

EUMANO SILVA
DA EQUIPE DO CORREIO

O PCdoB, partido do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, decidiu ficar contra a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta pela oposição para investigar denúncias de corrupção nos Corretos. A direção nacional do partido, que tem nove representantes na Câmara Federal, reuniu-se ontem e continuará reunida hoje para fazer o que chamou de análise da conjuntura nacional e definir a posição do partido em relação às acusações contra setores do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A direção do PCdoB descartou a aplicação de sanção aos seus parlamentares. "Não há razão para punições, pois todos encaminharam documentos ao partido dizendo que estavam dispostos a retirar a assinatura", justificou Renato Rabelo, presidente do partido. "A CPI é uma ação política da oposição e por isso precisamos ter uma contra-ação (também política)", afirmou o dirigente.

Na avaliação de Rabelo, o governo precisa recompor a base de apoio no Congresso para enfrentar as iniciativas dos oposicionistas. "Trata-se de uma luta política, eles estão precipitando a sucessão presidencial", analisou. "Estamos num momento decisivo. Ninguém é bobó para não entender essa situação", completou o dirigente do PCdoB.

Rabelo reclamou o envolvimento de todo o governo no esforço de impedir a instalação da CPI. "Todos os ministros que possam contribuir e agir de forma unitária para defender o governo serão bem-vindos", disse Rabelo. Até agora, segundo o presidente do partido, participaram dessa mobilização os ministros Antônio Palocci, da Fazenda, Ciro Gomes, da Integração Regional, Aldo Rebelo, da Coordenação Política, José Dirceu, do Gabinete Civil e Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia.

JEFFERSON DOMA O PTB

Além de se defender das acusações de ser o líder de esquemas de corrupção nos Corretos e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson (RJ), teve de controlar esta semana uma crise interna. Petebistas sugeriram o afastamento de Jefferson da presidência do partido até o encerramento das investigações dos escândalos. Mas aliados do presidente petebista garantem que ele já controlou a rebelião.

Jefferson fechou-se em copas. Evita falar sobre as denúncias que pesam sobre si. Passou a utilizar o seu apartamento na 302 Norte como QG. Uma romaria de integrantes do partido passou ontem por lá para discutir a ebulição interna diante das denúncias que pesam sobre Jefferson e sobre o PTB. Aliados do deputado dizem que ele conversou inclusive com petebistas que pediram sua cabeça, como a deputada federal Elaine Costa (RJ) e o ex-deputado Ary Kara. Os dois teriam concordado com os argumentos de Jefferson e enterraram a rebelião.

Mas os petebistas não escondem o incômodo com a exposição negativa do partido. Eles temem que se fixe a marca de corrupção sobre a legenda a ponto de prejudicar seus militantes nas eleições do próximo ano. "Fico incomodado com o fato de o noticiário apontar o PTB em um esquema de corrupção que eu sei não existir", admite, por exemplo, o vice-líder do governo na Câmara, Vicente Cascone (PTB-SP). "Cada um de nós tem um mandato e as suas preocupações. O partido como um todo não pode estar acusado."



ACUSADO DE CHEFIAR ESQUEMA DE PROPINA EM FAVOR DO PTB, ROBERTO JEFFERSON ENFRENTOU AMEAÇA DE REBELIÃO

Cascone é um dos que defende o afastamento temporário de Roberto Jefferson diante das denúncias. "Se eu fosse o Roberto Jefferson, pediria uma licença até o momento em que as apurações se encerrassem", justifica. Ele nega, porém, ter participado da rebelião interna contra o presidente da legenda.

A ofensiva sobre Jefferson levou os dirigentes da legenda a declararem apoio ao deputado. "Ele

cumprirá todo o mandato com nosso apoio", garantiu ontem o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia. "Estamos apurando tudo e o Roberto está absolutamente prestigiado." Na última reunião da Executiva Nacional do partido, na semana passada, os petebistas chegaram a discutir a situação de Jefferson na legenda. Mas o deputado obteve uma nota de solidariedade e apoio à sua permanência. (HB)

POLÍTICA / TEMA DO DIA

LAMAÇAL / Lídio Duarte revela método de cobrança e orientação para obter dinheiro com acordos**TRECHOS****“Roberto (Jefferson) reúne todo mundo. (...) É um negócio constrangedor”**

Ex-presidente do IRB conta que a “prestação de contas” é feita durante reuniões periódicas promovidas em Brasília pelo presidente do PTB

REPÓRTER — Ele (Roberto Jefferson) ia pessoalmente ao IRB negociar essas coisas, ou não?**LÍDIO** — O operador dele, sim.**REPÓRTER** — Mas o próprio Roberto Jefferson?**LÍDIO** — Não. O Roberto, normalmente, ele... O pessoal que ele indica, ele chama para jantar na casa dele, em Brasília. Ele faz um jantar de vez em quando lá.**REPÓRTER** — Reúne todo mundo junto?**LÍDIO** — Todo mundo, é, às vezes. (...) tem um aqui em Brasília, dos Carrelos... ele me falou desse jantar. Eu não atentei na hora, pelo jeito é uma... uma prestação de contas (risos).**REPÓRTER** — É isso mesmo, vocês vêm?**LÍDIO** — É, ele chama para reunir a turma. Mas, na verdade, na verdade, eu fui umas duas vezes, eu acho, lá.**REPÓRTER** — E a conversa é aberta?**LÍDIO** — A conversa é aberta, aberta no mais aberto dos sentidos. Oh! Como é que é isso, não acontece, e tal. Fulano está pressionando, a gente está com a espada sobre a cabeça, e tal, e nada acontece. Pô, é um negócio constrangedor.**REPÓRTER** — Caramba. E todo mundo junto, os indicados?**LÍDIO** — Também, é um negócio constrangedor. Eu, francamente, saí de lá e tô vivendo no mundo da lua. Nossa! Tô no paraíso.**“O sujeito (Henrique Brandão) é truculento”**

Ex-presidente do IRB detalha relacionamento difícil com emissário do deputado Roberto Jefferson que pedia para fazer acordos

LÍDIO — Para falar a verdade, eu não tive problemas com ele (Jefferson). Eu tinha a indicação do presidente do partido anterior, que faleceu num acidente aéreo, o Martinez. Então, a minha ligação era com o Martinez. E aí, quando o Martinez morreu, o Jefferson assumiu a presidência. E o Jefferson colocou uma pessoa para falar comigo, chamada Henrique Brandão, que opera a área de seguros para ele. E a pessoa é conhecida no mercado de seguros, que é uma pessoa muito complicada. E aí ficou incompatível o meu relacionamento com essa pessoa que ele indicou. Esse foi o problema que eu tive com o Jefferson. Na verdade, não foi diretamente com ele.**REPÓRTER** — Ah! Foi com o intermediário?**LÍDIO** — Quando eu tentei falar com ele sobre os problemas que o intermediário estava criando, ele disse assim: “Eu conheço o fulano há 30 anos”. Aí, eu fui saber: o fulano

empregava o genro (Marcus Vinícius), bancava um monte de coisas para ele. Quer dizer, é a pessoa que opera para ele, né?

REPÓRTER — Ele ficou do lado do camarada?**LÍDIO** — Ele ficou do lado do camarada. Eu disse para o Roberto: “Roberto, quando eu sair do IRB, o PTB vai ficar com três créditos importantes, porque o IRB é uma empresa em que as seguradoras são acionistas, as maiores delas, as ligadas a bancos. Se fizer uma boa gestão, o crédito fica em cima do acionista”. Eu falei, sou de carreira, tenho uma dívida com o público interno, eu tenho uma responsabilidade grande. Tem o acionista, que não é um acionista qualquer, é um acionista importante, e tem influência política enorme. E falei, tudo o que eu puder ajudar eu vou ajudar, mas sem deixar nada nenhum, para que não haja um débito com a opinião pública. Mas, pô, o sujeito que vai

falar comigo não é desse estilo, é truculento. Falava para todo mundo que no IRB quem mandava era ele. Dizia que qualquer coisa ele resolvia. Ao ponto de eu dizer: “Por favor, não entre mais aqui”. Eu fiquei dois anos lá, e o Conselho Fiscal fez um registro em ata que foi uma administração sem qualquer problema. Não tive problemas porque não abri as portas ao que pediam.

REPÓRTER — O que ele (Brandão) pedia?**LÍDIO** — Ele pedia para resolver problemas. Ah! Vamos fazer acordos e tal. A administração pública pode fazer acordos em juízo. E mais, não pode renunciar a ir à última instância se não tiver uma certeza de que o caso está perdido.

Carlos Viana/CP23.5.05

JEFFERSON FICA EM SITUAÇÃO AINDA MAIS DIFÍCIL DIANTE DA ENTREVISTA DO EX-PRESIDENTE DO IRB


RENAULT
CONCESSIONÁRIAS

Toda a linha Renault com itens grátis, e você aí parado?
Corra para a Premier e aproveite agora estas vantagens.



Clio Série Limitada
Hi-POWER
1.0 16V - 05/05
A vista **R\$ 26.990⁽¹⁾**
+ frete + p.m.⁽²⁾
TAXA 0,49% a.m.
ENT. 50% + 18X
+ Air bag duplo
+ Rodas de liga leve
+ Aerofólio
+ Faróis de neblina

Grátis:
Kit elétrico⁽¹⁾
travas e vidros
dianteiros elétricos



Scénic Série Limitada
FLEX
1.6 16V 115 cv - 05/05
A vista **R\$ 49.990⁽¹⁾**
+ p.m. Frete incluso.
Grátis:
Rádio CD MP3⁽²⁾
+ comando satélite
+ 2 anos de garantia
+ Motor Flex
+ Frete incluso



Clio Sedan
Authentique Hi-Power
1.0 16V - 05/05
A vista **R\$ 29.990⁽¹⁾**
+ frete + p.m.⁽²⁾
TAXA 0,49% a.m.
ENT. 50% + 18X
+ Air bag duplo

Grátis:
Kit elétrico⁽¹⁾
travas e vidros
dianteiros elétricos

Rede Renault. Mais de 150 Concessionárias no Brasil.
Brasília.

Premier
 MATRIZ: Sia – Trecho 4: 3961-1000
 FILIAL: W3 – 516 Sul: 345-8070

⁽¹⁾ Kit Elétrico: travas e vidros dianteiros elétricos válidos para as linhas Clio Authentique Hatch, Sedan e Hi-Power Série Limitada. ⁽²⁾ Rádio CD MP3 + comando satélite válido para as linhas Scénic 1.6 Flex Série Limitada 1.6 16V 05/05 e Scénic Expression 1.4 Flex 05/05. O km. ⁽³⁾ Taxa de juros válida para as linhas Clio Hatch e Sedan Hi-Power 1.0 16V 05/05 0 km, nas seguintes condições: financiamento pelo CDC (Crédito Direto ao Consumidor) com entrada de 50% do valor à vista + saldo financiado em 18 vezes com taxa de juros pré-fixada de 0,49% a.m. + IOF + R\$ 2,15 por linha do boleto bancário. Financiamento Renault através da Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil. Crédito sujeito a análise e aprovação de cadastro. Taxa de Abertura de Crédito (TAC) não inclusa. As taxas poderão ser alteradas, se houver mudanças significativas no mercado financeiro, sem prévio aviso. ⁽⁴⁾ Preço à vista sugerido do Clio Hi-Power Série Limitada 1.0 16V 2P 05/05, cor sólida. Não estão inclusos os valores de frete, pintura metálica e demais opcionais. Estoque: 10 unidades. ⁽⁵⁾ Preço à vista sugerido do Scénic Hi-Flex Série Limitada 1.6 16V 05/05, cor sólida, com frete incluso. Não estão inclusos os valores de pintura metálica e demais opcionais. Estoque: 18 unidades. O Scénic apresentado na foto está equipado com Kit Sport (spoiler e saia lateral) com pintura na cor da carroceria. O Kit Sport é acessório e está disponível para instalação em todas as Concessionárias Renault, sendo cobrado à parte. Consulte os valores em sua Concessionária Renault. ⁽⁶⁾ Preço à vista sugerido do Clio Sedan Authentique Hi-Power 1.0 16V 05/05, cor sólida. Não estão inclusos os valores de frete, pintura metálica e demais opcionais. Estoque: 10 unidades. Consulte o valor do frete em sua Concessionária Renault. Condições válidas somente na rede de correios, participantes, na data de vencimento deste anúncio, e limitadas aos estoques distribuídos nas Concess. Renault. A quantidade de veículos divulgada refere-se à soma total distribuída nas concessionárias participantes deste anúncio. Para sua maior comodidade, consulte-nos sobre as disponibilidades individuais e informações adicionais. Forneça para fins publicitários. Alguns itens mostrados e/ou mencionados são opcionais e/ou acessórios e/ou referem-se a versões específicas. Modelos, códigos e valores estão sujeitos a alterações conforme política de comercialização da fábrica. A Renault reserva-se o direito de alterar as especificações de seus veículos a/ prévio aviso. Preserve a vida. Cintos de segurança em conjunto c/ air bags salvam vidas.

Financieira Renault
 groupe RCI Banque



POLÍTICA/TEMADO DIA

LAMAÇAL / Mulher do presidente do PTB local possui uma das mais rentáveis franquias da empresa no DF

OS NEGÓCIOS DE GIM NOS CORREIOS

ANA MARIA CAMPOS E
MATEUS MACHADO
DA EQUIPE DO CORREIO

Um dos ramos dos negócios da família do deputado distrital Gim Argello (PTB), licenciado da Câmara Legislativa, por ocupar a função de secretário de Trabalho do governo do Distrito Federal, são terceirizações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A empresária Márcia Cristina Argello, mulher do parlamentar, que é o atual presidente regional do

PTB, é proprietária de uma franquia dos Correios no Setor Comercial e Sul (SCS), uma das mais rentáveis do Distrito Federal. A loja, no edifício Carolina, tem autorização para postagem de cartas, telegramas, encomendas e recebimento de contas.

Um outro ponto de atendimento dos Correios, em Taguatinga Norte, já pertenceu ao casal. Mas, segundo Gim, a franquia foi vendida pela mulher dele em 2001, por R\$ 134,5 mil, a um empresário local. Hoje pertence a de Luciene Barros Fernandes e Michele Cagal. Os registros do Sistema Integrado de Administração dos Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, que fornece dados sobre as empresas que mantêm relações com o governo federal, ainda não atualizaram a alteração.

O distrital aparece como principal acionista da empresa Garantia Serviços Postais Ltda., que administra a franquia na QNG 30, em Taguatinga. "Não participo dessa empresa desde 1997. Sai antes de me tornar deputado distrital", afirma Gim.

A franquia do Setor Comercial Sul pertence à empresa RR Serviços Postais e Telemáticos, que tem como principal acionista a esposa do distrital. Mas a loja é administrada pelo cunhado de Gim, Waldir Guido Varandas Júnior. "Não tenho qualquer influência sobre essas fran-

Bruno Fortes/CE 19.5.05



LOJA DOS CORREIOS NO SETOR COMERCIAL SUL DE PROPRIEDADE DA MULHER DO DEPUTADO GIM ARGELLO

Sébastian Padua/Especial para o CB 23.5.05

GIM NEGA VINCULAÇÃO ENTRE
GODOY E OS NEGÓCIOS

quias. O fato de eu ser deputado até atrapalha", afirma o distrital.

Embora seja deputado distrital, Gim tem muito prestígio no PTB. Há dois meses, seu amigo e presidente nacional da legenda, deputado Roberto Jefferson (RJ), decretou uma intervenção no PTB local, destituindo o deputado Alberto Fraga (DF), hoje sem partido, para que Gim assumisse o comando regional com "carta-branca" para novas filiações. Na semana passada, Jefferson e o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guis, participaram de uma festa em comemoração ao aniversário de casamento do distrital, na residência dele, no Lago Sul.

As duas franquias foram autorizadas em 1982, quando não havia a Lei de Licitações (8.666/93). Segundo um funcionário dos Correios, naquela época o critério para escolha dos franqueados era subjetivo. O sistema de franquias foi idealizado para que a estatal se concentrasse

nos atendimentos mais rentáveis, no atacado. As terceirizações tinham o propósito de focar o varejo. O empresário recebe a franquia e tem como lucro 16% do contrato. Hoje, no entanto, muitas franquias têm atuado no atacado, o file-mignon da postagem.

Nos Correios, Gim Argello tem também um velho conhecido. Funcionário do órgão há mais de 25 anos, Fernando Godoy — assessor afastado da Diretoria de Administração por causa das denúncias de envolvimento num suposto esquema de corrupção nos Correios — é filiado ao PTB-DF. Mas os dois se conheceram no PFL-DF partido em que Gim começou a vida política. Entre 1993 a 2001, Godoy foi diretor regional dos Correios no Distrito Federal. "Conhecer o Fernando (Godoy) não tem nenhuma vinculação com as franquias porque elas foram liberadas antes de ele assumir a direção regional", afirma Gim.



NO PLANEJAMENTO, A FRANQUIA AINDA ESTÁ EM NOME DO PARLAMENTAR

RENAULT
CONCESSIONÁRIAS

RENAULT AINDA MAIS FÁCIL

CONDICÕES EXCLUSIVAS P/ BRÁSLIA

Supervalorização do seu seminovo

financie em **24x** parcelas muito pequenas para toda a linha Renault

pague **22** a Renault paga 2 parcelas para você

1ª parcela só em outubro
você sai de Renault 0 km e só começa a pagar em 5 meses

Rede Renault: Mais de 150 Concessionárias no Brasil.

PREMIER
MATRIZ: Sia – Trecho 4: 3961-1000
FILIAL: W3 – 516 Sul: 345-8070

TECAR
Sia – Trecho 1: 3201-7800
361-7800

Brasília

Condição válida para toda a linha Renault 0 km em estoque somente nas Concessionárias Premier e Tecar de Brasília, com financiamento pelo CDC (Crédito Direto ao Consumidor) com entrada de 50% do valor à vista e saldo financiado em 24 vezes (com carência de 90 dias, sendo as duas primeiras parcelas, com vencimento em agosto e setembro, pagas pelas concessionárias), com taxa cliente preferencial de 1,90% a.m. + ICF + R\$ 2,15 por linha do boleto bancário. Financiamento Renault através da Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil. Crédito sujeito a análise e aprovação de cadastro. Taxa de Abertura de Crédito (TAC) não inclusa. As taxas poderão ser alteradas, se houver mudanças significativas no mercado financeiro, sem prévio aviso. Condições válidas até 31/5/2005. Para sua maior comodidade, consulte-nos sobre as disponibilidades das concessionárias e informações adicionais. Fotos para fins publicitários. Alguns itens mostrados e/ou mencionados são opcionais e/ou acessórios e/ou referem-se a versões específicas. Modelos, códigos e valores estão sujeitos a alterações conforme política de comercialização da fábrica. A Renault reserva-se o direito de alterar as especificações de seus veículos sem prévio aviso. Preserve a vida. Cintos de segurança em conjunto com air bags salvam vidas.

LAMAÇAL

Presidente do PTB depõe no Ministério Público e contesta acusações de corrupção dentro dos Correios, sob seu comando. Grato ao apoio do Planalto, ele adiantou que abrirá mão dos sigilos bancário e fiscal

Jefferson: Lula não se arrependerá

PAULO MARIO MARTINS
DA EQUIPE DO CORREIO

Durante mais de três horas, o presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), prestou depoimento ontem ao procurador da República no Distrito Federal Bruno Calado Acioli, sobre a denúncia da existência de um esquema de corrupção supostamente montado por ele na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Segundo o deputado, ele foi ouvido na condição de testemunha. Ao fim do depoimento, Jefferson garantiu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai se decepcionar em ter confiado nele. "Quero mostrar ao presidente Lula que ele pode se honrar do amigo que ele conquistou. Vou mostrar a ele que ele não vai se arrepender de ter confiado no Roberto Jefferson", ressaltou.

O deputado reafirmou ao procurador o que tinha dito na semana passada, na tribuna da Câmara dos Deputados. Na ocasião, ele alegou que o funcionário dos Correios Maurício Marinho, flagrado no esquema de cobrança de propina para aprovação de licitações, mentiu e foi levado ao usar seu nome.

Jefferson voltou a dizer que foi chantagado por um homem, identificado por ele como comandante Molina, que o teria procurado dizendo ter uma fita de vídeo que o comprometeria. "O comandante Molina queria negociar a fita e eu pedi que ele se retirasse da

Cartão: Vitor/CB



ROBERTO JEFFERSON: "QUERO MOSTRAR A LULA QUE ELE PODE SE HONRAR DO AMIGO QUE ELE CONQUISTOU"

minha sala", contou. Indagado por que não denunciou Molina às autoridades competentes, o presidente nacional do PTB respondeu que não acreditou nas ameaças. "Não acreditei. Achei que era só uma jogada comercial", disse.

Cargos

De acordo com Jefferson, o procurador não fez perguntas sobre as denúncias de fraudes em licitações no Instituto de Resseguros

do Brasil (IRB) — que, para ele, são "maledicências, disse-me-disse". Acioli, ainda segundo o deputado, não pediu quebra de seu sigilo bancário e fiscal. Mas Jefferson afirmou que está disposto a fazer isso na comissão parlamentar de inquérito que deve ser instalada no Congresso Nacional para investigar o caso. "Vou fazer isso" perante todo o público, completou.

Hoje, a Executiva Nacional do PTB se reúne para discutir a re-

percussão da denúncia. A ordem do partido, avisou Jefferson, será entregar todos os cargos que ocupa no governo. A exceção será o Ministério do Turismo, comandado por Walfrido Mares Guita. Na visão do presidente nacional do PTB, a escola dele foi um convite do presidente Lula e não uma indicação da legenda. Mares Guita está no Japão, onde vai acompanhar a comitiva presidencial que está em viagem naquele país.

ENTENDA O CASO

Gravação compromete petebistas

Roberto Jefferson, Antônio Osório Batista, Maurício Marinho e Fernando Godoy são os personagens principais de um escândalo tornado público na semana passada, pela revista Veja, em reportagem que reproduz uma negociação durante a qual Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, revelava a dois supostos empresários a participação dos Correios em um contrato — todos vinculados ao PTB — e também da alta cúpula da ECT — majoritariamente ocupada por peemedebistas — num sistema de cobrança e arrecadação de propinas.

Jefferson, deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente nacional do PTB, é apontado por Marinho na conversa gravada como o chefe do esquema que seria operado por Antônio Osório, diretor de Administração da ECT, por Fernando Godoy, assessor de Osório naquela dire-

ção, e pelo próprio Marinho. Ele explica que está no esquema em nome do PTB e sob as ordens de Jefferson. "Ele me dá cobertura, fala comigo, não manda recado. É doído", afirma o funcionário afastado dos Correios.

Roberto Jefferson defendeu-se das acusações com duas iniciativas: pronunciou um discurso na tribuna da Câmara e assinou o requerimento que pede a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a suposta prática de corrupção nos Correios. No discurso, valeu-se de uma carta em que Maurício Marinho afirma que o citou "por vaidade".

A reação predominante no Congresso após os movimentos de Roberto Jefferson foi a de apoiar o pedido de instalação da CPI, contra o esforço do governo e da cúpula petista para evitar que a comissão seja criada — o que está previsto para amanhã. É como parte desse esforço pelo esvaziamento da CPI que a Polícia Federal intensificou ontem seu trabalho sobre a ECT. A Controladoria Geral da República também está mobilizada.

Informe Publicitário

Nota de Esclarecimento

O IRB-Brasil Resseguros S/A, instituição vinculada ao Ministério da Fazenda, a propósito de notícias veiculadas nos últimos dias em órgãos da imprensa, atento ao natural dever de prestação de contas de uma sociedade de economia mista, esclarece, para a correta informação dos senhores acionistas, em particular, e da opinião pública, em geral, como se segue.

O IRB-Brasil Re como operador do modelo centralizado de resseguro tem por objeto proporcionar, dentre outras funções, a plena capacidade às operações do mercado segurador e liquidez ao sistema, sendo necessário, para tanto, dentro da boa técnica e de acordo com suas competências legais, a realização de operações de colocação no mercado internacional das parcelas das responsabilidades seguradas que excedam à capacidade de absorção do mercado nacional, denominada retrocessão.

Inicialmente, o IRB-Brasil Re afirma, considerando os mecanismos de controle operacional continuamente aprimorados, não ser possível a reversão de qualquer parcela de seus resultados para o custeio de despesas que não estejam previstas em seu orçamento, bem como não aceita qualquer interpretação que possa pôr em dúvida a seriedade na condução de seus negócios, inclusive no que respeita aos processos de escolha das corretoras que, eventualmente, atuem na retrocessão ao mercado externo.

Registre-se que o IRB-Brasil Re está sujeito não só ao controle dos órgãos públicos, entre eles o TCU - Tribunal de Contas da União e a CGU - Controladoria Geral da União, mas também a auditorias privadas externas, como qualquer sociedade anônima.

Por outro lado, diversas medidas vêm sendo adotadas com o objetivo de conferir maior transparência às operações, de conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

Nesse contexto, destaca-se a modificação determinada pelo Conselho de Administração, implementada através da decisão unânime da Diretoria, de 07.10.2004, acolhendo o voto do Diretor de Planejamento e Desenvolvimento, complementado por manifestação do Diretor Financeiro, no sentido de serem criados os Comitês de Colocação, com a atribuição de definir, em cada negócio, as bases para retrocessão ao mercado internacional, observada a Política Interna de Colocações de Riscos no Exterior, também aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa. Dessa forma, adequada aos modernos conceitos de governança corporativa, com a supressão das alçadas individuais, a aprovação dos contratos do IRB-Brasil Re com o exterior obedece o seguinte trâmite:

- Comitê de 1º nível: composto por quatro gerentes, com competência e alçadas regimentais para decidir contratos de até R\$ 500 mil Reais;
- Comitê de 2º nível: formado pelo Vice-presidente, como Coordenador, com voto de qualidade, e por três diretores com competência e alçadas regimentais para decidir contratos entre R\$ 500 mil e até R\$ 5 milhões de Reais;
- Comitê de 3º nível: composto pela Diretoria do IRB-Brasil Re, com competência e alçadas regimentais para decidir contratos acima de R\$ 5 milhões de Reais.

No mesmo sentido, foram definidas regras, alinhadas às melhores práticas do mercado internacional, de recredenciamento de corretoras e resseguradores, habilitando-os a participar desses contratos. Dentre elas destacam-se:

- a exigência da contratação de seguro de responsabilidade civil pelas corretoras, por erros e omissões, no valor mínimo de US\$ 5 milhões de dólares norte-americanos;
- o estabelecimento do limite de 20% para a concentração de operações com cada uma das corretoras, garantindo a distribuição dos negócios, fomentando a concorrência no mercado;
- a fixação de capital e rating mínimos, para cada ressegurador dentro de sua especialidade, de modo a garantir a segurança nas operações contratadas.

A missão do Presidente do IRB-Brasil Re, o advogado Luiz Apolinário Neto, empossado em 31.03.2005, desde sua indicação como Diretor de Planejamento e Desenvolvimento, é dirigir a Empresa numa transição segura para a abertura do monopólio do resseguro no mercado nacional, conforme Projeto de Lei Complementar encaminhado ao Legislativo, pelo Governo Federal.

O IRB-Brasil Resseguros S/A é uma instituição que cumpre sua missão histórica dentro de padrões de técnica e profissionalismo e assim se manterá de forma que não possam ser afetados os serviços que presta à sociedade.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2005.
Diretoria Executiva.



POLÍTICA

LAMAÇAL

Depois de ler depoimento de Maurício Marinho à PE, que inocenta Jefferson, o PTB quer evitar criação da comissão parlamentar de inquérito. A operação-abafa do governo continua até a meia-noite de hoje

Petebistas agora são contra CPI

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

A pressão do governo sobre os aliados para retirar assinaturas da CPI dos Correios, surtiu efeito ontem sobre a bancada do PTB. O presidente petebista, Roberto Jefferson (RJ), acusado de comandar um esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), arbiou que aceita retirar a assinatura da comissão parlamentar de inquérito, assim como os demais 12 deputados do partido. O gesto de Jefferson era parte fundamental da estratégia do Palácio do Planalto, pois ele estimulou adesões ao apoiar a CPI. Mesmo assim, não havia certeza do sucesso da operação-abafa para evitar a criação, hoje, da comissão na sessão do Congresso, às 10h. Ontem, o número de assinaturas aumentou.

As conversas com o partido ocorriam desde o estopim do escândalo dos Correios. Mas na noite de segunda-feira intensificaram-se com um encontro entre o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o líder do PTB na Câmara, José Múcio (PE). O acordo foi selado em um almoço ontem com a presença de Dirceu, Múcio, Jefferson e o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Além de ameaças de demissão apadrinhadas de cargos federais, o governo sinalizou com a nomeação de outros nomes. Se a operação-abafa funcionar, a previsão é atender, por exemplo, além do PTB, uma lista de pedidos de nomeação do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE).

O argumento utilizado pelo PTB para o recuo foi o depoimento do ex-chefe do Departamento de Contratação e Aquisição de

Material dos Correios Maurício Marinho, prestado ontem na Polícia Federal. "Se ele vai ao depoimento e retira a acusação sobre o PTB, não há objeto de crime nem para inquérito policial muito menos para inquérito parlamentar", justificou o presidente da legenda. Em uma fita de vídeo, o funcionário dizia fazer parte de um esquema montado pelo PTB.

Mas a decisão final, avisou o petebista, só seria tomada após a leitura da cópia do depoimento de Marinho à PE apesar de Jefferson ter apresentado, durante seu discurso de defesa na Câmara, na terça-feira passada, uma carta do funcionário, registrada

em cartório, isentando-o de culpa.

Mesmo com a ofensiva governista, ainda houve na reunião defensores da ideia de manter as rubricas. Eles alegaram que sofreram o desgaste de mudar de posição, quando se aproxima o período eleitoral. Mas foram vencidos. "A CPI exporia mais o partido já que a investigação irá ocorrer até as vésperas da propaganda eleitoral

do próximo ano", justificou o secretário-geral da legenda, Luiz Antônio Fleury Filho (SP). Durante a reunião, o diretor de Administração dos Correios, Antonio Osório (que era procurado pela PF), também fez uma exposição do caso e garantiu não ter qualquer participação no escândalo. Ao aceitar retirar as assinaturas, o PTB desistiu ainda da ideia de entregar os cargos no governo, como sugeriu, na segunda, Roberto Jefferson. A proposta foi rapidamente discutida na reunião, mas rejeitada. Ainda no meio do encontro, os petebistas divulgaram uma nota afinada com o governo em que atribuiu o escândalo à tentativa de "desestabilização política do país".

João Vitor/CB



JEFFERSON: PETEBISTAS DIVULGARAM UMA NOTA AFINADA COM O GOVERNO EM QUE ATRIBUIU O ESCÂNDALO À TENTATIVA DE "DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS"

Câmara vai investigar

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), assinou ontem despacho determinando que a Corregedoria da Casa investigue as acusações de envolvimento do deputado e presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), com um suposto esquema de corrupção nos Correios. A investigação é motivada por solicitação feita pelo deputado Alberto Fraga

(sem partido) para que o Conselho de Ética abra processo contra Jefferson por quebra de decoro parlamentar.

"O recebimento de indenidade vantajosa, propina, revela-se de extrema gravidade, pois ocorre dentro de uma empresa estatal e, segundo o funcionário (Maurício Marinho, ex-chefe de Contratação e Administração de Material dos Correios), com o aval do presidente nacional do PTB, razões que motivam a abertura de processo a fim de que esta Casa dê uma efetiva resposta à sociedade", diz o encaminhado por Fraga a Severino.

Caso a Corregedoria — comandada pelo deputado Ciro Nogueira (PP-PI) — avalie que há envolvimento de Jefferson, presidente do PTB, com o suposto esquema, é dado parecer por abertura de processo no Conselho de Ética, que, se entender pela culpa, sugere a cassação do mandato. Isso só ocorre com o apoio da maioria dos deputados (257 de 513) em votação secreta no plenário.

Em seu despacho, Severino determina ainda que o caso seja analisado pela Procuradoria da Casa, que é responsável, entre outras coisas, por zelar pela

imagem da Câmara. Isso significa que a Procuradoria pode também representar Jefferson em possível ação de indenização, caso o órgão entenda que a acusação foi infundada. O atual procurador da Casa é o deputado Ney Lopes (PFL-RN).

Segunda-feira, Severino disse em Recife que não vacilará em pedir a cassação do mandato de Jefferson caso haja provas contra ele, o que ele diz não acreditar. No despacho entregue à Corregedoria e à Procuradoria, havia o ofício de Fraga e a íntegra do discurso em que Jefferson se defendeu na Câmara, no dia 17.

Governo corre contra o tempo

LUÍZ CARLOS AZEVEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo tem até a meia-noite de hoje para impedir a instalação da CPI dos Correios, com a retirada das assinaturas dos parlamentares aliados. A operação ganhou um novo fôlego, porque o PTB retirou seu apoio ao requerimento, que havia sido assinado pelo presidente da legenda, deputado Roberto Jefferson (RJ), e mais 12 petebistas, de um total de 47 integrantes da bancada.

Ontem, na Câmara, a oposição deu entrada em mais oito assinaturas, subindo para 253 o número de deputados que subscreveram o pedido. Com isso, são 82 assinaturas a mais do que o necessário. No Senado, Ramez Tebet (PMDB-MT), ex-presidente da Casa, também subscreveu o requerimento. O número de assinaturas de senadores subiu para 51.

O líder do PTB na Câmara, deputado Rodrigo Maia (RJ), minimizou a decisão dos petebistas: "São apenas 13 assinaturas do PTB, o que não altera a nossa vantagem, pois temos mais cinco deputados que desejam assinar o requerimento amanhã", garantiu. O deputado Michel Temer (SP), presidente nacional do PMDB, também avaliou que a instalação da CPI é irreversível. Segundo ele, o governo errou ao dar uma dimensão à CPI maior do que ela realmente tem. "O governo deveria atuar através da CPI, uma vez que ela

João Vitor/CB



MERCADANTE (E), COM VIRGÍLIO: "DEVE PREVALECER A RESPONSABILIDADE COM O GOVERNO E COM O PARTIDO"

é inevitável". Responsável pela indicação do presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, João Henrique de Almeida, Temer disse que o PMDB não está intimidado pela investigação, embora ocupe três cargos na diretoria. "Estamos tranquilos em relação à CPI, que tem o apoio da maioria da bancada", disse.

O líder do PMDB na Câmara, deputado José Borba, que tem participado das reuniões de mobilização do governo, também manifestava ceticismo quanto à retirada de assinaturas da bancada: "É difícil convencer quem

assinou a mudar de posição". A batida mais importante do governo, porém, será travada hoje na bancada do PT, onde a pressão para retirada de assinaturas foi intensificada. "É um absurdo, quem assinou está sendo acusado de colaborar com a desestabilização do governo e ser linha-auxiliar de forças golpistas", critica o deputado Chico Alencar (PT-RJ), que pretende manter a assinatura. Dos 17 deputados petistas que assinaram o documento, o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), só pretende revelar os nomes dos parlamentares que pretendem

retirar suas assinaturas quando o número necessário de desistências para inviabilizar a CPI estiver garantido.

No Senado, a reunião da bancada petista não superou o impasse. Os senadores Tião Viana (AC), Paulo Paim (RS), Cristovam Buarque (DF) e Eduardo Suplicy (SP) reiteraram a disposição de assinar o requerimento. Foram novamente contidos pelo líder da bancada, Delcídio Amaral (MT), e pelo líder do governo, Aloizio Mercadante. É muito difícil uma posição unânime da bancada, apesar das pressões

PLACAR

SENADO		CÂMARA
Assinaturas	51	Assinaturas 253
Mínimo necessário	27	Mínimo necessário 171

PRÓXIMOS PASSOS

Criação

O prazo para retirada ou inclusão de assinaturas é até meia-noite de hoje, dia marcado para a leitura do ato de criação da CPI em sessão conjunta do Congresso. Mas a CPI só será criada de fato quando a decisão for publicada no Diário Oficial de amanhã.

Instalação

Uma CPI pode ser criada mas não instalada: a instalação depende da nomeação dos membros e da realização da primeira sessão, que pode não acontecer por falta de quórum. A CPI dos Correios deve ter 30 membros (15 deputados e 15 senadores) e 30 suplentes.

Integrantes

As mesas diretoras da Câmara e do Senado vão pedir aos líderes dos partidos que indiquem seus representantes, proporcionalmente ao tamanho das bancadas. Os membros são designados pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Poderes

A CPI é uma comissão temporária criada para apurar um fato determinado e por prazo certo, com poderes de investigação das autoridades judiciais: pedir a prisão, quebrar sigilos bancário, fiscal e telefônico, convocar pessoas e depor, ordenar diligências.

da cúpula do PT. Mercadante, entretanto, está otimista. "Deve prevalecer a responsabilidade com o governo e o compromisso com a unidade do partido,

pois é muito ruim a bancada do Senado não acompanhar a recomendação do diretório nacional e o esforço que está sendo feito na Câmara".

POLÍTICA/TEMA DO DIA

LAMAÇAL / Oposição quer evitar que a comissão de inquérito seja derrubada na CCJ da Câmara

ALERTA CONTRA MANOBRAS

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

Após garantir o número de assinaturas necessárias para a instalação da CPI dos Correios, a oposição está atenta para impedir novas manobras da base governista que visam inviabilizar a investigação. Na próxima semana, a oposição indicará os nomes para compor a CPI e fará um plano de trabalho, que incluirá possíveis datas para os primeiros depoimentos.

Na noite de quarta-feira, o governo tentou até o último minuto derrubar a CPI. Muitos parlamentares se comprometeram a rever seu apoio, mas 14 deputados do PT se mantiveram intransigentes. Com isso, teria sido possível fechar o requerimento com 178 assinaturas — oito além do mínimo necessário. Como a operação fracassou, os líderes da base não apresentaram a retirada de assinatura encaminhados por alguns parlamentares e, assim, o requerimento foi fechado com o apoio oficial de 236 deputados.

Agora, enquanto a oposição corre para dar início aos trabalhos da comissão, o governo ainda tenta impedir a investigação. A tática da base governista, confirmada ontem pelo ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, é questionar a constitucionalidade do requerimento que criou a CPI na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Para o líder do PSDB na Câmara, Alberto Goldman (SP), não há dúvida quanto à constitucionalidade da comissão de inquérito. "Não há lógica neste argumento do governo que a CCJ possa dar parecer contrário à instalação da CPI. Caso o governo tente alguma manobra, seguramente o plenário da CCJ rejeitará", disse. "A base governista não vai conseguir inviabilizar a CPI na CCJ. O único resultado será mais desgaste do governo, não a opinião pública", afirmou o líder da minoria, José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Cargos

Caso fracasse na CCJ, o governo acionará o plano B e vai trabalhar para ter o controle da relatoria e da presidência da comissão. Neste caso, será formado um bloco entre PMDB e PT, que por terem as maiores bancadas respectivamente no Senado e na Câmara, vão reivindicar o direito de escolher o presidente e o relator da comissão de inquérito.

"Não vamos aceitar essa manobra governista, de querer ficar com a relatoria e a presidência da CPI dos Correios. É fundamental que a escolha seja feita obedecendo a tradição, ou seja, a relatoria cabe a um senador da oposição e a presidência a um deputado da base governista", disse o senador Alvaro Dias (PSDB-PI). "Não seria normal (a relatoria e a presidência com o governo)", disse Goldman.

O objetivo é controlar todos os passos da CPI a fim de evitar que investigações alcancem outras estatais além dos

José Vinícius/CB/11.4.05



ALBERTO GOLDMAN: "QUALQUER UM PODE SER CONVIDADO A DEPOR NA CPI. PODE SER PARLAMENTAR, MINISTRO, QUALQUER UM"

PLACAR PRÓ-CPI

Câmara	Partido	Bancada	Assinaram
PFL	40	57	
PSDB	50	49	
PMDB	85	41	
PP	54	19	
PPS	17	17	
PT	91	14	
PDT	14	11	
PL	53	6	
PCdoB	9	6	
PV	7	6	
PTB	47	2	
Prona	2	2	
PSol	2	2	
Sen	3	2	
sem partido	2	1	
PSB	17	1	
Total	513	236	

Correios. Há a suspeita de que o mesmo suposto esquema de corrupção praticado nos Correios, esteja sendo replicado em outras empresas sob o comando do PTB, como por exemplo, o Instituto Brasileiro de Resseguros (IBR).

De acordo com Alvaro Dias, se o go-

Senado	Partido	Bancada	Assinaram
PFL	16	15	
PSDB	13	13	
PMDB	22	7	
PDT	4	4	
PSB	3	3	
PTB	3	3	
PL	3	3	
PSOL	2	2	
PT	13	1	
PP	1	1	
PPS	1	0	
Total	80	52	

verno ficar com a relatoria e a presidência, os trabalhos da CPI estarão comprometidos. "É claro que dessa forma, os integrantes que vão compor o quadro técnico da comissão, serão orientados a pôr panos quentes e abafar o caso. Espero que a norma seja cumprida, pois as-

sim será possível montar um quadro técnico totalmente comprometido com a investigação", afirmou o tucano.

A oposição quer indicar já na próxima semana os nomes para compor a CPI. Com isso, os líderes oposicionistas querem pressionar a base governista a indicar seus nomes. Aleluia citou como possíveis relatores os senadores Demóstenes Torres (PFL-GO), César Borges (PFL-BA) e Romeu Tuma (PFL-SP). Uma das hipóteses estudadas pelos governistas é adiar a indicação dos nomes para compor a CPI. Caso a manobra tenha êxito, a instalação poderia ocorrer próxima ao recesso parlamentar de julho. Dessa forma, a paralisação dos trabalhos durante o recesso poderia tirar a força das investigações.

Tal expediente já foi utilizado pelo governo na CPI dos Bingos, no Senado, que por falta de indicações da base governista, não foi instalada. Desta vez, a oposição está atenta e conta ainda com o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que afirmou não admitir que este expediente seja usado novamente pelos governistas. Após a criação da CPI, Calheiros reiterou às lideranças partidárias que estas indiquem o mais rápido possível seus integrantes para a CPI dos Correios.

PETEBISTA DEVE DEPOR

O líder do PSDB na Câmara, deputado Alberto Goldman (SP), afirmou que o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson (RJ), poderá ser convidado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios. Questionado se Jefferson seria um dos primeiros a depor, Goldman respondeu que "qualquer um pode ser convidado a depor na CPI. Pode ser parlamentar, ministro, qualquer um. Vai depender dos fatos e do andamento das investigações", garantiu.

Jefferson é apontado pelo ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício Marinho como integrante do esquema de pedido de propina. As acusações constam da fita gravada por dois supostos empreiteiros, e que depois foi divulgada pela imprensa. Além dele, o ex-assessor da Diretoria de Administração dos Correios Fernando Lette de Godoy e o ex-diretor de Administração dos Correios Antônio Osório também estão envolvidos no suposto esquema de corrupção.

De acordo com o líder da minoria, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), o plano de trabalho da CPI prevê, após a indicação dos nomes, os primeiros envolvidos no caso de corrupção nos Correios serão chamados para prestar depoimento. "Após indicar os nomes, vamos iniciar a fase de depoimentos. Serão convocados pessoas-chaves como o Maurício Marinho, o Fernando Godoy e Antônio Osório. Também vamos descobrir quem são estes empreiteiros que entregaram a propina para o Marinho e quem gravou a fita", garantiu Aleluia.

Segundo o líder, os depoimentos já prestados pelos funcionários afastados dos Correios à PF não são isentados de prestar esclarecimentos à CPI. "O próprio delegado da PF que cuida do caso, Lutz Flávio Zampirona, se apressou em dizer que não ficou satisfeito com os depoimentos", lembrou Aleluia.

De acordo com o líder do PSDB, os tucanos não têm interesse em desestabilizar o governo Lula ou paralisar os trabalhos do Congresso com a CPI. Segundo ele, o bom andamento dos trabalhos na Câmara e no Senado vai depender do comportamento do governo e do PT. "A CPI não vai paralisar o Congresso, a não ser que o governo não mais uma vez seja íntegro e vá para o conflito, buscando meios de impedir ou atrapalhar a investigação contra a corrupção nos Correios", afirmou Goldman. (SL)

O DINHEIRO SAIU, MAS A CPI VINGOU

A frustrada operação contra a CPI dos Correios levou o Palácio do Planalto a liberar um único dia — a última terça-feira — um total de R\$ 12 milhões para emendas de parlamentares ao Orçamento da União que estavam retidas na rubrica "restos a pagar". O valor corresponde a 26% de todas as despesas autorizadas nessa rubrica ao longo deste ano. Nos primeiros cinco meses, o governo tinha liberado apenas R\$ 47 milhões para as emendas de parlamentares. Com os restos a pagar quitados na terça-feira passada, o total sobe para R\$ 59 milhões.

A liberação da verba milionária foi uma exigência de parlamentares aliados e reforçou a ofensiva para que congressistas retraiam o apoio à criação da CPI. Do ponto de vista político, a manobra foi malsucedida.

Em números redondos, o PMDB abocanhava R\$ 2,2 milhões dos restos a pagar, enquanto o PT ficou com outros R\$ 2 milhões. O PCdoB arancou em emendas mais R\$ 600 mil. "Houve um aumento de 23% para o PT, 59% para o PMDB e 46% para o PCdoB em relação às liberações anteriores", afirmou o deputado Alberto Goldman, líder do PSDB na Câmara.

A operação, que foi comandada pelos ministros José Dirceu, chefe do Gabinete Civil, e Aldo Rebelo, da Coordenação Política, mobilizou ministros, governadores, parlamentares petistas e até mesmo o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), João Pedro Stedile — que telefonou para três deputados pedindo que retraiam a assinatura de apoio à CPI dos Correios.

Antonio Cruz/AB/13.3.05



ATÉ STEDILE TELEFONOU PARA TRÊS DEPUTADOS PEDINDO QUE RETRASSEM A ASSINATURA

Prêmio

A abordagem era direta e clara. Nas ligações e conversas cara-a-cara, os governistas avisavam quem retraiasse a assinatura do requerimento de CPI seria imediatamente premiada com a liberação de verbas. Abordado pelos operadores do governo, o deputado João Magalhães (PMDB-MG), que tinha apoiado a CPI, ligou para o colega João Correia (PMDB-AC), que também assinara o requerimento, e avisou: "Ti-

ra a assinatura porque eles vão pagar as nossas emendas".

Entre os parlamentares, o grupo mais cético com a generosidade palaciana era a turma de deputados federais ligados ao ex-governador do Rio Anthony Garotinho. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) disse que não se pode acreditar em um governo que promete, mas não cumpre: "Esse é o governo do vou-mas-não-vai". Ao invés de receberem verbas para evitar a CPI, eles decidiram so-

“TIRA A ASSINATURA PORQUE ELES VÃO PAGAR AS NOSSAS EMENDAS”

Do deputado João Magalhães (PMDB-MG) para o colega João Correia (PMDB-AC)

mente negociar com o governo já com a CPI aberta e em pleno funcionamento. Outras bancadas preferiram não esperar. A bancada da Comissão de Agricultura levou R\$ 3,8 milhões e a do Piauí outros R\$ 500 mil. A bancada carioca mordeu R\$ 240 mil, uma fatia também modesta. Apesar de não evitado a CPI, o governo considera que a operação-abafa serviu para pelo menos unir os ministros Aldo Rebelo e José Dirceu em torno de um projeto comum.

POLÍTICA

LAMAÇAL

Se não conseguir derrubar a comissão parlamentar de inquérito na CCJ da Câmara, o Palácio do Planalto vai trabalhar para assumir a presidência e a relatoria das investigações sobre corrupção dentro dos Correios

Governo quer o comando da CPI

LUÍZ CARLOS AZEDO E
HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo vai jogar duro com a oposição no Congresso, com objetivo de neutralizar seus esforços no sentido de utilizar a CPI dos Correios para desgastar a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A orientação do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e dos líderes da base governista no Congresso é fazer o que for necessário para isso, assumindo o pleno controle da CPI, com a nomeação de um presidente e um relator da base aliada. Ou seja, deixando o PFL e o PSDB, que requereram a CPI, fora de seus cargos-chave.

O governo também pretende, se não conseguir derrubar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que a CPI fique restrita às investigações nos Correios. No Senado, o líder Aloysio Mercadante quer discutir com os líderes da Casa o procedimento a ser adotado. Por isso, o grande objetivo do governo é impedir a indicação do presidente da CPI pelo bloco PSDB-PFL, que seria hoje a maior bancada. Ontem, à noite, os líderes da base na Câmara também começaram a discutir com o ministro Aldo Rebelo a estratégia a ser seguida.

Pela manhã, no programa quinzenal de rádio *Café com o Presidente*, Lula fez um alerta aos que torcem contra o país. "Quem estiver torcendo para o fracasso do Brasil vai quebrar a cara. Pode ficar certo de que vai quebrar a cara. Não existe espaço para política neste país", disse, com o cuidado de evitar referência expressa às denúncias de corrupção e ao embate com a oposição em torno da CPI.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), também admitiu que os governistas poderão ficar com o controle da CPI, elegendo aliados para os dois cargos mais importantes da comissão: a presidência e a relatoria. "O ideal é que haja um acordo entre os partidos do governo e da oposição, mas se não houver isso será resolvido no voto", disse o senador, ao lembrar o fato de que os governistas serão maioria na CPI. Renan afirmou, porém, que essa solução traria prejuízos para o Planalto: "Vai parecer para

a opinião pública que o governo não quer investigar".

PSDB e PFL são unânimes formalmente no maior bloco do Senado e, por isso, têm ao menos em tese a prerrogativa de indicar o presidente da comissão. Só que o PT — que é o maior partido da Câmara — planeja indicar o relator, responsável pela redação do parecer final da CPI. E o PMDB, que preside os Correios e indicou três de seus seis diretores, tem o maior interesse em presidir o inquérito. É por isso que os aliados de Renan prevêm um embate em torno da presidência, com dois ou mais candidatos disputando a preferência dos senadores.

Solução

Instantemente para evitar o desgaste previsto por Renan, uma parte dos aliados do governo não acha que a melhor solução é brejar a CPI na CCJ da Câmara amanhã à tarde. Cederá à CCJ avaliar um recurso que alega ser inconstitucional o requerimento de abertura da CPI. Isso por considerar o texto excessivamente vago, contrariando o princípio de que uma investigação parlamentar deve se restringir a um "fato específico" — e abrindo brecha para que a apuração atinja outras áreas do governo.

O líder do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS), informou que a decisão de seu partido é aguardar a manifestação da CCJ. Peemedebistas mais experientes e pragmáticos concordam com a avaliação. Depois de acompanharem CPJs como a que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor, eles insistem que a melhor tática é pagar o preço do desgaste de derrubar o inquérito na CCJ. Para tanto, o primeiro passo será obter o apoio da maioria simples dos 60 membros da CCJ na Câmara.

Se for bem-sucedido na Comissão, o recurso irá automaticamente a exame do plenário do Congresso. Cederá ao governo mobilizar no mínimo metade mais um dos 513 deputados e 81 senadores para abrir a sessão, e garantir o voto da maioria dos presentes. Dirigentes do PMDB argumentam que esta solução é bem mais fácil e prática para o governo do que enfrentar o desgaste arrastado de uma CPI. Basta o voto da maioria dos 257 deputados que o governo mobilizar e os senadores nem precisarão se manifestar.



BASTOS FOI UM DOS MINISTROS CHAMADOS AO PLANALTO PARA INFORMAR AO PRESIDENTE O DESDOBRAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE O CASO DOS CORREIOS

Pregão contra fraudes

Preocupado com a repercussão negativa das denúncias de corrupção dos Correios, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá assinar um decreto alterando as regras das compras feitas pelo governo. A ideia é tornar obrigatório o uso de pregões para a aquisição de produtos quantitativos — como veículos, cadeiras, cadernos, livros e computadores. Os pregões funcionam como uma espécie de leilão, no qual vence quem oferecer o menor preço. Em alguns estados, como São Paulo, boa parte das compras é efetuada por meio de pregões feitos pela Internet.

A administração federal quer mostrar que não está parada num movimento para esvaziar a pressão pela abertura imediata da CPI dos Correios. Pelos cálculos preliminares, R\$ 8 bilhões em compras passariam pelo crivo dos pregões, o que reduziria a possibilidade de fraudes como as denunciadas nos Correios. Pelas mes-

mas contas, os preços cairiam cerca de 20%.

A decisão de mudar as regras de compras foi comunicada aos vários ministros com os quais o presidente se reuniu, ontem, separadamente, durante todo o dia. O decreto que tornará os pregões obrigatórios será assinado quando a área jurídica do governo terminar o exame de toda a situação legal que envolve os contratos no setor de compras. Ao todo, ainda conforme os cálculos do Tesouro, são gastos R\$ 15 bilhões com produtos destinados ao governo federal. Em R\$ 7 bilhões, não é possível fazer a quantificação porque envolve, por exemplo, terras para reforma agrária, desapropriações urbanas e outros semelhantes.

Conversas

As reuniões separadas com os ministros começaram de manhã. Primeiro, Lula falou com o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, depois, com o

ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e em seguida, com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. À tarde, o presidente conversou com o ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Waldir Pires, encarregado de sindicâncias nos Correios, e com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que comanda a Polícia Federal. Bastos está de férias. Deslocou-se de São Paulo para Brasília num avião de carreira. Antes de conversar com o presidente, recebeu delegados da PF encarregados das ações de combate à corrupção.

O ministro adiantou que o governo vem cumprindo com suas obrigações de investigar as denúncias de corrupção na estatal através da PF que já fez busca e apreensão de documentos e já solicitou a prisão de funcionários, que foi negada pelo poder judiciário. "O governo cumpriu sua obrigação. Tão logo surgiu na imprensa, o governo colocou a Polícia Federal para trabalhar

na investigação do caso. A Polícia Federal está fazendo um grande trabalho. A PF já fez 45 operações e está empenhada em prender os culpados pelo desvio de dinheiro público. Ela já fez buscas e apreensões e apreendeu tudo o que precisava apreender no caso dos Correios. A PF já pediu a prisão de pessoas, o que foi negado pelo Judiciário. Então, estamos com a consciência de que o dever foi cumprido", disse.

No Planalto, o presidente optou por fazer as reuniões, separadamente, para evitar passar ao país a impressão de que o governo está muito preocupado com a CPI dos Correios. Lula acha, segundo os mais próximos a ele, que fazer reuniões no Palácio do Planalto para tratar de CPI, um assunto do Congresso, é uma forma de atrapalhar a agenda do governo. O presidente considera ainda que não deve nada e que se alguém fez alguma coisa de errado, que pague por isso.

BATALHA NA COMISSÃO

A COMPOSIÇÃO DA CCJ

BASE ALIADA		OPOSIÇÃO	
PT	11	PFL	9
PMDB	9	PSDB	6
PP	8	PDT	2
PTB	3	PPS	2
PL	5	PV	1
PSB	2	TOTAL	20
PCdoB	2		
TOTAL	40		

COMO É O PROCESSO PARA APROVAÇÃO DO RECURSO

- 1) Assim que o recurso chegar à CCJ, o presidente da comissão, Antonio Carlos Biscate (PT-RJ), irá designar um relator. Até ontem à noite o recurso não havia chegado à comissão.
- 2) O relator tem duas sessões da CCJ para elaborar o relatório.
- 3) Não há fila para votação. Segundo a assessoria da CCJ, é prerrogativa do presidente definir a pauta. Na terceira sessão após designação do relator, ele poderá pôr o recurso em votação.
- 4) Para ser aprovado o parecer do relator precisa do voto da maioria dos integrantes presentes.
- 5) Se for aprovado na CCJ, o relatório segue para o plenário do Congresso, onde também precisa ser aprovado pela maioria simples dos presentes.

Bezerra por um fio

LUÍZ CARLOS AZEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

A permanência do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) na liderança do governo no Congresso vai depender de seu controle, hoje, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O líder do governo no Senado, Aloysio Mercadante (PT-SP), ontem, depois de conversar com o senador petebista, no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), procurou minimizar as declarações de Bezerra publicadas na revista *Veja*, em que ele relata o recebimento de uma carta anônima em que a não-nomeação de um apadrinhado é atribuída à realização de uma licitação nos Correios.

As declarações de Bezerra colocaram mais lenha na fogueira da CPI e irritaram os líderes petebistas, que querem a saída do aliado do cargo. Na conversa com Renan e Mercadante, Bezerra afirmou que havia relatado o recebimento da carta anônima à revista há 15 dias, antes

da instalação da CPI, não sendo responsável pelas novas denúncias. Mercadante procurou minimizar o episódio e não quis antecipar o seu desfecho.

"Ele não teve a intenção de agravar a situação e sua permanência no cargo vai depender da conversa com o presidente Lula", disse Mercadante. A situação de Fernando Bezerra, porém, é quase insustentável. Constrangido, deve colocar o cargo à disposição de Lula. Além das declarações à revista, ele assinou o pedido de CPI, cuja instalação está se tornando um divisor de águas entre aliados e adversários do governo.

Bezerra relatou à revista as negociações para nomeação de Ezequiel Ferreira de Souza para uma diretoria dos Correios, que se arrastava desde o início do governo Lula. "Ele é meu contemporâneo, pai de um deputado estadual do PTB e primo do deputado federal Ideri Ferreira", justificou. O líder do governo no Congresso contou que as negociações envolveram o presidente do



PERMANÊNCIA OU NÃO DO LÍDER NO CARGO SERÁ DECIDIDA NO PLANALTO

PTB, Roberto Jefferson, o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, e os ministros das Comunicações, Euzébio de Oliveira, da Casa Civil, José Dirceu, e do Turismo, Waldir Mares Guia. Estava tudo certo para nomeação, que havia sido prometida pelo próprio presidente Lula, mas ela nunca saiu. A nota apócrifa, segundo Bezerra, dizia que a nomeação não sairia porque havia uma licitação no valor de US\$ 56 milhões, com "um sobrepreço de 20%". Irritado, o líder do governo no

Congresso procurou Dirceu para saber se havia alguma coisa contra o indicado e conversou com Euzébio de Oliveira sobre o assunto. "Depois, o Aloysio Mercadante me procurou e me pediu para não assinar a CPI. Disse a ele que já tinha assinado o requerimento e não ia retirar a assinatura, porque quero que seja apurado se há alguma coisa contra o meu indicado. Quero fazer parte da CPI e não quero mais nenhum cargo nos Correios", disse a revista.

4 • Brasília, sábado, 21 de maio de 2005 • CORREIO BRASILENSE

POLÍTICA/TEMA DO DIA

LAMAÇAL / Apesar de trabalhar para evitar a comissão de inquérito, presidente exibe tranquilidade

LULA APARENTE POUCA PREOCUPAÇÃO COM CPI

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

Se nos bastidores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva trabalha para impedir a instalação da CPI dos Correios, ou ao menos, restringir o raio de ação da comissão exclusivamente à participação do PTB no suposto esquema de corrupção em público a atitude é diferente. Ontem, ao ser questionado por jornalistas se estava preocupado com a instalação da CPI, o presidente Luiz Inácio da Silva deu um discreto sorriso e depois respondeu: "Olha para a minha cara para ver se estou preocupado com isso".

O presidente comentou o assunto após descer a escada do terceiro para o segundo andar do Palácio do Planalto, onde participou de uma solenidade do Dia Mundial da Biodiversidade e de criação de reservas extrativistas. Ao responder a pergunta, Lula demonstrou bom humor. Mas por trás da suposta tranquilidade, há uma ação desencadeada pelo Planalto para tentar abortar a instalação da comissão.

O governo vai realizar um esforço até a próxima quarta-feira a fim inviabilizar a comissão. A tática é procurar os deputados da base aliada que votaram a favor da CPI e convencê-los a retirar as assinaturas. Lula determinou ao ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que trabalhasse junto com os aliados para tentar reverter a situação desfavorável ao governo. O mesmo recado foi passado ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Na noite de quinta-feira, Aldo se reuniu com os ministros do Turismo, Walfrido Mares Guia (PTB); dos Transportes, Alfredo Nascimento (PL); das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB); e da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos (PSB).

Aldo pediu aos ministros que intensifiquem as conversas com os parlamentares de suas bancadas, que assinaram o requerimento de criação da CPI. Considerados representantes políticos de seus partidos no governo, Aldo acredita que eles terão influência suficiente para convencer seus correligionários a reaver as assinaturas. Lula também juntou com quatro governadores na última quarta-feira para pedir apoio contra a comissão de inquérito.

Além de trabalhar para inviabilizar a CPI dos Correios, o governo também determinou que a Polícia Federal (PF), o Ministério Público e a Controladoria Geral da União (CGU) investiguem as denúncias de corrupção e as irregularidades nos Correios a partir das informações dadas pelo ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais dos Correios Maurício Martinho, numa gravação. O governo quer dar uma demonstração de que está empenhado em combater a corrupção e que a atuação da PF e da CGU será suficiente para punir os culpados e acabar com os focos de corrupção na estatal.

Alencar

O vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, também afirmou que o presidente Lula está tranquilo quanto à abertura da CPI dos Correios. "O presidente nunca deu qualquer tipo de demonstração de preocupação com qualquer coisa dessa natureza, de forma alguma. O presidente é exemplo de homem de bem, de homem público com autoridade moral, portanto está absolutamente tranquilo", Alencar disse que a CPI já foi definida e aprovada, mas ressaltou que ainda há tempo para retirada das assinaturas. "Isso é do foro íntimo de cada um".

O vice-presidente negou que haja um movimento no PL para a retirada de assinaturas. "Eu já disse, quando era senador, assinava os pedidos de investigação, porque era a favor de investigação sobre qualquer denúncia que pudesse representar indício de crime. Então não me custa nada". Em relação à suposta participação do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson (RJ) no esquema de corrupção nos Correios, Alencar fez julgamento semelhante ao do presidente Lula. "Nunca fiz julgamento. Você não pode. A priori, o cidadão é honesto. A investigação é até boa para o investigado, que terá grande oportunidade de provar a inocência", disse.

Alencar negou que a instalação da CPI cause a paralisação dos trabalhos e votações no Congresso, especialmente a reforma tributária. "Mesmo com a instalação da comissão, não se adia uma reforma tributária, não há nada a ver uma coisa com a outra". O ministro José Dirceu evitou comentar a CPI e as articulações do governo para impedir a instalação da comissão. "Não falo sobre isso, quem fala é o Aldo. Estou preocupado e com a Casa Civil", disse.

“OLHA PARA A MINHA CARA PARA VER SE ESTOU PREOCUPADO COM ISSO”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, ao responder se está preocupado com a instalação da CPI dos Correios



LULA (D) CONVERSA COM ALENCAR. PRESIDENTE DETERMINOU QUE ALDO E DIRCEU TENTEM CONVENCER PARLAMENTARES A RETIRAREM ASSINATURAS PARA A CPI

APELO A RENAN E A SARNEY

LUIZ CARLOS AZEVEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), e ao senador José Sarney (AP) para ajudar o Palácio do Planalto a evitar que a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios seja usada pela oposição com o objetivo de desmoralizar o governo e criar um clima de desestabilização política no país.

Ao final do encontro com Sarney e Renan, Lula chamou o ministro José Dirceu, chefe da Casa Civil, para participar da conversa. O presidente quer reaproximar Dirceu com o presidente do Senado, pois as relações entre ambos estão estremecidas.

O governo resolveu insistir na retirada de assinaturas do requerimento da CPI e pressiona a cúpula do PMDB, que controla a diretoria dos Correios. A ação do Palácio do Planalto pode ser facilitada pelo fato de que o PMDB controla a diretoria da

estatal, na qual todas as alas do partido estão representadas.

O presidente dos Correios, João Henrique de Almeida Sousa, por exemplo, foi indicado pelo senador Hélio Costa (MG), mas é homem ligado ao presidente peemedebista, Michel Temer (SP). Os outros dois diretores da empresa foram indicados pelo senador Ney Suassuna (PB), líder da bancada no Senado, e pelo líder na Câmara, José Borba (PR).

Todos são bem relacionados com o ministro das Comunicações, Eunício de Oliveira, que nunca aceitou as pressões para trocar o presidente da empresa por causa das posições de Michel Temer. Na quinta-feira à noite, houve um encontro da cúpula peemedebista para tratar das relações com o governo e da questão dos Correios. O partido ainda não assumiu uma posição contrária à CPI, mas já fez um pacto interno no sentido de preservar os dirigentes da legenda caso a CPI seja realmente instalada.

PETISTAS SOB PRESSÃO

NELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

O Diretório Nacional do PT reúne-se hoje para discutir a punição ao deputado petista Virgílio Guimarães (PT-SP), candidato à presidência da Câmara em fevereiro contra a vontade do partido. Mas um outro assunto, ainda mais polêmico, a CPI dos Correios, deverá entrar na pauta para pressionar os petistas que apoiaram o pedido de abertura da comissão parlamentar de inquérito a retirar assinaturas. Para o ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), porém, mesmo que o deputado tente discutir o tema, não terá sucesso.

"Não é assunto que diz respeito ao diretório. Essa tese não deve prevalecer", avalia João Paulo. De acordo com ele, integrante da cúpula partidária e da ala majoritária do PT, a tendência é mesmo manter as atuais 19 assinaturas de deputados do PT no requerimento de criação da CPI. "Não vou assinar, mas quem já assinou, deve ficar assim", acredita. Até agora, nenhum senador do PT assinou por causa dos apelos do Palácio do Planalto.

Na Câmara, os aliados exigem do PT o enquadramento dos deputados que apoiaram a CPI. Eles reclamam de serem cobrados pelo governo, enquanto o partido do presidente da Luiz Inácio Lula da Silva está liberado. "Se há uma pressão para que os aliados retirem assinaturas, o PT não vai ficar a margem da discussão. O cerco está se fechando", reconhece a deputada Maria José Marinho (PT-DF).

Apesar de avaliar que o diretório não tomará posição sobre a CPI — e o ceticismo que já toma conta de boa parte dos governistas sobre a operação "abafa" — João Paulo é um dos que acreditam que a operação para retirada de assinaturas poderá funcionar, mesmo sem a ajuda petista. "Tenho a impressão que pode dar certo". Para ele, é natural o desgaste para o governo nesses casos. "Faz parte do jogo", justifica.

O caminho, porém, tem sido o inverso. Os últimos movimentos em relação à CPI foram a assinatura dos senadores do PL Magno Malta (ES), Marcelo Crivella (RJ) e Aelton de Freitas (MG) no requerimento da oposição. Com isso, o pedido de criação da comissão parlamentar de inquérito conta com 217 assinaturas de deputados e 49 de senadores. Para instalar a CPI são necessárias 171 assinaturas de deputados e 27 de senadores.

"CORRUPÇÃO E POPULISMO"

Em discurso pontuado por ataques ao PT, o presidente nacional licenciado do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), afirmou ontem, na abertura do Congresso de Refundação do partido, que a incompetência venceu o medo e que as leis do país "resistiram à ossada da corrupção e do populismo falsamente revolucionário".

"Se diziam em 2002 que a esperança venceu o medo, sem titubear, já em 2005 podemos dizer que a incompetência venceu a esperança. Não temos culpa se o presidente fraqueja, mas fala do que governa e imagina distrair o povo com palavras e propaganda", declarou.

No Congresso, a oposição pretende não dar sossego ao governo nem mesmo durante o recesso parlamentar, caso seja instalada a CPI destinada a apurar denúncias

João Virgílio/CB2/27/04



Virgílio: CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO EM JULHO

de cobrança de propina nos Correios. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), já está coletando assinaturas dos líderes partidários para apresentar requerimento pedindo a convocação do Congresso em julho. Segundo ele, a pauta deve ser definida com base no interesse público das matérias e a autoconvocação seria sem o pagamento de salário extra para os parlamentares e funcionários do Legislativo.

O líder da minoria na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA), destacou que as adesões à CPI dos Correios não o surpreendem porque é uma questão de resistência e de sobrevivência do Legislativo, "que não pode ser subvertido ao Palácio do Planalto". Lula e os seus aliados imaginaram que intimidariam os congressistas, a reação de pressão teve um efeito desastroso para o governo. Há um crescente número de apelos,

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O VESTIBULAR.

Inscrições nos atendentes do Conjunto Nacional, Shopping Pátio Brasil, Campos 500 norte, Campos 613 ou pelo site www.iesb.br



LAMAÇAL

Temeroso de ficar sem qualquer controle sobre as investigações destinadas a apurar irregularidades nos Correios, Planalto apressa a Polícia Federal e quer resultados para mostrar ao Congresso

Governo tenta se antecipar à CPI

HELAINE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

As apreensões e tomada de depoimentos feitas ontem pela Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República são parte da estratégia do governo de esvaziar a CPI dos Correios. Proposta pela oposição, a comissão parlamentar de inquérito pretende investigar um esquema de corrupção estatal, supostamente comandado pelo PTB. Diante da iminente criação da CPI, amanhã, o governo espera mostrar resultados da

investigação dos órgãos federais o mais cedo possível, para reduzir o potencial explosivo da apuração do Congresso.

Os articuladores políticos do governo ainda tentam retirar apoios à criação da CPI. Mas, se for criada, desejam retardar o máximo o início efetivo dos trabalhos da comissão. Durante o tempo entre a criação e o início da apuração dos parlamentares, a ordem é demonstrar o interesse da gestão petista em apurar e, principalmente, apresentar resultados. Quando a CPI começar a funcionar, acreditam governistas

a ação da PF estará adiantada. O governo poderá dizer que foi o protagonista das investigações. Evitará ficar à mercê de apuração da comissão parlamentar de inquérito, que será conduzida, acredita o Planalto, para atingi-lo.

Desde a semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva era o maior defensor da ideia de agilizar os trabalhos dos órgãos federais. Chegou a pensar que a operação da PF e da Procuradoria poderia ser utilizada como argumento para convencer aliados a retirar assinaturas do requerimento da opo-

sição de criação da CPI. O presidente só não tomou de imediato a decisão diante dos argumentos em contrário de aliados.

Tiro no pé

Líderes de partidos governistas anularam ser uma estratégia ardisca. Para eles, ao aprofundar as investigações, o governo poderia dar um tiro no pé. Informações comprometedoras poderiam ser descobertas e vazadas para a imprensa, ampliando ainda mais a crise. Mesmo assim, Lula decidiu convocar o ministro da Justiça, Márcio Thomaz

Bastos, e ordenar uma ampla investigação, mesmo que atinja aliados, garantem governistas.

Para apresentar resultados da operação da PF, porém, o governo precisa de tempo. O Planalto conta com a ajuda do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para retardar o início dos trabalhos da CPI. Após ler o pedido de criação da comissão de inquérito na sessão do Congresso, os líderes terão de indicar integrantes. Renan terá a tarefa de fazer as indicações se os comandantes partidários não o fizerem. Mas não tem prazo para isso. Poderá, na

medida do possível, adiar a indicação, dando tempo para a ação dos órgãos federais. O governo acredita que Renan também não tem interesse no trabalho efetivo da CPI, já que um de seus aliados, o líder do PMDB no Senado, Ney Sausuna (PB), é citado nas denúncias de corrupção nos Correios.

O presidente do Senado, porém, não parece disposto a ajudar em nada o governo. A senadores aliados, Renan tem dito que não pretende se envolver no caso. Tomará, quando for acionado, a decisão institucional. Sem proteções, garante.

A mina de ouro da família de Gim

ANA MARIA CAMPOS
DA EQUIPE DO CORREIO

Administrada pela família do presidente regional do PTB, Gim Argello, a franquia da Empresa dos Correios e Telégrafos (ECT), no Setor Comercial Sul (SCS), é um negócio e tanto. Graças a uma extensa carteira de clientes, a agência tem o faturamento mensal mais alto entre as 27 franquias do Distrito Federal. Entre janeiro e abril deste ano, a receita obtida foi de R\$ 678 mil, segundo dados levantados pela reportagem do Correio Brasileiro. Uma média líquida mensal comparável ao orçamento de empresários de médio porte: R\$ 169 mil.

A franquia, que está em nome da mulher do distrito, Márcia Cristina Argello, é administrada pelo cunhado do petebista, Waldir Varandas Júnior. Além deles, há uma outra sócia, Maria Aparecida Yung.

Deputado distrital licenciado, e agora na função de secretário do Trabalho, Gim Argello também já teve uma agência franquizada em seu nome, em Taguatinga Norte. O negócio, no entanto, que rende atualmente cerca de R\$ 10 mil mensais, foi vendido a um empresário local em 2001 por R\$ 134 mil.

A agência franquizada dos Correios, onde é possível postar cartas, enviar telegramas e encomendas, além de receber contas, foi implantada em 1992, numa época em que não havia critérios para autorização dos empreendimentos porque a Lei de Licitações, de 1993, não estava em vigor.

A ideia do órgão público, ao terceirizar seus serviços, era que os franquizados se dedicassem ao varejo, para que os Correios se concentrassem no atacado, atendendo grandes empresas, principalmente com contratos considerados estratégicos — hoje acima de R\$ 5 milhões anuais. Pelas regras da ECT, contratos de grande porte nas mãos de franquizados significam prejuízo ao caixa da estatal.

As franquias recebem uma comissão de 16% sobre os serviços prestados. Dessa forma, quanto maior o cliente da agência, obviamente maior será o faturamento.

Contratos

O empreendimento da família de Gim Argello conquistou mais de 30 clientes, entre leis, bancos, fundações e o Ministério da Justiça (veja quadro). A vinculação dos contratos tem de ser autorizada e fiscalizada pela direção dos Correios.

Gim sustenta não ter qualquer ligação com a franquia de sua mulher e diz que a agência já passou por várias auditorias. Ele garante ter se afastado dos negócios antes

Bruno Fortes/CB19.5.06



BOA NEGÓCIO: A FRANQUIA DOS CORREIOS, NO SETOR COMERCIAL SUL, ADMINISTRADA PELA FAMÍLIA DE GIM ARGELLO, TEM UMA RENDA MÉDIA MENSAL DE R\$ 169 MIL.

Arquivo Correio/Arquivo para o CB192.04



O DEPUTADO E A MULHER, MÁRCIA CRISTINA: EMPREENDIMENTO LUCRATIVO

de se eleger deputado. Em 1998, o distrito, então candidato a um mandato na Câmara Legislativa, transferiu sua parte na agência de Taguatinga para Márcia Cristina. Três anos depois, a mulher de Gim se desfez do negócio.

O distrito — que assumiu a presidência do PTB há dois meses, depois de uma intervenção decretada pelo presidente nacional da legenda, Roberto Jefferson (RJ) — também nega qualquer vinculação entre as franquias e a amizade com o ex-diretor regional dos Correios Fernando Godoy.

Membro do PTB-DF, Godoy foi afastado da função de as-

essor da Diretoria de Administração dos Correios, por ter sido citado pelo funcionário Maurício Marinho numa gravação em que ele expõe um suposto esquema de corrupção na estatal. "As franquias foram autorizadas antes do Fernando se tornar diretor regional", lembra Gim.

Godoy comandou os Correios no Distrito Federal entre 1993 e 2001. Em 2002, ele foi durante oito meses administrador regional de Brasília, por indicação do PFL, partido em que ele estava filiado na ocasião. "Não tenho qualquer vínculo com ele. Só o conhecimento", afirma o presidente regional do PTB.

Suspeitas no IRB

A Assurê Administração e Corretagem de Seguros e o presidente-executivo do Grupo Assurê, Henrique Jorge Duarte Brandão, financiaram, em 2004, 20% dos gastos oficiais de campanha registrados pela vereadora Cristiane Brasil (PTB), filha do presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ).

De acordo com a Prestação de Contas Eleitorais da parlamentar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a empresa doou R\$ 70 mil, e Brandão, R\$ 10 mil, dos R\$ 399.984,86 despendidos. Brandão é apontado como um dos articuladores, com Jefferson, da derubada de Lúcio Duarte da presidência do IRB Brasil Resseguros S.A., empresa controlada pelo governo federal e cuja direção foi retida entre PTB, PP, PMDB e PT. Brandão nega. Duarte, que ocupava o cargo por indicação do então presidente do PTB, deputado José Carlos Martinez (PR), pediu demissão em março. Martinez morreu em acidente aéreo.

Na semana passada, o ex-presidente do IRB disse que Jefferson lhe pediu que recebesse os deputados federais petebistas Nelson Marquês (SP) e Elaine Costa (RJ), que queriam empregos para apadrinhados. Duarte disse que se recusou a atender aos pedidos, alegando que no IRB trabalham apenas funcionários concursados e de carreira, mas não relacionou sua saída à negativa.

A assessoria de Cristiane Brasil disse que ela não comentaria o caso. Na Assurê, informava-se que o presidente estava viajando.

Ontem à noite, o IRB divulgou nota oficial, tentando responder a notícias veiculadas pela imprensa sobre denúncias de corrupção envolvendo o nome do órgão. Entre as acusações, não confirmadas, a de que Lúcio Duarte teria sido obrigado a dar "uma mesada" de R\$ 400 mil ao PTB.

O órgão reafirmou, "considerando os mecanismos de controle operacional continuamente aprimorados, não ser possível a reversão de qualquer parcela de seus resultados para o custeio de despesas que não estejam previstas em seu orçamento, bem como não aceitar qualquer interpretação que possa pôr em dúvida a seriedade na condução de seus negócios [...]".

EMPRESAS DA AGÊNCIA CENTRO SUL

Autentique Empresarial Ltda

Associação Brasileira de Odontologia

Anore — Associação Notários e Registradores do Brasil

Associação Nacional Empresas Transportes Urbanos

Abratt — Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Interestadual

Associação Nacional Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)

Assistência Médica São Paulo

RSB Administradora e Corretora de Seguros

Cartão BRB S/A

CACB — Confederação das Associações Comerciais do Brasil

Geres — Fundação de Seguridade Social dos Sistemas da Embapa — Emater

Citibank S/A

Conselho Federal de Farmácia

Conselho Regional de Economia — 11ª Região

Confederação Nacional da Indústria

Conselho Federal dos Corretores de Imóveis

Conselho Nacional de Secretários de Educação

Conselho Federal de Economia

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Federação Nacional das Associações de Pessoal da CEF

Federação Brasileira Convention Visitors Bureau

Federação Brasileira de Bingo/Febrabingo

Folha Meio Ambiente Cultura Viva Ltda

Fundação Rainha da Paz

GEAP — Fundação de Seguridade Social

Instituto Euvaldo Lodi

Ministério da Justiça

Pontifícias Obras Missionárias

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)

Serviço Social da Indústria (Sesi)

Serviço Social do Transporte (Sest)

Sindicato do Comércio do DF

Sindicato das Indústrias Gráficas do DF

Regtus — Sociedade de Previdência Privada

LAMAÇAL

Procuradores apuram ligação de Marcos Vinícius com o esquema de corrupção dentro dos Correios e com a empresa de seguros Assurê, que deu dinheiro para a campanha da filha do presidente do PTB

MP investiga genro de Jefferson

O Ministério Público Federal está investigando as atividades de Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, genro do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson. Há indícios de que Marcos Vinícius tenha ligação com o suposto esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Também despertam o interesse dos procuradores os vínculos do genro de Jefferson — nomeado assessor da diretoria da Eletrobrás — com o suposto esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Também despertam o interesse dos procuradores os vínculos do genro de Jefferson — nomeado assessor da diretoria da Eletrobrás — com o suposto esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Em depoimento prestado segunda-feira no Ofício de Licitações e Contratos da Procuradoria da República no Distrito Federal, Jefferson disse que seu genro não só trabalhou, como tem relações comerciais com Brandão. Em um dos trechos do depoimento, transcrito em documento de sete páginas, Jefferson diz que Marcos Vinícius "trabalhou como corretor juntamente com o senhor Henrique Brandão na empresa Assurê (...) e possui ligações comerciais com o aludido senhor até a presente data".

Em outra passagem, o deputado não foi tão preciso. Disse aos procuradores "que não sabe informar se Marcos Vinícius já tratou de negócios com a ECT, por intermédio dos senhores Antônio Osório e Fernando Godoy", respectivamente diretor de Administração e assessor de diretoria dos Correios, ambos sob suspeita de integrar o esquema de corrupção na estatal.

Negócios

Jefferson informou, ainda, que seu genro é o então chefe do Departamento de Contratos da ECT, Mauro de Carvalho, agrado recebendo propina de R\$ 3 mil, não eram amigos — mas conhecidos. O deputado ressaltou que tanto Brandão quanto seu genro nunca procuraram funcionários dos Correios em seu nome. Revelou também que conhece Brandão há

30 anos, mas observou que não tem ou teve negócios com ele.

Outro personagem que desperta a curiosidade do Ministério Público é um dos mais graduados executivos da área energética: o presidente da Eletrobrás, Roberto Salmeron, indicado pelo PTB. Os procuradores creem haver indícios de ligação dele com Brandão e o genro de Jefferson. Salmeron já foi vice-presidente dos Correios. No depoimento, o deputado contou que assistiu na casa do presidente da Eletrobrás à frita em que Marinho aparece recebendo propina. Disse ainda que, ao final, recomendou que o diretor Antônio Osório, chefe de Marinho, se colocasse à disposição da auditoria interna dos Correios. Ao ser interrogado pelos procuradores, Jefferson procurou descrever Marinho como "uma pessoa pobre e doente". Negou envolvimento com a cobrança de propinas e disse acreditar que o ex-chefe de departamento "tinha montado uma estrutura própria com o objetivo de aumentar os seus rendimentos".

MP CONVOCA GILBERTO

O Ministério Público (MP) convocou o chefe de Gabinete do presidente Lutz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, para depor em procedimento de investigação criminal sobre suposto esquema de corrupção em Santo André, no Grande ABC (SP). Os promotores querem saber de Carvalho se ele tinha conhecimento sobre "ações efetivas" do prefeito Celso Daniel no combate a fraudes. Gilberto Carvalho afirmou que está à disposição dos promotores para depor. "Não tenho nada a esconder e não tenho razão nenhuma para não comparecer", afirmou.

"CGU PREPARADA"

João Vitor/CB



O ministro-chefe da Controladoria Geral da República (CGU), Waldir Pires, intensificou o esforço do governo contra a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar corrupção nos Correios. Ele atacou a oposição, ao enfatizar que há uma tentativa de se criar um clima de desestabilização do governo. "Há muita gente que deseja que se crie um clima de desestabilização do governo e,

portanto, é um dever de nós todos resistir para assegurar a continuidade democrática." De acordo com o ministro, a CGU é órgão mais preparado para apurar as denúncias de corrupção na estatal. "É um instrumento desnecessário (a CPI) na medida em que a controladoria assumiu com todo o empenho os trabalhos de investigação para apurar as supostas denúncias", assegurou o ministro.

Palocci não teme CPI

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse ontem que a eventual instalação da CPI dos Correios e a crise entre o Planalto e o Congresso não afetam a economia. Também declarou não emergir relação entre os ataques da oposição e as eleições de 2006.

"Não acredito que haja uma antecipação do processo eleitoral. Até porque seria uma falta de sensibilidade das classes políticas. Não está na cabeça das pessoas o processo eleitoral." Palocci acompanha o presidente Lutz Inácio Lula da Silva em giro pela Ásia, que começou ontem na Coreia do Sul. Outros quatro ministros, dois governadores e três deputados integram a comitiva, que segue para o Japão, amanhã.

O presidente esteve em vários eventos públicos ontem em Seul, mas evitou comentar a crise política no Brasil. Cerca de por reportagens no fim do dia, foi indagado se teria algo a dizer sobre o inquérito aberto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro da Previdência, Romero Jucá. Lula disse: "São seis horas da manhã, meu filho. Quando for meio-dia você me procura". Na realidade, eram 18h em Seul e 6h no Brasil. O fuso da Coreia é 12 horas na frente do brasileiro.

Mas, ao falar no Fórum Global sobre a Reinvenção do Governo, em Seul, Lula defendeu a ampliação da participação da sociedade nas decisões do governo como forma de combater a corrupção. Ele não se referiu, nem indiretamente, no entanto, ao caso de corrupção dos Correios. Segundo o presidente, o Estado de Direito precisa ser fortalecido e, para tanto, "a independência e a harmonia entre os Poderes e a imprensa livre são elementos essenciais".

Crise política

À noite, Lula foi recebido pelo presidente da Coreia, Roh Moo-Hyun. O encontro foi fechado. Os bastidores, o assunto dominante entre os integrantes da comitiva tem sido a crise política no Congresso, na iminência da instalação da CPI dos Correios.

O porta-voz da Presidência, André Singer, chegou a telefonar para Seul reclamando das declarações de deputados que acompanham Lula. Estão em Seul o vice-líder do governo Beto Albuquerque (PSB-RS), João Caldas (PL-AL) e Hidekazu Takayama (PMDB-PR). Ontem, ninguém falava em público sobre a CPI dos Correios. Havia temor de melindrar o presidente, que evitou comentar o assunto quando falava com mais de uma pessoa de uma vez. Coube a Palocci tocar no tema, sempre minimizando os efeitos sobre a economia. "O cenário político não está contaminando objetivamente a economia".

LEIA MAIS SOBRE A VIAGEM DE LULA À COREIA NA PÁGINA 21

Renan cobra agenda ao governo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, cobrou ontem, do governo, a apresentação de uma agenda de interesse nacional que reduza a atual vulnerabilidade política do Executivo e que fortaleça o desenvolvimento do país. Mas o senador também cobrou equilíbrio da oposição, para evitar um agravamento da crise política. "Se cada um de nós cumprir com o nosso papel, nós não vamos transformar essas centelhas em grandes incêndios", disse Calheiros, em discurso a empresários da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Segundo o presidente do Senado, "o Brasil não quer grandes incêndios".

Renan alertou ainda que "se o governo não tiver uma agenda — que não seja do governo, do partido —, uma agenda que seja do Brasil, vai continuar a ser pautado, vai permanentemente ficar encostado nas cordas".

O presidente do Senado também manifestou-se indiretamente contra a instalação de uma comissão parlamentar de

Inquérito (CPI) dos Correios. "Nós não podemos, para cada denúncia que se faz, fazer uma investigação política, extraordinária, circunstancial, que só deve haver quando as instituições, os órgãos que convencionalmente estão obrigados a dar essa resposta, não conseguem fazê-lo", afirmou. Segundo o senador, a sociedade tem que ter resposta para as acusações, pois "as perguntas não podem ficar no ar". Mas defendeu que as investigações sejam feitas pelos órgãos responsáveis.

Comissão Especial Senado



RENAN: NÓS NÃO VAMOS TRANSFORMAR ESSAS CENTELHAS EM INCÊNDIOS"

Informe Publicitário

Nota de Esclarecimento

A FUNDAÇÃO CESGRANRIO, em respeito à comunidade a que serve e na defesa de suas tradições, torna público que os Concursos da Polícia Civil do Distrito Federal e o da Universidade do Estado do Mato Grosso, ambos sob investigação de fraude, citados no dia 24/05/2005, no Correio Braziliense, como de sua responsabilidade, NÃO FORAM POR ELA REALIZADOS.

Estratégia tucana

Com uma pesquisa em mãos, que aponta a viabilidade de candidatos tucanos contra o presidente Lutz Inácio Lula da Silva, o PSDB definiu, em um jantar na noite de segunda-feira, no Palácio das Mangabeiras em Belo Horizonte, os principais pontos da estratégia para este ano. A tática conta com cinco pontos: 1) os governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin, e Minas Gerais, Aécio Neves, não serão expostos no enfrentamento com o PT e com o governo Lula; 2) o PSDB levará o embate partidário para o Parlamento, a cargo das bancadas na Câmara e no Senado; 3) o partido vai procurar atuar de uma

forma dura, mas propositiva, fugindo ao "quanto pior, melhor"; 4) a atuação deverá dar visibilidade ao modo de governar dos tucanos, provocando comparações com o estilo petista; e 5) o candidato à Presidência será escolhido no fim do ano, provavelmente em novembro, e será quem tiver melhor desempenho nas pesquisas.

O PSDB pretende deixar claro à sociedade que não é responsável pela fragilidade da sustentação política do governo Lula. Para os tucanos, eles não agem como os petistas na oposição. Acreditam, ainda, que a população identifica a falta de comando de Lula e a briga interna no PT.

LAMAÇAL / Contratos vantajosos feitos pela empresa de amigo de Jefferson serão investigados

PF NO RASTRO DA ASSURÊ

LÚCIO VAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

O próximo passo da Polícia Federal na investigação de um suposto esquema de corrupção no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) será convocar para depor os diretores da Infênio, de Furnas e da Eletro-nuclear, que indicaram a corretora Assurê, de um amigo do presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), para contratos de resseguros bastante vantajosos para a empresa. O ex-presidente do IRB Lúcio Duarte negou ontem, em depoimento à PF, que tenha sido pressionado a entregar uma mesada de R\$ 400 mil todos os meses ao PTB, segundo denunciou a revista *Veja*.

Lúcio afirmou não ter ligações com Jefferson e disse que manteve contatos puramente comerciais com o corretor Henrique Brandão, dono da Assurê. Segundo afirmou o advogado de Lúcio, José Araújo de Almeida, "não houve essa tentativa de retirar mesada, mesmo porque não há como fazer isso". Disse que a denúncia seria uma "fantasia" da revista: "Ele (Lúcio) disse que isso não existia. Não houve nenhum pedido direto a ele".

Segundo a revista, Brandão teria sido um emissário do PTB na cobrança da mesada. Lúcio teria feito esse relato a um amigo, que repassou a informação à revista. A Polícia Federal já convocou para depor o repórter Policarpo Júnior, que assina a reportagem. Nos próximos dias, Brandão também deverá ser convocado. Na investigação do suposto esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), haverá novo depoimento do ex-chefe do Departamento de Aquisição de Material Maurício Marinho na próxima semana. Ele caiu em contradições no seu primeiro depoimento. Citou os nomes de Vitor e Goldman como autores da gravação que o Incrimina, enquanto na fita aparece apenas o nome de Paulo.

Favorecimento

O advogado de Lúcio negou que tivesse ocorrido favorecimento à Assurê, porque a escolha de corretora não dependeria do litígio. Questionado sobre o crescimento da corretora nos últimos anos, comentou: "Todas cresceram. A Assurê é uma empresa que atua no mercado há não sei quantos anos. É representante de uma resseguradora internacional, que atua no mercado nacional".

O ex-presidente teria deixado o IRB "por motivos pessoais", disse o advogado. "Ele se aposentou, e teve conflitos de natureza gerencial com o Conselho de Administração. Ele quisera implementar uma política de fortalecimento da empresa, mas foi impedido. O conselho entendia que deveria ser de outra forma". O advogado confirmou que Lúcio foi indicado para o cargo por José Carlos Martínez, então presidente do PTB, que morreu num acidente aéreo no ano passado.

A convocação do genro de Je-

Kleber Lima/CB



LÚCIO DUARTE NEGOU, EM DEPOIMENTO À POLÍCIA FEDERAL, QUE O PTB TIVESSE PRESSIONADO PARA RECEBER DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL, O IRB, R\$ 400 MIL POR MÊS

DENÚNCIAS

O caso IRB

O presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Lúcio Duarte, indicado ao cargo pelo então presidente do PTB, José Carlos Martínez, renuncia em março deste ano. Segundo publicou a revista *Veja*, a renúncia teria sido provocada pela pressão do PTB para conseguir uma mesada de R\$ 400 mil. Como intermediário dos interesses do partido teria sido apontado Henrique Brandão, corretor de seguros e amigo íntimo de Roberto Jefferson. Ele também foi patrão do

genro de Jefferson — Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira — na empresa de seguros Assurê. Para o lugar de Lúcio o PTB emplacou Luiz Apolônio Neto, outro afilhado de Jefferson e do deputado Luiz Antônio Fleury.

O caso Assurê
Com aval do IRB, a Eletro-nuclear, subsidiária da Eletrobrás, recomendou no ano passado à seguradora Bradesco Auto-Re, do grupo Bradesco, a contratação da corretora Assurê para

intermediar um seguro de US\$ 3,6 milhões das usinas Angra 1 e 2. A contratação foi pedida por um petista — Carlos Padilha, diretor de Administração e Finanças da Eletro-nuclear. Mas o beneficiário é Henrique Brandão. O PTB tem, na Eletro-nuclear, o diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente, Luiz Rondon Teixeira Martins Filho, que, por sua vez, tem como principal assessor o genro de Roberto Jefferson, Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira.

PARA SABER MAIS

MOVIMENTO DE R\$ 3 BI

O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) é sociedade cujo capital pertence 50% ao governo e 50% às companhias seguradoras, sendo atualmento único ressegurador do Brasil, tem a função de regulamentar o setor e promover o desenvolvimento das operações de seguros no país. O IRB é uma espécie de seguradora de companhias de seguro. A ativi-

dade movimenta R\$ 3 bilhões por ano no Brasil e, desse total, cerca de US\$ 300 milhões (R\$ 800 milhões) vão para seguradoras no exterior. O faturamento com corretagem nas operações internacionais seria da ordem de US\$ 20 milhões por ano. Resseguro é uma prática comum, feita em todo o mundo, como forma de preservar a estabilidade das companhias seguradoras e garantir a liquidação do sinistro ao segurado. Criado em 1939, o IRB é vinculado ao Ministério da Fazenda.

fferson, Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, que tem ligações com Brandão, não acontecerá nessa fase das investigações. Vinícius é hoje assessor de uma diretoria da Eletro-nuclear — uma

subsidiária da Eletrobrás —, que tem negócios com a Assurê. A empresa contribuiu com R\$ 80 mil para a campanha eleitoral da vereadora Cristiane Brasil (PTB), filha de Jefferson.

Vinícius foi recebido na sede da estatal por Marinho e pelo ex-assessor-executivo da Diretoria Administrativa Fernando Godoy. O ex-assessor afirmou à PF que recebeu Vinícius duas vezes, para

tratar de um pedido de patrocínio para um atleta. Mas o negócio não teria sido fechado.

A Eletro-nuclear, que tem diretores indicados pelo PTB, teria recomendado à sua seguradora a contratação da Assurê numa

operação de resseguro. Só nesse negócio a empresa de Brandão teria faturado US\$ 360 mil. Um negócio semelhante teria sido fechado com a estatal Furnas, com lucro de mais R\$ 2,2 milhões para a Assurê.

COMISSÃO PREPARA LISTA DE DEPOIMENTOS

O deputado Carlos Willian (PMDB-MG), responsável pelo requerimento para que o atual presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Luiz Apolônio Neto, compareça à Câmara Federal, diz que o convite visa esclarecer "várias denúncias de irregularidades que têm chegado" sobre a atuação da estatal.

O convite para o presidente do IRB foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Também devem prestar esclarecimentos aos deputados o atual vice-presidente do IRB, Manoel Morais de Araújo, e o ex-presidente do instituto Lúcio Duarte. Segundo a secretaria da comissão, há pelo menos dez convites para

audiências públicas que foram aprovadas antes desse feito a Apolônio.

Os convites, de acordo com a secretaria, serão, por determinação do presidente da comissão, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), cumpridos de acordo com a ordem em que foram aprovados. Se essa regra for mantida, Apolônio deverá ser convidado apenas a partir do mês de agosto. O atual presidente do IRB, que substituiu Lúcio Duarte, também teria sido indicado pelo PTB.

O deputado Carlos Willian diz que também já iniciou a coleta de assinaturas pela criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias sobre o

IRB. Ele diz já ter obtido mais de 80 assinaturas para o pedido. Para que a CPI seja constituída, é preciso que haja assinaturas de um terço dos deputados da Câmara Federal e também um terço dos senadores.

Irregularidades

De acordo com Willian, a partir de agora a Comissão de Finanças e Tributação está aguardando que Geddel Vieira Lima marque o dia da audiência pública em que Apolônio deverá falar. Willian citou que, entre as supostas irregularidades, estão "benefícios a algumas corretoras de seguros em detrimento de outras, e também benefícios de companhias de seguro em prejuízo de outras". Segundo in-

formações divulgadas pela imprensa nos últimos dias, o PP e o PTB "lotearam" o instituto, por meio da indicação de cargos de primeiro e segundo escalão.

Na última semana de maio, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, determinou ao diretor da Polícia Federal (PF), Paulo Lacerda, a abertura de inquérito policial para investigar as possíveis irregularidades no IRB. A direção do instituto vinculado ao Ministério da Fazenda também abriu sindicância interna para apurar as denúncias. A comissão de investigação é formada por quatro membros do instituto, que tem o prazo de 15 dias para apresentar um relatório final sobre as denúncias.



POLÍTICA/TEMADO DIA

LAMAÇAL / Diretor afastado dos Correios diz à PF que desconhece esquema para fraudar licitações

OSÓRIO ALEGA INOCÊNCIA

LÚCIO VAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

O diretor afastado de Administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Antônio Osório, afirmou ontem, em depoimento de quatro horas à Polícia Federal, que ficou "esbarreado" com as afirmações do ex-chefe do Departamento de Aquisição de Material (Maurício Marinho) sobre um suposto esquema de corrupção na estatal sob o comando do PTB. Osório, que não foi indiciado, negou que o presidente nacional do partido, Roberto Jefferson (RJ), tenha montado um esquema para fraudar licitações nos Correios.

"Ele nunca me pediu isso. Nunca pediu a ninguém nos Correios esse assunto", afirmou Osório, após o seu depoimento. Questionado pelos repórteres, confirmou que tem ligações políticas com Jefferson, a quem conheceu em 1982: "Fui deputado com ele". Ele também explicou por que escolheu Marinho para um cargo tão importante na estatal: "Nomeei um excelente profissional, competente, que tem serviços prestados aos Correios. Eu só poderia nomear gente dos Correios". Perguntado se ficou surpreso com a atitude do seu subordinado, comentou: "Estou muito chateado com tudo isso".

Osório procurou ressaltar que não esteve na condição de foragido em momento algum. "Estava em Brasília. Almocei ontem e anteontem no (restaurante) Picanhas e participei ontem da reunião do PTB. Eu não estava foragido. Não é do meu feitio fugir", disse o diretor. Ele também afirmou que está disposto a ajudar a apurar todas as denúncias: "Tenho o maior interesse que isso seja apurado. O meu nome foi envolvido. Por isso pedi o meu afastamento da ECT em carta. Solicitei uma reunião extraordinária, abri os meus sigilos bancário e fiscal e pedi a abertura de uma sindicância. Vamos ver o que vai dar. Espero que todos os culpados sejam punidos".

CPI

O diretor dos Correios não quis comentar sobre a necessidade de criação de uma CPI para investigar a possível existência de um esquema de corrupção na estatal. "É um problema que não é meu. Eu não sou deputado. Compete aos deputados e ao Poder Legislativo", disse. Ele afirmou que está com a consciência tranquila: "Tenho 35 anos de serviços, sou funcionário do IPEA, trabalhei na Bahia. Em todo o lugar por onde eu passei, pode perguntar a qualquer um". Sobre a possibilidade de voltar ao cargo de diretor de Administração, no caso de não ser confirmada a sua participação no esquema relatado por Marinho, ele demonstrou pouco interesse: "Para mim, isso não tem importância. Estou muito chateado com o que ocorreu".

O advogado de Osório, Clementino Contreiras, confirmou que o seu cliente foi indicado pelo PTB para o cargo de diretor dos Correios. Ele informou que Osório pediu ao delegado a quebra dos seus sigilos bancário e fiscal. Questionado sobre o grau de dificuldade da defesa dessa causa, comentou: "Acho que é fácil, porque não tem nenhuma prova. E não há a que se atribua essa acusação". Sobre a defesa de Marinho, deixou claro: "Não é tão fácil quanto a do doutor Osório".

Os depoimentos tomados até agora foram benéficos para Jefferson. Marinho assumiu a responsabilidade sobre seus atos e afirmou que não tem ligações políticas com o presidente do PTB. Ele negou que exista um esquema de corrupção nos Correios, como dissera na conversa gravada. Marinho foi indiciado porque confirmou que recebeu R\$ 3 mil em dinheiro dos seus interlocutores. Os outros dois estão livres de processo por ora.

Declarações

Uma declaração do delegado Luiz Flávio Zampronha, após o depoimento de Godoy, anteontem, provocou uma reação inesperada. Questionado pelos jornalistas sobre a necessidade da criação de uma CPI para investigar o esquema de corrupção, ele afirmou que a comissão parlamentar ajudaria nas investigações. A declaração foi lida por deputados de oposição na tribuna. Ontem, o delegado não quis dar entrevistas. Limitou-se a informar que Osório não havia sido indiciado. A diretoria da PF considerou políticas as declarações do delegado.

Foto: Daniel Ferreira/CP



ANTÔNIO OSÓRIO, EX-DIRETOR DOS CORREIOS, DISSE À PF QUE NUNCA ESTEVE FORAGIDO: "TENHO O MAIOR INTERESSE QUE ISSO SEJA APURADO. ESPERO PUNIÇÃO PARA OS CULPADOS"

CONTATOS COM GENRO DE JEFFERSON

DA REDAÇÃO

O ex-diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, revelou no depoimento prestado à Polícia Federal (PF) que manteve contatos com o genro do presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, que era investigado por suspeitas de envolvimento com o esquema de corrupção nos Correios.

No depoimento, Marinho disse que conheceu Ferreira na festa de aniversário de Jefferson, em 2003, admitiu

que o recebeu na sede do edifício-sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e manteve várias conversas com ele por telefone, embora não saiba precisar quantas foram. Ele assegura, no entanto, que desde 2004 não conversa com Jefferson por telefone. O ex-chefe de compras afirma que não é filiado ao partido, mas disse que esteve três vezes com o deputado, a última delas em 2004, num restaurante da Asa Sul de Brasília.

Encontro

No depoimento de dez páginas, Marinho detalha os quatro encontros que manteve com um suposto araponga, que se apresentou como Goldman, consultor de uma multinacional americana. No último encontro, apurou-se que o homem teria feito a gravação. A PF tem as fotografias dos dois supostos arapongas, retratados do sistema de identificação da portaria dos Correios. As imagens não são nítidas, mas a iden-

tificação deverá ser facilitada pela descrição feita por Marinho. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ajuda a polícia a identificar os homens.

O delegado suspeita que os nomes sejam falsos, mas já apurou que existe uma multinacional nos Estados Unidos com o nome indicado pelos dois "arapongas". Trata-se da Goldman Equipment. Os registros dos nomes de visitantes da portaria dos Correios e na agenda da secretária de Marinho poderão ajudar na identificação dos supostos corruptores.

Os próximos passos da Polícia Federal e do Ministério Público Federal na investigação de um suposto esquema de corrupção nos Correios serão a análise dos documentos e computadores apreendidos nos gabinetes de trabalho e nas casas dos suspeitos e a realização da auditoria feita pela Controladoria Geral da União (CGU) sobre contratos da estatal. O delegado Luiz Flávio Zampronha também deverá pedir a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Marinho.

QUEM É QUEM

Confira abaixo os nomes dos principais envolvidos no escândalo

Maurício Marinho — Ex-chefe do Departamento de Contratação e Aquisição e Material dos Correios. Marinho aparece numa gravação de vídeo recebendo R\$ 3 mil de supostos empresários. Na foto, o ex-funcionário da estatal conta detalhes sobre o esquema de corrupção dentro da empresa. Está afastado da empresa depois do escândalo.

Roberto Jefferson — Presidente nacional do PTB. Jefferson é apontado por Maurício Marinho como o comandante do esquema dentro dos Correios. Em discurso na tribuna da Câmara, o petebista disse que foi vítima de uma tentativa de extorsão por parte de um certo "Comandante Molina" e nega qualquer envolvimento. Destaca também a carta em que Marinho o inocenta.

Antônio Osório — Diretor afastado de Administração dos Correios. Osório foi indicado por Roberto Jefferson. Ex-deputado pela Bahia, é filiado ao PTB há 20 anos. Deixou o cargo e autorizou as quebras dos sigilos fiscal e bancário para auxiliar nas investigações. Como Marinho é funcionário concursado dos Correios, ele não pode ser exonerado até que se conclua a sindicância interna.

Fernando Godoy — Servidor dos Correios há 26 anos, Godoy foi afastado do cargo de assessor do Departamento de Administração por ser suspeito de integrar esquema de corrupção. Maurício Marinho citou o nome de Godoy, ao explicar as supostas fraudes em contratos e licitações na estatal. Antes de filiar ao PTB, há dois anos, ele integrou o PFL do Distrito Federal.

Comandante Molina — É citado pelo Roberto Jefferson como o "araponga" que o teria chantagado com a existência da gravação onde Maurício Marinho revela o esquema de fraude dentro dos Correios. De acordo com Jefferson, Molina queria favores em contratos com os Correios.

MANIFESTAÇÕES NA AGENDA

MARIANA MAZZA
DA EQUIPE DO CORREIO

Os funcionários dos Correios planejam fazer barulho nos próximos dias por conta das denúncias contra a diretoria da estatal. Pelo menos duas manifestações estão agendadas para junho. No dia 1º, uma quarta-feira, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) pretende fazer um protesto coordenado em todo o Brasil, a partir das 8h, mobilizando funcionários. Em Brasília, os sindicalistas querem marcar audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mesmo dia.

Na semana seguinte, no dia 9, a manifestação será em frente à sede da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), localizada no Setor Bancário Norte. Os funcionários irão lavar a entrada do prédio, em ato contra a "sujeira" praticada pelos diretores dos Correios. Depois, os manifestantes realizarão uma passeata até o Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir mais agilidade nas investigações das denúncias contra o assessor Fernando Godoy e os diretores Maurício Marinho e Antônio Osório. No protesto marcado para o dia 9, quin-



SINDICALISTA, ONTEM, BRÁSLIA: ENTIDADES PROMETEM FAZER BARULHO NA PRÓXIMA SEMANA

ta-feira, são aguardados aproximadamente 150 funcionários.

A Federação Nacional dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos (Fentec) tem unido esforços ao sindicato e estará presente nas manifestações. "Há muito tempo a gente de-

nuncia e suspeita da diretoria dos Correios", afirma o diretor jurídico da Fentec, José Gonçalves. A briga dos funcionários é para que seja feita uma mudança profunda na diretoria da estatal, na tentativa de coibir novos problemas administrativos na empresa.

POLÍTICA

LAMAÇAL

Partidos contrários ao governo apostam em novas denúncias

Oposição ainda crê em CPI

LUIZ CARLOS AZEVEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

Diante das novas denúncias contra o presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), e da revelação de que o ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Lido Duarte, mentiu ao depor na Polícia Federal, segundo as revistas *Epoca* e *Voz* desta semana, os líderes da oposição já apostam no fracasso da "operação abafa" do governo para impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios. "Na semana passada eu temia a ação do governo; agora, tenho certeza de que a maioria dos deputados vai apoiar a CPI no plenário", disse ontem o líder da minoria na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Os líderes da oposição, entretanto, já perderam a esperança de vencer a batalha na Comissão de

Chinaglia (PT-SP), trabalha na mesma direção e mantém o discurso de que a Polícia Federal está apurando as denúncias. Acusa a oposição de transformar a CPI num palanque eleitoral, com objetivo de desgastar o governo. As novas denúncias, porém, reacenderam a oposição. O líder da do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), garante que o governo não tem maioria em plenário para respaldar a decisão da CCI.

"As gravações com as declarações do presidente do IRB, que havia desmentido a *Voz* ao depor na Polícia Federal, são a demonstração de que o governo não pode apurar a denúncia sozinho", afirma Maia. "O Congresso precisa promover a investigação e punir os envolvidos, sob pena de perder sua representatividade e provocar uma reação da sociedade contra todos os deputados nas próximas eleições."

O líder do PSDB na Câmara, deputado Alberto Goldman, faz a mesma avaliação. "Alguns vão fazer um hábito de fazer uma CPI na CCI, mas no plenário a maioria será a favor da instalação da CPI". O parlamentar suspeita que o presidente do IRB, Lido Duarte, foi pressionado a negar as declarações que deu a *Voz* na PF por alguém muito importante nas relações do governo. "Já vínhamos ouvindo conversas sobre a existência de uma mensagem para parlamentares, mas agora está comprovado o envolvimento do PTB com uma caixa-nina nos órgãos do governo. É preciso desmontar esta quadrilha", acusa Goldman.

O presidente do PPS, Roberto Freire, distribuiu nota à imprensa criticando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pela promessa de liberar R\$ 1,5 milhão de reais das emendas ao orçamento para cada parlamentar que ajudasse a derrubar a CPI. "Isso significa que a execução orçamentária, que deveria ser pautada por critérios públicos transparentes, sem viés político-partidário, se transformou numa barganha, configurada na compra de votos para abafar a apuração de graves denúncias de corrupção", diz a nota.

As duas últimas reuniões da CCI foram obstruídas pela oposição que quer manter a obstrução por mais três semanas. O líder do PSB na Câmara, deputado Renato Casagrande (ES), confirmou que a base aliada quer encerrar o assunto nesta semana. "Vamos votar ainda nesta semana em plenário. Vamos acabar logo com este assunto", afirmou.

O líder do governo, Arlindo

PROTESTO E ESCÂRNIO

João Vitor/CP



Sergio Lima/Foto Inspec



Aproximadamente 40 "combatentes", como se auto-intitulam, da "Força Tarefa Popular" (foto acima) saíram de ônibus do Piauí, há três semanas, em direção a Posse (GO). De lá, partiram a pé para percorrer cerca de 300 km. São trabalhadores rurais, líderes comunitários e profissionais liberais que não querem se acomodar diante de notícias de desvio de dinheiro público em todas as esferas da administração pública. O objetivo deles é chegar amanhã à Praça dos Três Poderes, em Brasília, e entregar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma proposta que traz, entre outras sugestões, a inclusão de uma disciplina no currículo escolar para tratar do combate à corrupção. Eles também vão participar do Fórum Global de Combate à Corrupção, no

Hotel Blue Tree, que se inicia na terça-feira. Enquanto esse pequeno "exército" se articula para tentar extirpar os tentáculos do crime organizado da política, o pivô das recentes denúncias de corrupção nos Correios, o presidente nacional do PTB, deputado federal Roberto Jefferson (RJ), passou o final de semana no aconchego de seu apartamento funcional, na Asa Norte. Ele não quis falar com a imprensa. Ao saber da presença de jornalistas na portaria do prédio onde mora, o deputado protagonizou uma cena, no mínimo, trágica. Mandou, pelo porteiro, duas garrafas de champagne e taças de cristal para os repórteres. Os jornalistas recusaram o "agradecimento" recolhido por funcionária do parlamentar (foto à esquerda).

“ESTÁ COMPROVADO O ENVOLVIMENTO DO PTB COM UMA CAIXINHA NOS ÓRGÃOS DO GOVERNO. É PRECISO DESMONTAR ESTA QUADRILHA”

Alberto Goldman,
líder do PSDB na Câmara

Revista inglesa critica Lula

DA REDAÇÃO

Os recentes escândalos de corrupção no Brasil são assunto da edição desta semana da revista britânica *The Economist*, uma das mais influentes do mundo. A reportagem "A depressão de meio-mandato de Lula" afirma que o presidente brasileiro atravessa um período conturbado, agravado por "derrotas no Congresso", "rebelião no PT" e "crescimento econômico decedente". "Essa dose de más notícias não são fatais para as chances eleitorais do presidente, mas ameaça debilitar seu governo", comenta o correspondente da *Economist* no Brasil, insistindo que "o povo esperava mais do governo Lula". A reportagem destaca pontos positivos, como o controle da inflação, mas afirma que o presidente não tem estratégia de reação à crise. "Ele parece esperar que, até a votação, os eleitores já tenham esquecido."

De olho na segurança

GDF aposta em postos policiais para garantir a tranquilidade na cidade. O mais recente foi inaugurado no Lago Sul

Uma série de obras que significa, além da infraestrutura necessária para garantir a qualidade de vida, mais segurança para o brasileiro. O Governo do Distrito Federal está unindo esse dois objetivos com a construção de novos postos policiais, que ampliam o controle sobre o trânsito e reforçam o trabalho de característica comunitária. Foram entregues dez unidades à população, a mais recente delas na Estrada Parque Dom Bosco — no km 26 da DF 025, no Lago Sul, por onde passam diariamente 10,5 mil veículos.

O novo posto tem 250 m² e conta com pátio de vistoria com capacidade para 12 vagões. O espaço reúne ainda sala de espera, depósito de munição e materiais, área de trabalho, banheiros

interno e externo, sala do comandante e local para carga e descarga. O trabalho, que antes era feito em um trailer improvisado, passa a contar com uma estrutura moderna e confortável que atende a demanda e viabiliza a atuação da Polícia Militar.

A instalação do posto na Estrada Parque Dom Bosco era prioritária. A Estrada Parque Taguatinga-Guará (EPTG) também ficou mais segura. A via ganhou, recentemente, um posto rodoviário com as mesmas características da unidade do Lago Sul. Um pouco menor,

mas com um diferencial. A estrutura permite fiscalização ampla nos dois lados da pista — que liga Taguatinga e Ceilândia ao Plano Piloto —, onde o tráfego chega a 55 mil veículos por dia.

55 mil
é o número de carros
que passam diariamente
pela Estrada Parque
Taguatinga-Guará (EPTG)

Obras

● A Estrada Parque Taguatinga-Guará passou por uma grande reforma. A avenida ganhou a terceira faixa e foi ampliada para desafogar o trânsito. O GDF alargou pontes e viadutos, substituiu a iluminação e construiu vias marginais. Agora, por último, inaugurou o posto rodoviário. A antiga guarita, que ficava no sentido Plano Piloto-Taguatinga será reaproveitada e abrigará a Subadministração Regional de Vicente Pires.

O posto da EPTG conta com um efetivo de 45 policiais, quatro viaturas, radares e bafômetros. O investimento foi de R\$ 244 mil



Brasília, 5 de junho de 2005

Dia dos Namorados

Para deixar o namorado bocejinho.

É muito simples. Primeiro, arranje um jabuti. Depois, embale-o com uma camisa do seu namorado, tendo o cuidado de deixar uma abertura para não sufocá-lo. Após 7 dias, ao melo-la de sexta-feira, retire a camisa do jabuti e jogue-a nas águas de um rio. O jabuti deve ser alimentado normalmente durante o procedimento.

Você tá do Amor, tá?

Do dia 12 de junho, pegue algumas garrafas para entender quem você ama.

Susberry Brit Fern	Susberry Brit most	Chromé most
R\$ 132,00	R\$ 134,00	R\$ 99,00
Synce	Peto Blue	Rafael Cool
R\$ 107,00	R\$ 135,00	R\$ 121,00

Brasília Shopping
Taguatinga Shopping • SCS
Torre Shopping • SCS
Cajunha Shopping • FunchShopping